

LICIANE FARIA TRAVERSO GONÇALVES (ORG)

ENTRE FIOS E IDEIAS

DA FÁBRICA DE TECIDOS RENASCENÇA
AO CAMPUS UNIVERSITÁRIO UNIVERSO BH



EXPERT
EDITORA DIGITAL

Entre fios e ideias, entre o ruído das máquinas e o murmúrio das vozes que ecoam no tempo, ergue-se a história de um bairro, de uma fábrica e de uma universidade que souberam se reinventar. Este livro é um reencontro com o tempo que o homem belo-horizontino teceu com o trabalho, moldou com o saber e consagrou com o amor à sua terra. Em Entre Fios e Ideias, o passado não é ruína: é semente. A antiga “Fábrica Renascença”, transformada em campus universitário, é símbolo da continuidade humana, onde o esforço operário se converteu em pensamento, e o chão fabril em solo de conhecimento. Sob a coordenação da Professora Doutora Liciane Faria Traverso Gonçalves, minha aluna quando cursou o bacharelado em Direito, esta obra entrelaça Direito, História e Cultura, revelando que a preservação da memória é também um dever jurídico e moral. Enaltecer o que fomos é compreender o que somos. E cada página deste livro (onde encontramos lindos e emocionantes depoimentos) confirma que, quando o passado é lembrado com respeito, o futuro se ilumina com muito sentido.

Antônio Marcos Nohmi

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Vice-presidente da Comissão de Defesa do Patrimônio Cultural da OAB/MG.

Advogado e professor universitário

ISBN 978-65-6006-278-8



9 786560 062788 >



EXPERT
EDITORA DIGITAL

ENTRE FIOS E IDEIAS

DA FÁBRICA DE TECIDOS RENASCENÇA
AO CAMPUS UNIVERSITÁRIO UNIVERSO BH

Direção Executiva: Luciana de Castro Bastos
Direção Editorial: Daniel Carvalho
Diagramação e Capa: Editora Expert
A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor



Todos os livros publicados pela Expert Editora Digital estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 BY-SA. <https://br.creativecommons.org/>
"A prerrogativa da licença creative commons 4.0, referencias, bem como a obra, são de responsabilidade exclusiva do autor"

A Expert Editora, bem como a organização da obra, não se responsabiliza por quaisquer posições, opiniões e condutas compartilhadas nesta obra, sendo o conteúdo dos capítulos de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GONÇALVES, Liciane Faria Traverso (Org.).

Entre fios e ideias: da Fábrica de Tecidos Renascença ao Campus Universitário Univero BH / organização de Liciane Faria Traverso Gonçalves. – Belo Horizonte, MG: Editora Expert, 2026.

241 p. : il.

ISBN: 978-65-6006-278-8

Patrimônio cultural – Belo Horizonte. 2. Memória social. 3. Belo Horizonte (MG) – História – Bairro Renascença. 4. Universidade Univero – História. 5. Indústria têxtil – História. I. Título.

CDD: 981.51 CDU: 94(815.1)

Modo de acesso: <https://experteditora.com.br>

Índices para catálogo sistemático:

História de Belo Horizonte / Patrimônio Cultural – 981.51 / 94(815.1)

experteditora.com.br
contato@editoraexpert.com.br





Prof. Dra. Adriana Goulart De Sena Orsini

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Prof. Dr. Alexandre Miguel
Cavaco Picanco Mestre**

Universidade Autónoma de Lisboa, Escola.
Superior de Desporto de Rio Maior, Escola.
Superior de Comunicação Social (Portugal),
The Football Business Academy (Suíça)

Prof. Dra. Amanda Flavio de Oliveira

Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Carlos Raul Iparraguirre

Facultad de Ciencias Juridicas y Sociales,
Universidad Nacional del Litoral (Argentina)

Prof. Dr. César Mauricio Giraldo

Universidad de los Andes, ISDE, Universidad
Pontificia Bolivariana UPB (Bolívia)

Prof. Dr. Eduardo Goulart Pimenta

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
e PUC - Minas

Prof. Dr. Gladston Mamede

Advogado e escritor

Prof. Dr. Francisco Satiro

Faculdade de Direito da USP - Largo São
Francisco

Prof. Dr. Gustavo Lopes Pires de Souza

Universidad de Litoral (Argentina)

Prof. Dr. Henrique Viana Pereira

PUC - Minas

Prof. Dr. Javier Avilez Martínez

Universidad Anahuac, Universidad
Tecnológica de México (UNITEC), Universidad
Del Valle de México (UVM) (México)

Prof. Dr. João Bosco Leopoldino da Fonseca

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Prof. Dr. Julio Cesar de Sá da Rocha

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Leonardo Gomes de Aquino

UniCEUB e UniEuro, Brasília, DF.

Prof. Dr. Leonardo Ferreira Vilaça

Universidade de Itaúna - UIT e Universidade
do Estado de Minas Gerais - UEM

Prof. Dr. Luciano Timm

Fundação Getúlio Vargas - FGVSP

Prof. Dr. Mário Freud

Faculdade de direito Universidade
Agostinho Neto (Angola)

Prof. Dr. Marcelo Andrade Féres

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Omar Jesús Galarreta Zegarra

Universidad Continental sede Huancayo,
Universidad Sagrado Corazón (UNIFE),
Universidad Cesar Vallejo. Lima Norte (Peru)

Prof. Dr. Rafael Soares Duarte de Moura

Universidade Estadual De Montes Claros

Prof. Dr. Raphael Silva Rodrigues

Centro Universitário Uinhorizontes
e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dra. Renata C. Vieira Maia

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Rodolpho Barreto Sampaio Júnior

PUC - Minas e Faculdade Milton Campos

Prof. Dr. Rodrigo Almeida Magalhães

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
PUC - Minas

Prof. Dr. Thiago Penido Martins

Universidade do Estado de
Minas Gerais - UEMG

PALAVRA DA ORGANIZADORA

A história, a memória, a identidade do homem. Lembranças e esperanças.

O DNA, o Ser, a Sociedade e o Direito. A natureza e a criação. O homem, a obra prima com a imagem e semelhança do Criador!

O meio ambiente natural, artificial, histórico, cultural, artístico, paisagístico, cibernético e o do trabalho. A ciência e a fé. A descoberta! A busca pela melhoria da dignidade humana!

O labor, a edificação, o sustento. O semear e o colher. O dia e a noite. A vida e a morte. A liberdade e o limite. As jornadas e os semestres. Os anos, os meses e as estações. As orações. As férias, o ócio e o lazer. A arte e a cultura.

O time de futebol. Os Talentos. Jogadores renomados, artistas consagrados e excelentes profissionais. O Hino.

O clube e a biblioteca. Os treinos e o estudar. O lazer e o aprender. O socializar.

O algodão, o tear e o fio. O tecido e a roupa. A leitura e o livro. O diploma e as conquistas! O tecer e o aperfeiçoar. O revestir o corpo. O proteger e o aquecer.

O grito da vitória. O colo de mãe! A fala do mestre. Aconchego e segurança!

A sala de aula, as vidas, a realidade e as transformações. O legado para as presentes e futuras gerações.

O pão, o alimento. A água que sacia o sedento. A terra e o céu. O ar, o mar, a seiva e o sangue. As letras que imprimem a vida. As palavras que criam, exprimem e registram.

Deus: O alimento; O Criador que comanda o Universo; onipotente, onisciente e onipresente; O ÚNICO digno de louvor! O porto seguro. O príncipe da paz! Emanuel!

A criatura que clama pelo Criador, com gestos, falas, cânticos, lágrimas, sorrisos e em silêncio. A ciência produto do Divino!

*Deus: O buraco da criatura; o ÚNICO que completa! O Alfa e o Ômega!
Tudo por Ele e para Ele! No controle Ele está!*

*A mãe, o pai, o filho e o neto. Ascendentes e descendentes: gerações.
Projeto de Deus.*

O professor e o aluno. O mestre que aprende. O discente que ensina.

Os amigos, os companheiros e os colegas. Viva os leais e os parceiros!

*O palco da aprendizagem: a vida! Dentro e fora das salas de aulas ...
Gratidão!*

Nesses mais de 23 anos de docência superior, sendo 21 deles vividos e trabalhados no curso de Direito na Universo-BH. Quanta história, quanta memória! Quantas pessoas estiveram em minhas aulas, muitas visitas técnicas, muitos projetos realizados; artigos e livros escritos, enfim, quantas vidas compartilhadas e formadas!

Em 2002, ingressei na docência superior no Centro Universitário de Belo Horizonte- UNI-BH e tive a honra em trabalhar nos cursos de Geografia e Análise Ambiental e Ecologia, ambos, implementados pelo visionário professor João Luiz Traverso Gonçalves.

Na Universo, tudo começou, com a minha turma de Teoria Geral do Direito (TGD), no 2º semestre de 2004, no turno da noite, ministrando tópicos de introdução ao direito, vigência, lacunas das leis e jurisprudências, lá no bloco A, com turmas enormes.

Em especial, me recorro quando realizei, desde a primeira turma de Criminologia implantada, no 3º período do curso de Direito, 1º semestre de 2005, ladeada pelos meus pares, meus diletos e eternos amigos, delegados da polícia civil, Dr. Sebastião Francisco dos Santos (tio de coração), *in memoriam*, e Dra. Cristiane Martins Carvalhaes (minha irmã do coração) que implantamos o **VISITA TÉCNICA AO SISTEMA PRISIONAL**. Com esses dois profissionais tive o privilégio de cursar o doutorado. E, dez anos depois, continuando a realizar esse trabalho, com aprimoramentos (aplicação de questionários com conteúdos de direito penal, constitucional, criminológico, econômico, ambiental e civil), inscrevi, em 2015, o Visita Técnica ao Sistema

Prisional no 1º Prêmio Esdras Borges promovido pela Fundação Getúlio Vargas- Faculdade de Direito de São Paulo e tive a emoção em ter sido **agraciada com a placa do Prêmio de MENÇÃO HONROSA**, nos anais da FGV-Direito-SP e a **publicação desse trabalho nos seus anais de metodologias ativas** pelo link <https://ejurparticipativo.direitosp.fgv.br/portfolio/visita-tecnica-ao-sistema-prisional> (registro desse primoroso trabalho que oportunizou ao alunato conhecer a realidade do sistema prisional e os perfis dos homens, mulheres e juvenis delinquentes). Nesse trabalho, tive a felicidade de compartilhá-lo com as queridas professoras de Economia Eliza Queiroz, Soraya Amaro Machado e Maira Andrade Paulo, e com os civilistas Márcio Oliveira Portella e Andressa Silmara, bem, assim, com as constitucionalistas Marjorie Corrêa Marona, Maria Esther de Abreu Xavier e Soraia Murta.

Também, em 2015, inscrevemos o outro trabalho que realizávamos com os alunos do 1º período do curso de Direito: Júri Simulado, tendo sido agraciados com a sua publicação nos anais da Fundação Getúlio Vargas- Faculdade de Direito de São Paulo no seu acervo de projetos do Núcleo de Metodologia de Ensino da FGV- Projetos ENSINO JURÍDICO PARTICIPATIVO. Durante mais de uma década, realizei esse trabalho com as minhas queridas amigas e professoras Paula Cesarino Muzzi, Caroline Hoffmann Britto e Carla Cristina Campos Ribeiro Moura. O trabalho pode ser acessado no endereço: <https://ejurparticipativo.direitosp.fgv.br/portfolio/juri-simulado>

São tantos os projetos que pude capitanear nesses mais de 21 anos de Universo, incluindo palestras, semanas jurídicas e visitas técnicas, entre outros, com destaque, agora, para o mais novo deles: a pesquisa *Entre fios e ideias*, que nos proporciona este livro.

Ressalto que, *Entre fios e ideias nasceu a partir de uma visita técnica agendada e conduzida por mim, oportunizando a participação de todos os alunos do curso de Direito da Universo-BH*, na tarde da sexta-feira, 24 de novembro de 2023. Estivemos no Memorial Minas Gerais Vale, onde assistimos ao Documentário do Alforriado Matias Cardoso. Matias foi um homem escravizado

que viveu durante o século XIX em BH, na atual região do Barreiro. Na oportunidade, os alunos conheceram a luta de Matias contra o RACISMO e a DESIGUALDADE no Brasil.

A propósito, o racismo é uma prática abominável, inadmissível em qualquer sociedade civilizada, e constitui crime, conforme estabelece a legislação brasileira. Todos os seres humanos são iguais, não apenas perante a lei, mas também diante dos olhos de Deus, o Criador, que nos fez diversos, porém igualmente dignos. É papel do direito, da educação e da pesquisa científica contribuir de forma ativa para a promoção da justiça social, combatendo todas as formas de discriminação e trabalhando pela melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas. Somente com o compromisso coletivo e o enfrentamento das desigualdades sociais poderemos construir uma sociedade verdadeiramente justa, solidária e humana.

No afã de imprimir no alunato a busca permanente pelo aprendizado, nessa visita técnica, lancei o desafio de montarmos o nosso documentário. Para tanto, iríamos realizar pesquisas sobre a antiga fábrica de tecidos da Renascença até chegarmos ao nosso campus universitário: Universo/BH. Ambos os empreendimentos têm o mesmo endereço: Rua Paru, bairro Renascença em BH/MG.

Vale ressaltar que, até os anos 80 do século passado, a Fábrica Renascença, situada no bairro homônimo, constituiu-se em um dos marcos industriais de Belo Horizonte nos primeiros 100 anos de existência da Capital. Não só. Foi um verdadeiro indutor de desenvolvimento para toda uma região e comunidades ao longo do eixo da Rua Jacuí, a partir do bairro Floresta, até os limites do antigo Curtume Santa Helena, já na altura da atual confluência das avenidas Bernardo de Vasconcelos e Cristiano Machado.

Durante as décadas de funcionamento da tecelagem, a vida de milhares de pessoas e de centenas de famílias esteve direta ou indiretamente relacionada com as atividades da *Renascença*, tanto por sua importância na geração de postos de trabalho, no progresso do comércio local e na oferta de serviços de natureza diversa, como,

ainda, pela necessidade da disponibilidade de moradia para quem trabalhava na fábrica.

A exemplo do que ocorreu em diversas partes do mundo com outros empreendimentos do gênero, a *Renascença* também atuou na área desportiva, mantendo uma equipe de futebol profissional, que participou da primeira divisão do Campeonato Mineiro de Futebol durante muitos anos. No campo anexo às suas instalações, o time do Renascença mandou partidas, que, inclusive, foram transmitidas ao vivo pela *TV Itacolomi*, do grupo dos Diários Associados, emissora pioneira de televisão de Belo Horizonte, criada na segunda metade dos anos 1950. Um de seus principais atletas, Wilson da Silva Piazza, seria transferido para o Cruzeiro Esporte Clube em meados dos anos 1960, tendo integrado um dos mais vitoriosos esquadrões dos estrelados, ao lado de craques do quilate de Tostão, Dirceu Lopes, Natal, Evaldo, Zé Carlos, William, Procópio e Raul. Com Tostão, Piazza integrou a equipe titular que venceu o mundial do México, de 1970, quando o Brasil consagrou-se Tri-campeão do Mundo.

Trabalhar na fábrica *Renascença* era sinônimo de “ser alguém bem empregado”, com “crédito na praça”, devido à estabilidade da empresa, sobretudo até meados dos anos 1960, quando ainda não havia surgido no Brasil o sistema de crédito direto ao consumidor, que ensejou as compras com pagamentos parcelados em até 48 meses.

Em fins do século XX, em face de dificuldades crescentes da *Renascença*, devido aos avanços tecnológicos da indústria têxtil, da concorrência de produtos estrangeiros que inundaram o mercado brasileiro e de outros problemas estruturais, a fábrica encerraria as suas atividades. Na área da fábrica, há um ginásio para esportes *in door*, estrutura projetada e pré-montada por europeus, um verdadeiro legado de boa arquitetura encontrada em edificações dos séculos XIX e XX. Na atualidade o espaço do ginásio abriga o Bloco C da Universo.

Em fins dos anos 1990, o então recém-criado Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH), sucedâneo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (FAFI-BH), surgida em 1964,

adquiriu as instalações da antiga *Renascença*, onde montou o seu curso de Educação Física. À época, o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, em visita às obras de reforma das novas instalações do Uni, afirmou que a área, correspondente a mais de dois quarteirões, era uma preocupação da municipalidade, já que a vegetação que crescia em seu antigo campo de futebol e em outras dependências externas e o lixo acumulado no interior dos galpões da fábrica eram foco do mosquito *aedes aegypt*, justo no momento em que a cidade enfrentava uma epidemia de dengue.

O Uni-BH não conseguiu manter a compra da *Renascença* e acabou alienando (ou transferindo) as instalações do novo campus para a Universo, na passagem de 2003 para 2004. Com novos recursos, a unidade universitária cresceu e se consolidou, estando em seu vigésimo primeiro ano de funcionamento. Durante esse período, formou milhares de advogados, fisioterapeutas, enfermeiros, psicólogos entre outros. Algumas pessoas fizeram mais de um curso na Universo, que realiza um importante trabalho de extensão com a comunidade, principalmente com atendimento pela Clínica Escola de Fisioterapia. A assistência jurídica, por meio dos estágios do curso de Direito, também é ofertada *pro bono* à comunidade. Ademais, a presença de uma instituição universitária no bairro – e, por quê não dizer? –, na região, acaba por resgatar o senso de pertencimento dos moradores, que se orgulham dessa interface, como ocorria quando da existência da fábrica *Renascença*.

Ainda que, na atualidade, a Universo não represente a oferta dos numerosos postos de trabalho da *Renascença*, tem sido expressiva a presença de alunos moradores do bairro e da região na vida escolar. Torna-se algo tão importante como “a escola do meu bairro, onde estudei”, geralmente mencionado por muita gente quando se refere à pré-escola ou onde cursou os ensinos fundamental e/ou médio. Nessa direção, aflora o senso de pertencimento, importante na construção da cidadania e da memória coletiva, ao considerar a ideia da valorização/

integração do e com o espaço humano que também vem sendo construído pela Universo.

No trabalho de pesquisa “Entre fios e ideias” se pretendeu resgatar a memória da fábrica *Renascença* e da comunidade do seu entorno, com relatos de histórias de vida e depoimentos de antigos funcionários. Muitas casas de funcionários ainda se encontram nas imediações em boas condições.

Nosso registro, no entanto, se estribou, principalmente, nas relações jurídicas da época e nas questões do resgate da memória, da cultura, da identidade dos que laboraram na fábrica e a sua correlação com o campus universitário da Universo-BH. Quem são os antigos trabalhadores? Quem são os alunos da Universo? Qual a ligação da fábrica com a universidade? O funcionamento, há mais de duas décadas, de uma unidade acadêmica em um espaço anteriormente fabril aponta para expressivos ganhos em termos de qualidade ambiental, integração social e enriquecimento cultural de extensos estratos comunitários.

Contudo, pautamos em montar um documentário com o registro das pesquisas das relações jurídicas da época da fábrica têxtil, as condições socioambientais e os cuidados que a fábrica tinha com os seus funcionários, ao observar as normas de segurança e saúde no trabalho e a vida da comunidade do Bairro Renascença. De mais a mais, primamos em registrar o resgate da história e memória das pessoas e familiares que trabalharam na fábrica Renascença, fortalecendo a identidade, a cultura e valores de uma era, por meio de questionários e entrevistas com ex-funcionários e com moradores do seu entorno; constatamos que a administração da empresa tinha zelo com a saúde e segurança do trabalhador; mostramos como era o meio ambiente de trabalho na interação entre os funcionários, entre trabalhadores e gestores; entre a fábrica e a comunidade; e registramos como a empresa oportunizou o lazer para a comunidade belo-horizontina, por meio do clube, com o incentivo ao desporto (clube de futebol) e, por fim, constatamos a relevância da Universo na formação de

pessoas (número de cursos) e atividades extensionistas (sociais) que a Universo-BH promove. A Universo- BH exerce importante papel na sociedade mineira, ao propiciar formação profissional, sendo grande parte de seu público formada por moradores do bairro Renascença e por parentes e/ou amigos de ex-funcionários. Como resultado, produzimos o documentário que pode ser acessado pelo link <https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTuX87HkXCv>

E, como o material coletado é verdadeiramente rico, decidiu-se pela edição desta obra, que conta com a importante colaboração do Diretor da Universo-BH, professores, alunos e ex-alunos, dentre outros participantes parceiros.

Agradeço a todos que se dispuseram a estar conosco neste trabalho e, em especial, a você, leitor, por apreciar a nossa OBRA!

ORGANIZADORA

Liciane Faria Traverso Gonçalves - Advogada desde 1999. Professora Universitária desde 2002. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais. Mestre em Direito Empresarial. Especialista em Direito Ambiental. Especialista em Didática da Língua Inglesa. Licenciada na Língua Inglesa, em Português e em Espanhol. Licenciada em Educação Especial. Professora efetiva de inglês do Estado de Minas Gerais. Professora de inglês na rede privada. Organizadora de livros. Autora do livro *Mobilidade Urbana e Qualidade de Vida no Estado Democrático de Direito*. Autora de diversos artigos. Palestrante. Coordenadora do *Entre Fios e Ideias*.

AUTORES

Aline Loredane Gonçalves - Advogada. Mestre em Educação. Professora do Departamento de Direito da Universo. Professora parceira do *Entre Fios e Ideias*.

Ana Paula Diniz Arruda - Professora no Centro UNIVERSO Belo Horizonte Biologia, Engenheira de Produção e Mestre no Ensino de Ciências e Matemática (PUC/MG).

André Thiago de Souza - Pós-graduado em Metodologia do Ensino de artes e é graduado pela Universidade Federal de São João Del Rei, em Educação Musical. Atua como professor de música e artes no Colégio Orleans e Bragança, Escola Sesi - General Onésimi Backer, Sesi Barreiro e na Escola Estadual João Paulo I, em Belo Horizonte. Pioneiro no Programa Mais Educação - Educação em Tempo Integral, na Escola Municipal de São João del Rei.

Carlos Alberto Rodrigues - Licenciado em Filosofia (PUC-MG), em Letras (Estácio de Sá) e em Pedagogia (Faculdade Brasília). Especialista em Ciências da Religião (FADYC), em Filosofia (UNINCOR), em Alfabetização e Letramento na Educação Infantil (INSTITUTO RHEMA) e em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI). Atualmente, é professor de Filosofia efetivo do Estado de Minas Gerais e professor Alfabetizador efetivo do Município de Brumadinho/MG.

Dergson Vitorino Ferreira - Licenciatura em Educação Artística com habilitação em Música – Escola de Música (ESMU/UEMG). Pós-graduado em Metodologia do ensino de piano (UniBF). Produtor fonográfico pela União Brasileira de Compositores (UBC). Músico licenciado pela Ordem dos Músicos do Brasil (OMB). Aluno do curso de Direito da Universo-BH e pesquisador do *Entre Fios e Ideias*.

Henrique Damásio Soares - Advogado. Integrante do Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (COPAM/MG). Membro da Comissão de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG). Analista de sustentabilidade da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG). Atua na área de Direito Ambiental, com ênfase em regularização ambiental.

João Carlos Mendanha Pedrosa - Bacharel em Administração. Empresário. Aluno do curso de Direito da Universo-BH e pesquisador do *Entre Fios e Ideias*.

João Luiz Traverso Gonçalves - Mestre em Organização Humana do Espaço (UFMG). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Fafi-BH). Bacharel em Comunicação Social [habilitações em Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Cinema, Teatro, Telerradiodifusão e Editoração] (UFMG). Bacharel em Administração de Empresas (UNA). Licenciado em Geografia (UFMG). Bacharel em Direito (FDMC). Advogado, jornalista e professor universitário de graduação e pós-graduação aposentado. Ex-Juiz Classista do Trabalho na 23a Vara do Trabalho de Belo Horizonte (1992-1995). Pesquisador, palestrante e publicista. Foi professor titular da Fafi-BH/Uni-BH por 30 anos, tendo sido, sucessivamente, Chefe do Departamento de Comunicação Social, Coordenador do Curso de Comunicação Social, Coordenador do Curso de Pós-graduação Lato Sensu de Comunicação Empresarial/Governamental, Vice-Diretor da Fafi-BH, Coordenador do Curso de Geografia e Análise Ambiental e Diretor do Departamento de Ciências Biológicas, Ambientais e da Saúde, as duas últimas funções já no formato institucional de Uni-BH.

Letícia Cristina Gonçalves Rosa - Advogada. Professora e preceptora universitária. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Especialista em Docência com Ênfase em Educação

Jurídica (Centro Universitário Arnaldo). Bacharel em Direito (Centro Universitário Universo-BH). Professora parceira do *Entre Fios e Ideias*.

Liciane Faria Traverso Gonçalves – Advogada desde 1999. Professora Universitária desde 2002. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais. Mestre em Direito Empresarial. Especialista em Direito Ambiental. Especialista em Didática da Língua Inglesa. Licenciada na Língua Inglesa, em Português e em Espanhol. Licenciada em Educação Especial. Professora de inglês efetiva do Estado de Minas Gerais. Professora de inglês da rede privada. Organizadora de livros. Autora do livro *Mobilidade Urbana e Qualidade de Vida no Estado Democrático de Direito*. Autora de diversos artigos. Palestrante. Coordenadora do *Entre Fios e Ideias*.

Luciana Ribeiro Santos de Castro - Psicóloga (PUC/MG), com formação em Terapia cognitivo comportamental. Especialista em gestão com pessoas e RH e coaching organizacional. Aluna do curso de Direito da Universo-BH e pesquisadora do *Entre Fios e Ideias*.

Michele Cristie Pereira - Doutora em Direito Internacional. Mestre em Direito Empresarial. Pós-graduada em Direito Público. Mediadora judicial e extrajudicial. Professora Universitária. Advogada.

Neide Duarte Rolim - Mestre em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Advogada. Professora Universidade Salgado de Oliveira Universo BH.

Paula de Oliveira Cesarino - Mestre em Direito Empresarial. Professora Universitária. Advogada.

Reane Fonseca Martins - Professora do Centro Universo de Belo Horizonte. Bióloga. Doutora em Patologia Investigativa pela UFMG.

Uirá Endy Ribeiro - Mestre em Informática, escritor com 20 livros publicados, analista de sistemas e professor com ampla experiência no ensino de tecnologias. Atualmente, é Diretor do Centro Universitário Universo BH, onde lidera projetos acadêmicos e de inovação.

Valéria Dell'Isola - Doutorado em Hermenêutica Jurídica e Mestrado em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da UFMG. Estágio doutoral pela Università degli Studi di Milano (Itália). Professora universitária (Universo-BH).

AUTORES DOS RELATOS

André Bezerra de Melo- Ex-aluno do curso de Direito da Universo BH. Advogado. Graduado em Ciências Contábeis (PUC-Minas). Pós-Graduado em MBA em Cálculos Judiciais e Cálculos Atuariais (Unyleya). Pós-Graduado em MBA em Planejamento e Consultoria Tributária (Faculdade Serra Geral). Pós-Graduado em Direito Eleitoral (Faculdade Iguaçú). Especializado em Perícia Bancária pelo Instituto Brasileiro de Consultoria, Auditoria, Perícia Projetos e Avaliações (IBCAPPA). Perito Extrajudicial com atuação em Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, bem como, diversos escritórios de advocacia no Brasil. Perito Contábil.

Adriana Cangussu Pinto – Ex-aluna do curso de Direito da Universo-BH. Advogada. Pós-graduada em Direito de Família e Associações.

Bruno César Fonseca - Mestre em Direito Processual (PUC/MG). Pós-graduado em Docência no Ensino Superior (PUC/MG), Conciliação, Mediação e Arbitragem (UNIVERSO-BH) e Graduado em Direito (PUC/MG). Coordenador do curso de Direito da Universo BH, professor e advogado.

Cristina Berquó Guimarães Duarte – Ex-aluna do curso de Direito da Universo BH.

Dracon Luiz Cavalcante Lima – Ex-aluno do curso de Direito da Universo BH. Advogado Criminalista.

Elmo de Souza Silva - Ex-aluno do curso de Direito da Universo BH (formado em 2019). Atua há mais de 20 anos no mercado imobiliário como perito em avaliações e vendas de imóveis formado pelo CRECI/MG, à frente da construtora Marca Brasil Ltda há 14 anos, como gerente comercial da empresa, sendo o responsável pela *house* da construtora.

Ester Ellen Teixeira Lima - Ex-aluna do curso de Direito da Universo BH e policial militar.

Fabiano Tadeu Lopes – Ex-aluno do curso de Direito da Universo BH. Advogado Criminalista. Mestre em Direito Penal Econômico (UniCuritiba). Doutorando. Leciona em cursos de graduação e pós-graduação. Autor de diversas obras jurídicas, entre elas o *Manual de Habeas Corpus* e o *Manual da Lei de Drogas*. Palestrante.

Giuliano Penido de Paula - bacharelado do curso de Direito da Universo BH. Farmacêutico (UNIESP, em Santa Luzia). Pós-graduado em Oncologia.

Ildefonso Ribeiro Linhares - Empresário.

Jardel de Sousa Corrêa - Ex-aluno do curso de Direito da Universo BH (formou em 2015). Policial civil. Pós-graduado em Direito Processual (PUC-MG). Bacharelado em Odontologia na Universo BH.

Jefferson dos Santos Pereira - Bacharel em Direito (Universo-BH). Veterinário. (Universo-BH). Bacharelado do curso de Nutrição da Universo BH.

Luciana Ribeiro Santos de Castro - Psicóloga (PUC/MG), com formação em Terapia cognitivo comportamental. Especialista em gestão com pessoas e RH e coaching organizacional. Aluna do curso de Direito da Universo-BH e pesquisadora do *Entre Fios e Ideias*

Marciene P da Costa Silva - Ex-aluna do curso de Direito da Universo BH (formou em em 2017). Advogada.

Marcos Ney Camargos Pereira - Ex-funcionário da Companhia Renascença. Ex-aluno do curso de Direito da Universo-BH (formou em 2024). Formado em processos gerenciais em 2008. Pós-graduado em

Gestão de Negócios (UFMG-2010). Empresário (Capitania Treinamento e Assessoria) - Escola de treinamento naval credenciada pela Marinha do Brasil.

Marcus Cruz Homem - Ex-aluno do curso de Direito da Universo BH (formado em 2019). Advogado.

Nilo Patrocínio de Paula - Farmacêutico. Entrevistado para o *Entre fios e ideias*.

Rodrigo Henrique Martins Nunes - Advogado criminalista, com ênfase em Tribunal do Júri. Ex-aluno do curso de Direito da Universo BH (formado em 2018). Especialista em Direito Penal e Processo Penal. Graduado em Investigação Forense e Perícia Criminal. Foi preceptor (advogado contratado) do Núcleo de Prática Jurídica da Universo BH. Atualmente, é aluno do curso de psicologia da Universo BH.

Rosana Márcia Guimarães - Ex-aluna do curso de Direito da Universo BH. Advogada. Assessora da Comissão Nacional e Estadual do Direito Notarial e Registral, vice-presidente da Comissão Estadual de REURB da OAB-MG (2022-2025). Presidente Estadual da Comissão de Direito do Turismo (2025). Presidente Nacional e Estadual da Comissão de Direito Imobiliário e REURB (2023) da ABMCJ (Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica). Atualmente, integra, como membro consultora, a Comissão de Direito Notarial e Registral da OAB-MG (gestão 2025-).

Rúbia Frois - Ex-aluna do curso de Direito da Universo BH (formada em 2019). Advogada Criminalista. Fundadora do Instituto Expressar. Pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal (EDUCAMINAS).

Sávio Antônio de Oliveira Abate - aluno do curso de Direito da Universo BH. Administrador de Empresas.

Victor de Paula Alves Martins - Ex-aluno do curso de Direito da Universo BH e ex-aluno de Análises e Sistemas da Universo-BH. Pós-graduado em Ciências Forenses Perícia Civil e Criminal. Gestor em Tecnologia da Informação e Especialista em evidências digitais na Empresa Mineira de Tecnologia da Informação

AGRADECIMENTOS

A concretização desta obra resulta do esforço coletivo, da sensibilidade humana e do compromisso acadêmico de pessoas que acreditaram na importância de preservar a memória, a identidade e a história de uma comunidade. A todos que contribuíram para o projeto *Entre Fios e Ideias*, registro meu profundo reconhecimento e gratidão.

Aos diletos alunos **Dergson Vitorino, João Carlos Pedrosa e Luciana Castro**, expresse meu sincero agradecimento pela dedicação exemplar às pesquisas, conduzidas com seriedade, responsabilidade e envolvimento genuíno. A atuação de vocês foi determinante para o desenvolvimento e a solidez deste trabalho, sendo, indiscutivelmente, peças-chave para a realização desta pesquisa.

Às queridas amigas, ex-alunas e professoras **Aline Loredane e Letícia Rosa**, agradeço por terem caminhado comigo em todas as etapas do processo investigativo, enriquecendo significativamente o conteúdo do documentário e desta obra por meio de suas contribuições acadêmicas, sensibilidade intelectual e parceria constante.

Ao meu estimado amigo e gestor, **Prof. Bruno Fonseca**, manifesto minha gratidão pelas inúmeras parcerias e pelo apoio incondicional que possibilitou a realização da pesquisa *Entre Fios e Ideias* no curso de Direito da Universo-BH, fortalecendo o diálogo entre ensino, pesquisa e memória institucional.

Aos meus **coautores e coautoras, professores e professoras amigos**, parceiros em diversas produções acadêmicas e editoriais, agradeço pela generosidade intelectual, pelo rigor científico e pela confiança depositada neste projeto coletivo.

A todos **os alunos, ex-alunos e amigos** que, com generosidade, cederam seus relatos para compor esta obra, meu sincero agradecimento pela confiança e pela partilha de suas histórias de vida.

Aos senhores **Abelar Pereira, Ney Costa e Adair Viana**, ex-funcionários da Fábrica de Tecido, agradeço-lhes pelas entrevistas

concedidas presencialmente na Universo-BH, fundamentais para o resgate da história oral. Vocês não mediram esforços para compartilhar conosco as vivências do passado na fábrica. De mais a mais, gratidão ao Sr. Adair Viana pelo empréstimo do seu acervo pessoal, composto por documentos e registros fotográficos da Fábrica de Tecidos, essenciais para a preservação da memória ora registrada.

Agradeço ao ex-aluno **Jefferson (Jeffão)** pela colaboração nas filmagens, pelo relato no documentário *Entre Fios e Ideias* e pelo apoio na cobertura de seu lançamento, realizado no campus da Universo-BH no dia 13 de março de 2025.

Ao ex-aluno **Henrique Damásio**, dos cursos de Geografia e Análise Ambiental do Uni-BH e de Direito da Universo-BH, grande amigo e parceiro em diversos eventos acadêmicos, agradeço por mais este trabalho desenvolvido em conjunto, sempre pautado pela ética, compromisso e lealdade. Celebramos mais de 20 anos de amizade!

Minha gratidão a **Paulo Ricardo Pereira Vitorino**, pela dedicação na organização dos arquivos e pela cuidadosa diagramação primária desta obra, realizada com esmero e competência.

Por fim, agradeço: ao Diretor do Campus da Universo-BH, **Prof. Uirá Endy**, por estar conosco neste livro com seu artigo; ao **Cícero Dantas**, secretário do campus BH, pela constante colaboração no acesso aos espaços do campus; à bibliotecária **Sra. Marta Freitas de Oliveira**, pelo acolhimento e entrevista concedida; aos apoiadores **Thales Pasqualon Moreira**, **Thiago Lopes Lima** e **Sávio Antônio de Oliveira Abate**, pela cuidadosa contribuição para este livro.

A todos, minha mais sincera gratidão.

PREFÁCIO

Aceitar o convite da Liciane para prefaciar este livro foi daqueles momentos que me pegaram de surpresa, do tipo que te transportam de volta no tempo com uma força que nem sempre a gente espera. Imagina só: estamos em 2002, eu e ela, mergulhados na pós-graduação em Direito Ambiental na PUC-MG, trocando ideias acaloradas sobre leis que protegem o planeta e, de quebra, construindo uma amizade que resiste a mais de duas décadas. Liciane, com aquela energia incansável que você sente nas páginas deste livro, foi a primeira a me estender a mão — literalmente. Ela me convidou para palestrar sobre organismos geneticamente modificados, num evento que, confesso, me deixou com o estômago embrulhado de ansiedade. Eu, que mal conseguia organizar minhas anotações, de repente ali, na frente de uma plateia, tentando não tropeçar nas palavras. Mas foi exatamente essa insegurança que acendeu uma faísca em mim. Daquele dia em diante, a docência virou não só uma carreira, mas uma paixão que me define. Prefaciar “Entre fios e ideias” é, para mim, como fechar um ciclo: um abraço simbólico numa amiga que me ajudou a tecer os primeiros fios da minha própria história profissional.

E que história é essa que Liciane tece aqui? Ah, este livro não é só um amontoado de páginas impressas — é um pedaço vivo da alma de Belo Horizonte, costurado com paciência e afeto. Sob a batuta dela, como organizadora e uma das vozes principais, surge um projeto que une pesquisa, ensino e extensão de um jeito que só o melhor da universidade sabe fazer: transformando o passado em ferramenta para o presente, e o conhecimento em ponte para a dignidade de tanta gente. O foco? O Bairro Renascença e a velha Fábrica de Tecidos Renascença, que um dia ecoava com o ronco das máquinas e o burburinho dos operários, e hoje pulsa como o campus da Universo-BH. É uma metamorfose linda, daquelas que te faz parar e pensar: como um lugar pode carregar tantas camadas de vida?

Vou te contar o que mais me tocou na leitura. Cada capítulo é como um romance que se desenrola devagar, revelando não só fatos, mas rostos — homens e mulheres cujas mãos calejadas nas teceiras ajudaram a fiar o tecido social e econômico da nossa cidade. Tem a história das trabalhadoras que equilibravam turnos exaustivos com a criação dos filhos, os imigrantes que cruzaram oceanos em busca de um recomeço, e até os ecos das lutas sindicais que moldaram direitos que a gente hoje dá como certo. Os autores — uma turma incrível, de professores como a Aline Loredane Gonçalves, o Bruno Cesar Fonseca e a Letícia Cristina Gonçalves Rosa, com sua expertise afiada em Direito do Trabalho e Previdenciário que ilumina as veias sociais da fábrica; passando por pesquisadores como o Dergson Vitorino Ferreira, a Neide Duarte Rolim e o Carlos Alberto Rodrigues, que traz uma camada filosófica profunda sobre educação e humanidades, junto ao olhar geográfico e ambiental do Henrique Damásio Soares, que mapeia as raízes sustentáveis do bairro; até alunos e membros da comunidade como o João Carlos Mendanha Pedrosa e a Luciana Ribeiro Santos de Castro, que infundem perspectivas frescas de administração e psicologia no tecido da memória coletiva — mergulham nisso com uma honestidade que desarma. Eles entrelaçam Direito, História, Educação, Arte e Cultura num tapete narrativo que não deixa fresta para a superficialidade. Um capítulo pode falar da preservação ambiental do bairro, destacando como o patrimônio cultural é, na verdade, um bem constitucional que a gente precisa defender com afinco; outro, talvez, explore as artes e a música que brotaram daquele chão de fábrica, com contribuições do André Thiago de Souza que me fizeram sorrir, lembrando das canções que unem gerações.

O que eu adoro nessa obra é como ela restitui vozes silenciadas. Aqueles operários e operárias não eram só engrenagens numa linha de produção; eram arquitetos de uma identidade coletiva. Transformar a fábrica num campus não foi só uma jogada urbana esperta — foi um ato de poesia urbana, trocando o clangor das máquinas pelo zumbido

das conversas em sala de aula, e o esquecimento pelo florescimento de novas ideias. Liciane, com sua bagagem de advogada ambiental, professora de Direito e até da licenciatura em inglês (quem diria que as línguas poderiam ser tão úteis para decifrar o passado?), guia esse processo com maestria. Ela não impõe; ela convida. E o resultado? Uma reflexão profunda sobre a memória como pilar do Direito e da sociedade. Num mundo que corre para a frente sem olhar para trás, este livro nos lembra que o patrimônio cultural não é museu empoeirado — é o DNA de um povo, tutelado pela Constituição para garantir continuidade e justiça socioambiental.

Eu poderia passar horas falando do rigor desses textos: a clareza das metodologias, a sensibilidade com que tocam em temas como trabalho, arte e meio ambiente, o mosaico de perspectivas que vai da biologia da Ana Paula Diniz Arruda à hermenêutica da Valéria Dell'Isola, passando pelo Direito Internacional da Michele Cristie Pereira que abre janelas globais para o local, o Direito Empresarial da Paula de Oliveira Cesarino que desata nós econômicos do passado fabril, a visão inovadora do diretor Uirá Endy Ribeiro sobre tecnologias e projetos acadêmicos que impulsionam o futuro da Universo-BH, o olhar geográfico e jornalístico do João Luiz Traverso Gonçalves, que mapeia não só espaços, mas narrativas humanas com a precisão de quem já foi, entre tantas especialidades, professor por décadas, e a profundidade biológica da Reane Fonseca Martins, que revela as tramas vivas do solo e da saúde coletiva nesse entrelaçamento histórico. Mas o que fica, no fim das contas, é o humano por trás das palavras. É o orgulho de ver a Universo-BH, onde tantos desses autores lecionam, se reinventando como guardiã dessa herança. É a gratidão por Liciane, essa mestra incansável — que, aliás, eu vi brilhar em prêmios como o Troféu IESLA e menções honrosas da FGV —, por nos dar esse tributo não só à história local, mas à força transformadora da academia na luta pela cidadania.

Ao virar a última página, me peguei com um sorriso bobo no rosto, misturado a uma pontinha de emoção. Orgulho de fazer parte, mesmo que de longe, desse florescimento do pensamento jurídico-ambiental brasileiro. Gratidão por uma amiga que, com sua dedicação, transforma fios soltos em tapeçarias inesquecíveis. Que você, leitor, se deixe envolver por essa jornada — entre os fios da fábrica e as ideias da universidade. E quem sabe, no final, descubra que o Direito, no fundo, é isso: um tear para preservar a vida, a história e, acima de tudo, a esperança de dias melhores.

Rodrigo Barros
Advogado e Professor Universitário
Especialista e mestre em Bioética
Ex-presidente da Comissão de Direito Ambiental da
OAB-MG
Ex-membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
– CTAJ do Conselho Nacional do Meio Ambiente –
CONAMA
Ex-subsecretário municipal de meio ambiente de
Uberaba-MG

SUMÁRIO

O Direito e a pesquisa “*Entre Fios e Ideias*” na tutela dos bens ambientais que fomenta a preservação da memória e identidade de um povo que laborou e/ou estuda na Universo-BH..... 37

Liciane Faria Traverso Gonçalves

Atividades acadêmicas valorizam a comunidade..... 49

João Luiz Traverso Gonçalves

Cochicho poético..... 53

Dergson V. Ferreira

Fábrica de tecidos renascença - Companhia renascença industrial 59

João Carlos Mendanha Pedrosa

A identidade tecida entre os fios e as ideias..... 67

Luciana Ribeiro Santos de Castro

A fábrica renascença e a sustentabilidade do território: Trabalho, qualidade de vida e desenvolvimento local em Belo Horizonte 73

Aline Loredane Gonçalves

Trabalho e dignidade na fábrica renascença: Entre vínculos, direitos e memória..... 83

Letícia Cristina Gonçalves Rosa

Universo BH: Educação que transforma, história que inspira..... 95

Uirá Endy Ribeiro

Da Fábrica à Universidade: O Resgate da Memória e a Construção do Saber Crítico por meio da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão no Curso de Direito..... 103

Ana Paula Diniz Arruda e Reane Fonseca Martins

Educação superior no Brasil: O papel estratégico das universidades privadas e a atuação da Universidade Salgado de Oliveira/BH 117

Valéria Dell'Isola

Memória cultural e histórica como elemento de concretização da dignidade da pessoa humana 133

Paula de Oliveira Cesarino, Michele Cristie Pereira

Raízes, território e diversidade: considerações acerca da conservação da identidade cultural 145

Carlos Alberto Rodrigues

Crimes contra o patrimônio cultural e histórico de Belo Horizonte; uma análise necessária 157

Neide Duarte Rolim

Meio ambiente, responsabilidade administrativa e civil por dano ambiental: noções introdutórias..... 167

Henrique Damásio Soares

A arte faz parte da vida ou a vida faz parte da arte? 177

André Thiago de Souza

RELATOS DOS COLABORADORES

Coordenador do curso de Direito da Universo BH 187

Prof. Bruno César Fonseca

Alunos, ex-alunos e amigos 189

Companhia renascença industrial & Universidade Salgado de Oliveira
BH 189

Marcos Ney Camargos Pereira

Memória e identidade: o reencontro com um espaço que mora em
mim 191

Luciana Castro

Meu sogro trabalhou na fábrica Renascença e meu filho e eu estudamos
na Universo-BH 193

Cristina Berquó Guimarães Duarte

Renascença e Universo: a geografia de um sonho 195

Fabiano Tadeu Lopes

Minha vida no Bairro Renascença 197

Elmo de Souza Silva

Do júri simulado para os júris reais: a concretização de um sonho.... 199

Rúbia Frois

Da rua ao fórum 201

Marcus Homem

Minha avó e minha mãe trabalharam na fábrica Renascença e eu estudei na Universo BH (Análise de Sistemas e Direito)..... 205

Victor de Paula Alves Martins

Interesse pelas questões sociais e pela justiça 209

Marciene P. da Costa Silva

Da Universo - BH para a Polícia Militar de Minas Gerais..... 211

Ester Ellen Teixeira Lima

Os pequenos heróis numa grande viagem pelo Renascença..... 213

Sávio Antônio de Oliveira Abate

Minha esposa e eu estudamos Direito na Universo-BH 217

Dracon Cavalcante

Morador da região e contador vai à Universo - BH, transpõe duros obstáculos e se torna advogado 219

André Bezerra De Melo

Minha trajetória: da administração ao direito, com propósito e paixão .. 223

Rosana Márcia Guimarães

Do fio ao papel..... 225

Ildelfonso Ribeiro Linhares

Do direito à psicologia 227

Rodrigo Nunes

Liames afetivos com a Renascença e com a Faculdade Universo 229

Jefferson dos Santos Pereira e Nilo Patrocínio de Paula

por Dergson Vitorino (pesquisador do Entre Fios e Ideias)

Honrando um legado de dedicação à comunidade 231

Giuliano Penido de Paula

Força de vontade, determinação e conquistas meritórias: de gari a policial civil, bacharel em Direito e bacharelado em Odontologia.. 233

Jardel de Sousa Corrêa

Do Jequitinhonha ao Fórum 235

Adriana Cangussu Pinto



O DIREITO E A PESQUISA “ENTRE FIOS E IDEIAS” NA TUTELA DOS BENS AMBIENTAIS QUE FOMENTA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE DE UM POVO QUE LABOROU E/OU ESTUDA NA UNIVERSO-BH

Liciane Faria Traverso Gonçalves

INTRODUÇÃO

O Direito, fruto da coletividade e constantemente remodelado pelas transformações sociais, tecnológicas e científicas, possui como finalidade precípua a manutenção da ordem e da paz social. A Constituição Federal de 1988 consagra mandamentos que visam assegurar a democracia, a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a justiça e, notadamente, o direito ao meio ambiente equilibrado, essencial para a qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Nesse contexto, o patrimônio cultural constitui um bem ambiental de grande relevância, pois guarda a memória, a identidade e os modos de viver de diferentes grupos sociais. O documentário “*Entre Fios e Ideias*”, disponível no link https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTuX87HkXCv, apresenta uma narrativa sobre a transição da antiga fábrica de tecidos Renascença para o Campus da Universidade Universo-BH, ressaltando a importância de resgatar a história dos trabalhadores, moradores e das práticas socioculturais que marcaram a região.

O presente artigo busca refletir sobre a relação entre o Direito Ambiental e a preservação do patrimônio cultural, analisando o caso do Bairro Renascença e da fábrica têxtil como exemplo de memória coletiva que deve ser tutelada juridicamente e valorizada pela pesquisa acadêmica.

Além de reconhecer os avanços do Direito na tutela do patrimônio ambiental, é necessário compreender que a preservação da memória coletiva depende de uma efetiva articulação entre comunidade,

universidade e poder público. No caso do Bairro Renascença, a pesquisa coordenada pela profa. Liciane Traverso na Universo-BH constitui exemplo da importância da academia como guardiã da memória social.

Outro ponto relevante é perceber que a proteção jurídica do patrimônio cultural não se limita à conservação de bens materiais, mas também à valorização dos bens imateriais, como tradições, práticas sociais, manifestações artísticas e desportivas. Isso se coaduna com a noção ampliada de meio ambiente, adotada pela Constituição de 1988, que engloba múltiplas dimensões da vida social.

Assim, o presente estudo também ressalta que a efetividade das normas de proteção cultural depende do engajamento dos estudantes e pesquisadores, capazes de documentar e difundir as experiências históricas que, de outro modo, poderiam ser esquecidas com o tempo.

1. O DIREITO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

O Direito é dinâmico e acompanha as transformações da sociedade. Como afirma Sirvinkas (2016), o Direito Ambiental somente adquiriu autonomia após a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, passando a dialogar intensamente com outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a ecologia, sociologia, história e geografia, entre outros.

Sua função não se restringe à regulação das relações humanas com a natureza física, mas se estende à proteção do patrimônio cultural, artístico e histórico, reconhecendo que tais bens são fundamentais para a identidade dos povos. O artigo 216 da CF/88 estabelece que o patrimônio cultural brasileiro compreende bens de natureza material e imaterial, que portam referência à memória e à ação dos diferentes grupos formadores da sociedade.

Assim, preservar a memória de trabalhadores e moradores do Bairro Renascença significa garantir a continuidade de valores e

identidades que integram o patrimônio ambiental cultural da cidade de Belo Horizonte e, por extensão, do Brasil.

O Direito, enquanto fenômeno cultural, não apenas regula as relações sociais, mas também cristaliza os valores e experiências históricas de um povo. A fábrica de tecidos Renascença representa um marco de desenvolvimento econômico e social que se tornou parte da identidade do Bairro Renascença e de Belo Horizonte, e sua preservação jurídica é essencial para garantir a perpetuação dessa memória.

A função pedagógica do Direito também se faz presente nesse contexto: ao normatizar a proteção de bens ambientais culturais, o ordenamento jurídico educa a sociedade sobre a relevância de sua história, despertando consciência cidadã para a preservação do patrimônio. Essa dimensão pedagógica é fortalecida quando há diálogo entre Direito e pesquisa acadêmica.

É nesse entrelaçamento entre Direito, História e Educação que a pesquisa “Entre Fios e Ideias” encontra sua relevância, pois reafirma que a memória coletiva deve ser protegida como bem jurídico de valor inestimável, cuja perda significaria não apenas esquecimento, mas também empobrecimento cultural da coletividade.

2. O PATRIMÔNIO AMBIENTAL E SUAS ESPÉCIES

O patrimônio ambiental pode ser compreendido como o conjunto de bens que pertencem a todos os seres humanos, englobando diversas dimensões:

- **Patrimônio natural:** fauna, flora, água, ar e solo;
- **Patrimônio artificial:** construções humanas e intervenções urbanísticas;
- **Patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico:** bens materiais e imateriais ligados à memória coletiva; por exemplo, o esporte, seja como lazer ou como profissional,

é reconhecido constitucionalmente como bem cultural integrados ao patrimônio ambiental.

- **Meio ambiente do trabalho:** condições laborais que asseguram a dignidade do trabalhador e a segurança como o uso de equipamento de proteção individual (EPI);

A fábrica de tecidos Renascença, nesse sentido, não se configurava apenas como espaço de trabalho, mas como um núcleo de vida social e cultural, com clube recreativo, práticas esportivas, lazer e manifestações culturais, incluindo a revelação de talentos como o jogador Wilson da Silva Piazza que com Tostão integrou a equipe que venceu o mundial do México, de 1970, quando o Brasil sagrou-se Tri-campeão do Mundo e Clara Nunes, ex-funcionária que alcançou carreira nacional e internacional como cantora.

O patrimônio ambiental deve ser entendido como um sistema integrado, em que o natural, o cultural e o artificial se complementam. A fábrica de tecidos Renascença, por exemplo, representa ao mesmo tempo o **patrimônio artificial** (construção industrial), o **patrimônio cultural e histórico** (tradições, memória dos trabalhadores, práticas esportivas) e o **meio ambiente do trabalho** (local de labor e de formação de identidade coletiva).

A Constituição de 1988 ampliou a concepção de patrimônio cultural, reconhecendo expressamente bens imateriais como formas de expressão e modos de viver, e isso representa um marco jurídico para a defesa do patrimônio cultural brasileiro. Essa amplitude permite que espaços como o Bairro Renascença sejam juridicamente reconhecidos como lugares de memória.

Ademais, a legislação infraconstitucional, como o Decreto nº 3.551/2000 (que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial), complementa a proteção dos bens culturais, permitindo que manifestações sociais e coletivas sejam salvaguardadas com eficácia.

3. O BAIRRO RENASCENÇA E A FÁBRICA DE TECIDOS COMO BENS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

O documentário “*Entre Fios e Ideias*” retrata que a antiga fábrica de tecidos Renascença exerceu papel central na formação do Bairro Renascença e na vida de seus moradores. Os trabalhadores, além de sua atividade laboral, participavam de práticas esportivas e culturais organizadas pela própria fábrica.

Esse espaço industrial, portanto, ultrapassava o limite da produção econômica, constituindo-se em verdadeiro patrimônio cultural e socioambiental, cujo legado permanece vivo na memória dos que o vivenciaram e de seus descendentes.

Com a transformação da antiga fábrica em polo universitário, abre-se a possibilidade de ressignificação do espaço, mantendo-se viva a memória coletiva e integrando-a ao processo de formação acadêmica e cidadã.

O patrimônio histórico-cultural do Bairro Renascença é constituído por múltiplas camadas de memória: a experiência laboral, o associativismo comunitário, as práticas de lazer e o papel da fábrica na formação de lideranças e talentos culturais. Cada uma dessas camadas deve ser protegida e valorizada como patrimônio coletivo.

Ao se tornar um campus universitário, a antiga fábrica reelaborou-se como espaço de produção de conhecimento, transformando-se de polo industrial em polo acadêmico. Essa mudança não apagou sua memória, mas lhe deu nova vida, possibilitando que estudantes e professores se tornassem guardiões da história local.

O resgate da memória de trabalhadores como ato de justiça social revela que o patrimônio cultural também desempenha função de reparação simbólica. Ao reconhecer a contribuição dessas pessoas, a pesquisa “*Entre Fios e Ideias*” reafirma a dignidade dos trabalhadores e os coloca como protagonistas da história.

4. O PAPEL DA UNIVERSIDADE UNIVERSO- BH E A PESQUISA ACADÊMICA

A Faculdade Universo-BH, ao abrigar o campus no espaço da antiga fábrica, assume também a responsabilidade de preservar e valorizar a história que ali se consolidou. A pesquisa acadêmica, ao resgatar narrativas e vivências, possibilita a reconstrução de uma memória afetiva, além de constituir importante instrumento de educação patrimonial.

Particular destaque deve ser dado à participação dos estudantes de Direito nessas iniciativas, pois o exercício da cidadania e a preservação do patrimônio cultural exigem conhecimento jurídico e sensibilidade social. A pesquisa “Entre Fios e Ideias” revela como o Direito pode dialogar com a História, a Sociologia e outras áreas, cumprindo seu papel interdisciplinar.

O papel da universidade na preservação do patrimônio cultural não é apenas acadêmico, mas também social e jurídico. A produção científica desenvolvida a partir da memória da fábrica contribui para formar cidadãos conscientes da importância da preservação ambiental e cultural.

Além disso, a integração entre universidade e comunidade gera um ciclo virtuoso: os moradores veem sua história valorizada e os estudantes compreendem a relevância prática da pesquisa científica, especialmente em cursos de formação jurídica. Esse ciclo fortalece o tecido social e garante a transmissão intergeracional da memória.

Nesse cenário, a pesquisa “Entre Fios e Ideias” cumpre papel essencial ao consolidar a memória afetiva da região, transformando o campus universitário em espaço de convivência entre passado, presente e futuro.

5. DIREITO, DESPORTO E LAZER COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

O lazer e o esporte, conforme observa Fiorillo (2013), também integram o meio ambiente cultural e possuem tutela jurídica. O artigo 217 da CF/88, ao tratar do desporto, conecta-se ao artigo 216, ampliando o conceito de patrimônio cultural.

Na fábrica Renascença, o clube recreativo e o time oficial de futebol eram elementos fundamentais da vida social do bairro, reforçando a ideia de que a empresa não era apenas um espaço de produção econômica, mas também de convivência, lazer e formação cultural. Esse aspecto demonstra a necessidade de o Direito reconhecer a amplitude do conceito de patrimônio cultural, protegendo não apenas construções físicas, mas também práticas sociais e manifestações comunitárias.

O reconhecimento do desporto como patrimônio cultural ambiental evidencia que a vida comunitária não se limita ao trabalho e à produção econômica. O lazer, os clubes recreativos e os campeonatos de futebol da fábrica Renascença constituíram espaços de sociabilidade fundamentais para a identidade local.

A trajetória de jogadores que se destacaram no time oficial da fábrica, bem como a ascensão de Clara Nunes no cenário artístico, exemplificam como o patrimônio cultural ultrapassa barreiras materiais e alcança dimensões simbólicas de grande impacto social.

Esses elementos justificam a tutela jurídica do patrimônio cultural em sua integralidade, reconhecendo que a vida comunitária é tecida por múltiplos fios – laborais, esportivos, artísticos e afetivos – que devem ser preservados como bens de interesse coletivo.

6. O DIREITO AMBIENTAL COMO TUTELA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

O Direito Ambiental, em sua vertente cultural, assume o dever de proteger os bens que compõem a memória e identidade de um povo.

No caso do Bairro Renascença e da fábrica têxtil, a Constituição de 1988 garante que a preservação da memória coletiva é responsabilidade não apenas do poder público, mas também da sociedade.

As manifestações populares, a pesquisa acadêmica e os registros audiovisuais – como o documentário analisado – constituem fontes materiais que alimentam a consciência coletiva da importância da preservação.

O patrimônio cultural deve ser compreendido como parte do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. Essa concepção amplia o alcance da tutela ambiental, integrando natureza, cultura e história em um mesmo conjunto normativo.

O Supremo Tribunal Federal tem reforçado essa interpretação em diversas decisões, reconhecendo a proteção do patrimônio cultural como direito fundamental difuso. Isso significa que qualquer cidadão pode pleitear judicialmente a preservação de bens históricos ou culturais ameaçados.

Dessa forma, o Direito Ambiental cumpre papel de ponte entre passado e futuro, assegurando que a memória coletiva não seja destruída pelas pressões do desenvolvimento econômico ou pelo esquecimento social.

7. INSTRUMENTOS PARA A TUTELA DO BEM AMBIENTAL CULTURAL E HISTÓRICO

A tutela do patrimônio cultural no Brasil conta com instrumentos jurídicos específicos que permitem à sociedade e ao Ministério Público atuar na defesa do meio ambiente cultural. Entre esses instrumentos, destacam-se a ação civil pública (Lei nº 7.347/1985) e a ação popular (CF/88, art. 5º, LXXIII).

A ação civil pública, de legitimidade do Ministério Público, Defensoria Pública e associações civis, tem sido um dos principais mecanismos de defesa do patrimônio cultural. Já a ação popular

possibilita que qualquer cidadão atue diretamente na proteção de bens culturais, reforçando o caráter democrático da tutela ambiental.

Um exemplo notável é a ação civil pública ajuizada para proteger o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, reconhecido como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. A ação buscava impedir a descaracterização do sítio arqueológico ligado à memória da escravidão no Brasil.

Outro caso emblemático é a ação popular que questionou a descaracterização do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte, cuja preservação foi essencial para sua posterior inclusão como patrimônio mundial.

O terceiro exemplo é a ação civil pública movida contra a destruição de sítios arqueológicos em São Raimundo Nonato (PI), vinculados ao Parque Nacional da Serra da Capivara, considerado patrimônio cultural da humanidade.

Esses exemplos mostram como os instrumentos jurídicos são capazes de evitar danos irreversíveis à memória coletiva, garantindo que as futuras gerações possam usufruir do patrimônio cultural.

Assim, os instrumentos processuais como a ação civil pública e a ação popular constituem meios efetivos de democratização da proteção ambiental cultural, permitindo que a sociedade civil se torne protagonista da preservação.

O fortalecimento desses instrumentos depende de atuação conjunta entre sociedade, universidades e Ministério Público, pois somente a mobilização social garante a efetividade da proteção jurídica.

8. TUTELAS DOS BENS AMBIENTAIS NA ESFERA ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL

A tutela do patrimônio cultural se dá em múltiplas esferas jurídicas: administrativa, civil e penal. Cada uma delas possui instrumentos próprios para a preservação do bem ambiental.

Na esfera **administrativa**, destacam-se os atos de tombamento (Decreto-Lei nº 25/1937), o registro de bens imateriais (Decreto nº 3.551/2000), além da atuação dos órgãos de proteção como o IPHAN e as secretarias estaduais e municipais de cultura.

Na esfera **civil**, os principais instrumentos são a ação civil pública, a ação popular e as medidas de reparação de danos ao patrimônio cultural, previstas no Código Civil (art. 927 e seguintes).

Na esfera **penal**, a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) prevê sanções para condutas que atentem contra o patrimônio cultural, como destruir, inutilizar ou deteriorar bem protegido por tombamento (art. 62).

Essas esferas são complementares e demonstram que a proteção do patrimônio cultural exige uma abordagem integrada, em que diferentes ramos do Direito atuem de forma harmônica.

O respaldo constitucional é claro: tanto o art. 216 quanto o art. 225 da CF/88 determinam que o poder público e a coletividade têm o dever de proteger o patrimônio cultural e ambiental, assegurando sua preservação para as futuras gerações.

9. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO

A responsabilidade civil é um dos principais mecanismos de reparação de danos ao patrimônio cultural. O Código Civil, em seu art. 927, estabelece que todo aquele que causar dano a outrem é obrigado a repará-lo. Esse dispositivo se aplica também aos bens culturais de interesse coletivo.

As sanções civis aplicáveis incluem indenização por danos materiais, danos morais coletivos, obrigação de fazer (restaurar o bem cultural danificado) e medidas compensatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da transição da fábrica de tecidos Renascença para o campus da Universidade Universo-BH evidencia como espaços de trabalho e produção podem se tornar símbolos de memória e identidade coletiva. O documentário *“Entre Fios e Ideias”* não apenas resgata a história de homens e mulheres que construíram capital cultural e socioambiental significativo, mas também projeta essa memória no presente, fortalecendo o vínculo entre universidade, comunidade e patrimônio histórico.

O Direito Ambiental, nesse contexto, mostra-se essencial para garantir a tutela desses bens, reconhecendo o patrimônio cultural como elemento do meio ambiente e assegurando sua preservação para futuras gerações.

A pesquisa acadêmica, sobretudo a realizada por estudantes de Direito, deve continuar a desempenhar papel ativo nesse processo, promovendo a integração entre teoria e prática, conhecimento científico e memória coletiva, universidade e comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SIRVINKAS, Luís Paulo. *Manual de Direito Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2016.

Documentário: *Entre Fios e Ideias – Da fábrica de tecidos Renascença ao Campus Universitário Universo BH*. Disponível em: https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTUX87HkXCv.

ATIVIDADES ACADÊMICAS VALORIZAM A COMUNIDADE

João Luiz Traverso Gonçalves

Participei, modestamente, de dois grandes momentos ou saltos institucionais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (Fafi-BH), criada em 1964, até se tornar Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH), em 1999. O primeiro, em 1973, quando foi implantado o seu Curso de Comunicação Social – um dos três mais antigos de Belo Horizonte –, com três habilitações: Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Relações Públicas. Fui um de seus fundadores e professor da primeira turma, que ingressou em agosto de 1973. Até a segunda metade dos anos 1980, o Curso de Comunicação foi oferecido à noite, seguindo a tradição da Fafi-BH, idealizada, no início da década de 1960, para habilitar, em cursos noturnos, professores de Matemática, Letras (Português/Inglês e Português/Francês) e História, e formar profissionais em Pedagogia, para atuar como orientadores e inspetores escolares. O Curso de Comunicação, reconhecido em outubro de 1976, levou novo perfil de alunos para a instituição. Demais, permitiu que se praticasse mensalidade mais robusta, o que terminou por colaborar fortemente para o financiamento de novos investimentos.

Assim, o Curso de Comunicação Social juntou-se aos demais, oito anos após a criação da Fafi-BH. Já em fins dos anos 1980, a exemplo dos outros cursos, as habilitações em Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Relações Públicas passaram a ser oferecidas nos turnos da manhã e da noite, por meio da expansão de vagas decorrente do aumento da demanda, conforme autorização do MEC.

Na esteira do crescimento e desenvolvimento das atividades acadêmicas, implantaram-se novos programas de ensino, inclusive em nível de pós-graduação *lato sensu*. O pioneiro, em 1982, oferecido pelo Departamento de Comunicação Social – *Curso de Especialização em Comunicação Empresarial/Governamental* –, com uma turma de 42 alunos, a maioria de profissionais de Assessorias de Comunicação dos

setores público e privado e da área do Ensino de Comunicação (seis professores de cursos superiores, cinco deles de outra instituição). Tive o privilégio e a honra de ser seu idealizador e coordenador. Seguiram-se outros cursos de pós-graduação, o principal deles, o de *Especialização em Metodologia do Ensino Superior*, em 1985, com a participação maciça de professores da própria Fafi-BH. Professores renomados, alguns com até mais de 20 anos de magistério superior, que, no entanto, não possuíam título de especialista, aderiram ao programa, contribuindo decisivamente para o elevado nível do curso.

Em meados dos anos 1990, a Fafi-BH expandiu suas instalações para prédio próprio construído entre a Rua Diamantina e a Avenida Antônio Carlos e adquiriu uma grande área no Bairro Buritis. Com forte vocação para o ensino superior, a Fafi-BH transformou-se, em 1999, no Centro Universitário Belo Horizonte (Uni-BH), concretizando um projeto que acabaria por consolidar a instituição como uma das principais referências em educação universitária em Minas Gerais. Foi o segundo salto institucional da antiga Fafi-BH de que participei com entusiasmo e orgulho. Desde a sua criação, além dos cursos superiores que ministrava, a Fafi-BH mantinha o Colégio Monte Líbano, com duas unidades, uma no Bairro Padre Eustáquio e outra no Bairro da Lagoinha. Ambas operavam como colégios de aplicação, possibilitando que alunos dos cursos de licenciatura da Fafi-BH realizassem atividades práticas em estágios supervisionados.

Com a criação do Uni-BH, implantaram-se novos cursos de graduação na instituição – Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Administração, Direito, Turismo, Arquitetura, Engenharia de Alimentos e Geografia e Análise Ambiental. No planejamento estratégico do Uni-BH constavam a construção de nova unidade no Bairro Buritis e a aquisição e adaptação das antigas instalações da fábrica de tecidos Renascença, no bairro homônimo. Em 2000, o Uni-BH incorporaria à sua ampliação as antigas estruturas da Construtora Mendes Júnior, na divisa dos bairros Estoril e Buritis, o que permitiu a recepção de novos cursos, a começar pelo de Ecologia, pioneiro em Minas Gerais.

Uma reformulação estrutural empreendida em fins de 2003 levou o Uni-BH a ceder suas instalações no Renascença para a então Universidade Universo, que implantaria, em 2004, cursos de graduação em Belo Horizonte. Registre-se que, desde então, a Universo tem obtido êxito acadêmico e integração comunitária em mais de duas décadas de elogiável sinergia com as populações do Renascença e de bairros adjacentes, bem assim com toda a comunidade da Grande BH, já que existem registros de alunos e docentes da Universo egressos de diversos municípios da Região Metropolitana. Dessa forma, ganharam com a fixação da Universo nas antigas dependências da fábrica Renascença o ensino superior de Minas Gerais e milhares de alunos que já passaram ou se encontram em seus cursos, além de moradores e empreendedores de toda uma região da Capital mineira, como, ainda, professores e funcionários da escola.

Um fato que me veio à memória sobre a relevância da ocupação da fábrica da antiga Renascença e de sua área social, em fins dos anos 1990, por uma entidade escolar, quando Belo Horizonte enfrentava um período delicado com grande avanço da dengue na cidade, foi a visita do então prefeito Fernando Pimentel às instalações que estavam sendo adaptadas pelo Uni-BH. Relatei-o à Profa. Liciane, idealizadora e coordenadora do Projeto *Entre Fios e Ideias*. Para Pimentel, a chegada da escola colaborou consideravelmente com os esforços da Administração Municipal para combater a dengue, já que na antiga fábrica havia focos do *aedes aegypti*, a ameaçar constantemente a população local. De mais a mais, o movimento de alunos, professores e outros colaboradores da nova escola melhorou a segurança não só nos dois quarteirões que servem ao educandário, mas em toda a região. Creio que escola e comunidade de mãos dadas sinalizam um futuro a cada dia melhor para todos. Alunos, direção, professores, funcionários da Universo e toda a comunidade do Renascença e da região merecem esses tempos alvissareiros. A realidade atual que mostra a feliz integração comunidade-escola projeta a garantia de dias cada vez mais promissores. Não seria demasiado dizer obrigado, Universo.

COCHICHO POÉTICO

Dergson V. Ferreira

Ao subir a rua da Bahia, caminhando, após chegar ao centro de Belo Horizonte, vindo do bairro Renascença, no fundo ele estava a recordar o trajeto que fazia a alguns anos atrás, quando costumava visitar a sua irmã que trabalhava no BDMG. Fazia um calor imenso, e ele estava na medida do possível, dentro do horário do evento que havia visto no aplicativo da faculdade, sobre o “Alforriado Matias”. Além do tema ser interessante, tratava-se de horas complementares para a sua formação no curso de Direito da Faculdade Universo-BH. Não sabia ele que ao chegar perto da escadaria do Memorial Minas Gerais Vale- (Praça da Liberdade n.640 – BH/MG), escutaria uma voz sublime e doce, vindo da escadaria: Olá, você veio participar do evento? Dizia ela com um timbre ameno e agradável aos ouvidos. Ele, um pouco tímido, disse que sim, sentindo-se um pouco desconfortável pelo calor que acabara de receber ao longo da caminha que fizera naquele instante próximo, e olhando um pouco ressabiado para um grupo de alunos que se encontrava na tutela da professora, foi então que ela disse: Se “Achegue”, mesmo com a luz do sol batendo em seu rosto foi se adaptando àquela situação. Ao adentrarem ao recinto, fica-se de passagem, uma bela arquitetura, tombada pelo patrimônio histórico da humanidade, quem não conhece vale a pena conhecer, realmente para o amante das artes, uma visita imperdível. Retomando o assunto, foi aí então que a prof. Liciane Traverso, teve uma ideia brilhante, sobre um projeto que inicialmente teria o nome de: Projeto Histórico Cultural – Resgate Do Bairro Renascença – Uma Leitura Jurídica, que posteriormente passaria carinhosamente a chamar-se: “Entre Fios e Ideias, com isso, nascera ali uma amizade sincera, e o compromisso firmado pelo grupo para a realização do projeto, que além da parte escrita, burocrática, teria um documentário a ser exibido na instituição que ela é corpo docente, no caso, a faculdade Universo – BH.

QUEM CANTA A PAZ CONSTRÓI O AMOR!

O artista mineiro, Derg Vitorino, em homenagem ao documentário “Entre Fios e Ideias”, compôs uma obra incidental cujo nome é Cochicho Poético. Segundo ele a canção foi composta exclusivamente para o documentário. Suas tenras lembranças da antiga fábrica, têxtil, da Renascença, e do clube com o respectivo nome, onde costuma jogar bola aos finais de semana com os amigos, serviram de inspiração para uma singela homenagem, como um simples presente, para os que passaram, de alguma forma, os que estão passando, atualmente, e para os que passarão pela região, em especial pela faculdade Universo. E o que seria uma música incidental? Derg, relata que uma música incidental, como cochicho poético, é composta exclusivamente para documentários, peças teatrais, filmes, como curta-metragem, com o objetivo de criar uma atmosfera para o foco principal, no caso o documentário. Abaixo, destacaremos a autoria da letra, sim, quem faz a letra é o autor, e quem faz a melodia é o compositor. No caso da canção abaixo tanto a autoria e a composição são do artista mineiro referido. Vejamos:

COCHICHO POÉTICO

Quando ela chegar
Irei recitar um cochicho poético
Em teu ouvido
Um Poema Bem pertinho
Do Paraíso
Só de pensar
Naquela Lugar
O Meu coração se entrega a amar
Vai a solidão
Irei recitar em teu ouvido
O nosso poema que fala de amor
Nosso Paraíso
O nosso poema que fala de amor
Nosso paraíso!

E POR FALAR EM ARTE

Como não reverenciar algumas personalidades da região nordeste da capital mineira, é importante ressaltar a grande contribuição dada por essas pessoas, como por exemplo o querido Maestro Jadir Ambrósio, (in memoriam, 2014), compositor do hino do Cruzeiro Esporte Clube, o xote, Buraco De Tatu, gravado pelo artista nordestino, Luiz Gonzaga, dentre outros sucessos. “Seu Jadir” como era conhecido e reconhecido por todos os moradores do bairro Renascença, teve participação decisiva para o sucesso da grande cantora mineira, Clara Nunes, reconhecida nacionalmente como uma das maiores intérpretes de todos os tempos em nosso País. Conviver com o maestro Jadir Ambrósio, foi um aprendizado muito grande para todos da rua Catanduva, esquina com a avenida “Mexiana”, hoje com o nome de Avenida Clara Nunes, justa homenagem a renomada cantora e moradora do bairro Renascença. O maestro sempre impecável na sua maneira de vestir, elegante não só em suas indumentárias, mas, também de um fino trato inigualável com quem se aproximava, ou estava de alguma maneira ao seu redor. Com um sorriso largo, peito aberto, Jadir, costumava sempre trazer, principalmente para os jovens, ensinamentos imprescindíveis para a formação em face de um caráter reto como cidadão. Vale trazer à luz o seguinte fato de que o que era mais notório para as pessoas, principalmente para os musicistas, onde ele se realizava mesmo, em sua plenitude, era quando falava de sua obra musical, principalmente dos fatos empíricos que ele adquiriu durante os anos de sua existência terrena. Conviver com o maestro Jadir Ambrósio, desde os primórdios da nossa vida, e nos últimos anos de sua vida, onde íamos gravar suas canções, tocar os seus arranjos musicais, foi um presente de Deus para a nossa formação não só como profissionais da música, mas também, enquanto pessoas. Não poderíamos deixar de destacar outras personalidades tão ricas, moradores incontestes da região, como por exemplo o grande compositor Fernando Brant, (in memoriam), uma figura doce e sempre cordata com os vizinhos, realmente um exemplo de cidadão,

e um orgulho muito grande para todos nós. Como não reverenciar o músico instrumentista Valdir Silva, com os seus chorinhos repletos de melodias sublimes, um verdadeiro balsamo para os nossos ouvidos. Na música caipira vale destacar duplas como: Sanica e Carijó, Toninho e Tonhão, no axé music: Júlio Do Impulso, que foi o artista a dar-nos de presente os primeiros trios elétricos em Minas Gerais, No rock: Leandro Lima, reconhecido nacionalmente com músicas em novelas globais, Luiz Curinga, um dos maiores guitarristas do Brasil, dando a sua contribuição como músico do Grupo Ultraje a Rigor, bandas como: Via Láctea, Cebola De Vidro, Via Pública, Na comunicação: Caxangá, Eli Diniz, Elmar Passos Tocafundo, Dirceu Pereira, dentre outras personalidades. Vale destacar o forró da Botucatu, criado pelo empresário José Bastos, morador da rua Catanduva, primo da cantora Clara Nunes, onde foi reconhecido como patrimônio histórico da capital mineira. Também vivo em nossa memória o “rock do padre”, criado pela banda Agência Tass, com acaloradas apresentações nas barruquinhas da Igreja Santo Afonso, do padre Carlos, na época.

ENTREVISTA COM AMIGOS

Ao depararmos com o dever de entrevistar um grupo de pessoas que trabalharam na fábrica Têxtil Do Renascença, não poderíamos imaginar que seria na verdade uma chance de voltar de alguma forma ao nosso saudoso passado, tornando-se um ato prazeroso para nós, pois quando crianças de pés descalços jogando bola ou correndo atrás de papagaios nas ruas do bairro, tínhamos a chance de observar tudo de perto, de repente veio à memória o saudoso sr. Joaquim Ribeiro Neto, “Seu Joaquim” (in Memoriam, 2011), como era conhecido por todos, homem respeitado, íntegro, casado com a dona Terezinha Jacinto Ribeiro (in Memoriam, 2023), sempre passava por nós à tardinha, quando a pelada de futebol corria solta na rua Catanduva, local da sua residência. Por mais que as crianças sabiam que ele passaria por ali, de certa forma, foi uma rara surpresa descobrir anos

mais tarde que ele fora trabalhador respeitado da fábrica por 30 anos. Seus amados filhos Jacira Tadeu Ribeiro, Jairo Ribeiro Coimbra, Tania Maria Ribeiro Viegas e Leonardo Caio Ribeiro, cederam para o projeto inúmeros documentos, arquivos que comprovam a bela trajetória do excelente profissional e pai de família, cumpridor de suas obrigações, o “Seu Joaquim”. Outra entrevista interessante, não menos prazerosa, para nós, foi a do casal José Nivaldo Januário Da Cruz, e sua esposa, a sra. Elenice Regina Soares Da Cruz, Nivaldo, muito educado, homem de fino trato, recebera-nos muito bem em sua casa, com um gosto musical admirável, fã incontestante da dupla Chrystian e Ralf, relatou-nos que conhecera a sua esposa Elenice, na Fábrica Têxtil do Renascença, realmente uma família muito respeitada e querida na região. Agora continuaremos nessa viagem, ficaremos com os próximos capítulos do livro que chamamos carinhosamente de “Entre Fios e Ideias”.

FÁBRICA DE TECIDOS RENASCENÇA - COMPANHIA RENASCENÇA INDUSTRIAL

João Carlos Mendanha Pedrosa

Aos 6 de março de 1937, acontecia a primeira assembleia para a constituição da Companhia Renascença Industrial, também conhecida como Fábrica de tecidos Renascença. Christiano França Teixeira Guimarães, já com experiência no ramo têxtil, pois seu pai fundara a Companhia Têxtil de Cachoeira de Macacos, na cidade que leva o mesmo nome, junto com Juventino Dias Teixeira, Antônio Mourão Guimarães e Severino Pereira da Silva, então membros fundadores do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, eram os acionistas majoritários.

Ainda em 1937, é nomeado como gerente da fábrica o Sr. Antônio Augusto Pereira, com a tarefa principal de construir as instalações necessárias e adquirir, na época somente através de importação, o maquinário necessário ao desenvolvimento da atividade fabril.

Em 1940 a fábrica começa a operar, inicialmente voltada para a produção de fios e tecidos. A inauguração da fábrica foi um marco na industrialização e desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte, e desempenhou um papel fundamental na formação do bairro que lhe deu nome.

Várias melhorias na região aconteceram justamente por conta da implantação da fábrica, como, por exemplo, as linhas de bondes, que até então não contemplavam o bairro Renascença e nem os bairros vizinhos. Sua história reflete o processo de urbanização e transformação social da capital de Minas.

Nos primeiros anos de funcionamento, o crescimento da indústria é lento, devido não só em função das importações das máquinas e equipamentos, mas, também, porque estávamos vivendo a terrível experiência de uma Guerra Mundial, que agravava ainda mais as dificuldades de aquisição desses insumos.

A empresa em paralelo, além da atividade fabril, investia maciçamente na região do Renascença, onde estava instalada.

Assim, o bairro Renascença vai crescendo e se povoando cada vez mais. Havia ali, inúmeras famílias cujos membros, praticamente todos, trabalhavam na fábrica. Eram pais, mães, filhos, sobrinhos, tios, todos moradores do bairro e empregados da fábrica. Para abrigar este contingente de pessoas, havia várias hospedagens, no estilo república, destinadas principalmente ao público masculino e solteiro, que vinha do interior em busca de trabalho.

A fábrica oferecia também casas às famílias, em especial àquelas vindas de Cachoeira dos Macacos, que chegavam já com o emprego garantido. Foram os primeiros operários da fábrica, pois eram os únicos que detinham experiência.

As primeiras casas, então, que começavam a compor a Vila Operária, construídas nas imediações da fábrica, nas ruas José Maurício, Hélio e Horta Barbosa, destinaram-se aos operários da fábrica, recém chegados. As casas eram de propriedade da empresa, contavam com um quintal e se diferenciavam pelo número de quartos.

Posteriormente, os operários tiveram a opção de compra, com possibilidade de financiamento do imóvel.

A fábrica passa a ser um polo de atração àqueles que desejavam emprego pois, além de possibilitar a moradia, não exigia experiência no ramo.

Na maioria dos setores a prática era adquirida no dia a dia, sob a supervisão de um chefe de setor, que ia transmitindo conhecimento e treinando os funcionários. E a fábrica seguia se desenvolvendo e crescendo junto com o bairro Renascença. Para exemplificar a importância da fábrica nesse processo, registra-se, que ainda na década de 1940, o número de empregados chegou a aproximadamente 1100 pessoas, a imensa maioria dos quais residindo no bairro ou nas proximidades.

O horário de trabalho na fábrica de tecidos era fixo, como de praxe à época. A rotina tinha início com a sirene, quando o primeiro apito anunciava a entrada, pontualmente às 5h50. O segundo apito

às 11h, indicando a saída para o almoço, e às 11h50 o terceiro apito indicando o retorno. O último apito do dia, às 18h, indicava o término do expediente de trabalho, com os empregados indo embora para casa, com exceção daqueles que trabalhavam no setor de fiação ou em algum outro de funcionamento ininterrupto. Havia também uma outra sirene, de menor potência, que indicava a parada para o café, de 14h às 14h15. O apito da fábrica influenciava também a rotina do bairro.

Os moradores costumavam acertar o relógio por ele. O mesmo apito era também utilizado para homenagear funcionários e moradores do bairro em funerais, pois como era o costume da época, os velórios costumavam ser realizados nas residências, e na saída do cortejo o apito tocava.

A Fábrica de Tecidos da Renascença seguiu o padrão organizacional comum às indústrias do setor. No sentido de racionalizar os processos de produção, dividia-se em setores interdependentes, cada qual observando procedimentos específicos, cujo somatório resultava na produção final do tecido.

O primeiro procedimento era incumbência da seção de fiação, situada no primeiro galpão, o mais próximo, pela rua Horta Barbosa. Ali eram desmanchados os fardos de algodão, que muitas vezes vinham com caroços, precisando ser retirados.

Em seguida, o produto era levado ao setor de tecelagem, onde ficava o maior número de empregados e era marcante a presença feminina, como, aliás, ocorria na fiação, onde havia meninas com apenas 14 anos até pessoas com idade bem mais avançada.

A principal tarefa na tecelagem era comandar o tear, enquanto o fio, entre trama e urdume, ia tecendo o pano. Nessa época, nenhum trabalho era feito sem a presença humana. Não havia máquinas automáticas. Era sempre o homem que as estava alimentando, colocando algodão e regulando. Portanto, o ser humano ali era a manutenção da máquina em movimento. Chegou a haver mais de 700 teares operando simultaneamente. Produzia-se muito pano. O tecido

já saía em rolos, indo direto para o alvejamento, onde era limpo e, claro, alvejado.

Na estamparia, a etapa seguinte, os tecidos ganhavam desenhos, conhecidos como estampas, quando não iam direto para a tinturaria, onde adquiriam cor.

A rotina de trabalho variava de acordo com a seção. Algumas funcionavam em turnos e jamais paravam, como é o caso da tecelagem.

A fiação, geralmente, também operava dia e noite. Já na estamparia, o turno era em horário normal, às vezes com alguma hora extra para atender uma demanda urgente.

Em relação aos salários, eram pagos religiosamente em dia, como também as horas extras, e segundo relatos, valia à pena trabalhar na fábrica, que tinha um ambiente agradável, com políticas de boa gestão por parte da administração e respeito aos funcionários.

Até onde pesquisamos e pelas entrevistas colhidas junto a antigos trabalhadores, todos relatam com saudades o tempo que estiveram ali. Falam com muito carinho, não só dos antigos companheiros, como também dos antigos patrões.

A produção da fábrica era basicamente de viscose, musseline, fustão e flanela, que atendiam as demandas regionais e eram vendidos para todo o País.

Para divulgação de sua produção, ocasionalmente a Companhia Renascença promovia desfiles. Em um deles, em 1961, para o lançamento da Coleção Manga, participou Clara Nunes, empregada da fábrica na época.

A Companhia Renascença patrocinava também outras atividades culturais e, em uma delas, um concurso com o nome de “Voz número 1”, foi vencido pela mesma Clara Nunes, que já começava a despontar como cantora e, a partir disso, sendo ela “prata da casa”, a fábrica passou a apoiar a cantora, oferecendo-lhe, já no final dos anos 50 e início dos anos 60, tecidos e confecção de roupas para suas apresentações.

Proporcionar lazer aos seus operários era também uma preocupação da Companhia. Além de um armazém destinado aos

funcionários, podendo o pagamento das compras ser descontado nos salários seguintes, construíram ao lado da fábrica um clube que contava com ginásio, piscina, quadra de vôlei, peteca e um campo de futebol, onde treinava o time que levava o nome da Companhia, Esporte Clube Renascença, e que chegou a disputar vários campeonatos, inclusive o Mineiro, além de revelar atletas que despontaram e foram considerados craques de bola, como, por exemplo Wilson Piazza, que dali foi para o Cruzeiro Esporte Clube.

Fora os familiares dos funcionários, outros parentes e ou amigos também podiam frequentar o clube, bastando para tanto a retirada de convites por parte do empregado. Os bailes, festas juninas, confraternizações e shows, também realizados no clube, eram destaques e movimentavam toda a comunidade, e era comum a contratação de cantores famosos para animar os eventos.

A Companhia de Tecidos Renascença buscava ser um elo entre a região e sua comunidade. Além do armazém, do clube de lazer e da busca de um ambiente seguro e agradável de trabalho, preocupava-se também com o acesso à educação.

E como havia escassez de escolas na localidade, a empresa, em conjunto com as famílias proprietárias de terras da região, doaram um terreno para a construção e instalação do Colégio São Miguel Arcanjo, que, em contrapartida, tinha o compromisso de oferecer bolsas a filhos de operários. O mesmo processo se deu também para a vinda do Colégio Madre Paulina para a região. Nessa época havia a separação de escolas para meninos e meninas, sendo que, no Colégio São Miguel, estudavam os meninos, e no Madre Paulina, as meninas.

No começo da década de 60, as organizações Geraldo Corrêa assumem a direção da fábrica e em fins de 1963 a empresa passa às mãos da família Lundgren, que a comandou até o seu fechamento em 1996, quando o restante do maquinário foi transferido para o galpão da Fábrica Santa Elizabeth, na cidade de Contagem. Esse fato proporcionou uma mudança drástica na rotina do bairro Renascença e de toda a vizinhança.

O intenso comércio de produtos e serviços influenciados pela presença da fábrica desapareceu, impactando o desenvolvimento da região. Foi uma mudança significativa na rotina do Renascença e bairros vizinhos.

Atualmente, no lugar antes ocupado pela fábrica, está instalada uma escola dedicada ao ensino superior, o Centro Universo Belo Horizonte, UNIVERSO – BH. A unidade conta com uma estrutura de ensino completa, formada por uma Biblioteca, que também é acessível ao público externo, Clínica Escola de Fisioterapia, Laboratório de Cineantropometria, Laboratório de Corpo em Movimento, Laboratório de Engenharia de Produção, Laboratório de Informática, Núcleo de Prática Jurídica, Núcleo de Psicologia Aplicada, Polo Esportivo, com piscinas e quadras, Sala de Danças e mais. Promove também com a participação do corpo docente e de alunos, através dos cursos de Fisioterapia, Veterinária e Direito, atendimento à comunidade, proporcionando acesso a campanhas de vacinação de animais e castração de cães e gatos, acesso a tratamentos de recuperação fisioterápica e consultas na área jurídica.

Ações que contribuem para fortalecer os laços entre o Centro Universo e a comunidade, numa proposta clara de melhorar as relações comunitárias, com atendimento de qualidade, gerando conforto e bem-estar, não só ao bairro Renascença, como também à toda a região.

Atualmente, o Bairro Renascença, encontra-se em fase de recuperação, com o comércio se fortalecendo e se diversificando, como a abertura de novas lojas, supermercados, academias de ginástica, restaurantes e agências bancárias. O mercado imobiliário também ganhou um novo fôlego, com muitas casas sendo substituídas por prédios de apartamentos. Gradualmente, o bairro está voltando a ser valorizado. E é notória a influência da UNIVERSO – BH neste processo.

O início dessa recuperação se deu após a vinda da instituição UNIVERSO, que atuou como um verdadeiro “imã”, atraindo e contribuindo para a volta do desenvolvimento do bairro Renascença

e região. A Fábrica de Tecidos Renascença, depois de mais de meio século de vida, fechou as suas portas, e deixou um enorme vazio no bairro que praticamente cresceu às margens dos seus teares. Mais do que tecidos finos e belas estampas, a fábrica teceu amizades, boa convivência, relacionamentos, namoros, casamentos. Teceu vidas! Com seu apito ditava o ritmo, marcava o passo.

Saudade! Muita saudade! É a palavra que mais se ouve, além das boas lembranças, e que pode traduzir o sentimento dos antigos funcionários e daqueles que moravam, ainda moram ou circulam pela região, ao se referirem à fábrica.

Saudade!

A IDENTIDADE TECIDA ENTRE OS FIOS E AS IDEIAS

Luciana Ribeiro Santos de Castro

1. INTRODUÇÃO

*“Identidade é a história que contamos a nós mesmos sobre quem somos.”
— Mário Sérgio Cortella.*

Quem são os alunos da UNIVERSO? Quem foram as pessoas que ocuparam o espaço quando ainda era uma fábrica de tecidos? Quem são os moradores do bairro? O que esse espaço representa na formação de nossas identidades?

Queremos saber suas histórias! Queremos saber a ligação e o pertencimento dessas pessoas com o nosso espaço, com o nosso e com a nossa UNIVERSO! Queremos entender como a identidade pessoal e coletiva formou esse espaço, por isso queremos ouvir as histórias que cada um conta a si, imerso nesse mundo pessoal, onde lembranças, afetos, desafios e conquistas se entrelaçam como fios de uma grande tapeçaria coletiva. Cada relato é uma peça única que ajuda a compor o mosaico vivo da nossa história comum, revelando as camadas do tempo e as múltiplas formas de pertencimento que constituem o nosso UNIVERSO.

Nesse contexto, alunos da UNIVERSO, antigos trabalhadores da Fábrica Renascença e moradores do bairro se conectam por um vínculo sutil, quase invisível, mas profundamente presente. Esse elo é tecido no cotidiano, nas lembranças familiares, nas histórias compartilhadas e na permanência simbólica dos valores que moldaram o espaço. O ambiente que um dia acolheu o trabalho artesanal e industrial dos tecelões agora abriga o florescimento de saberes acadêmicos, mas sem romper com suas raízes. Ao contrário, o espaço mantém viva a memória de um passado coletivo, sendo moldado por uma

continuidade afetiva que transforma o campus universitário em um lugar onde se constroem saberes — entrelaçando vidas, experiências e pertencimentos ao longo do tempo.

2. DESENVOLVIMENTO

Importa destacar que a identidade relacionada ao pertencimento de uma localidade é um fenômeno complexo que reflete a interação entre o indivíduo e seu ambiente. Segundo o sociólogo Renato Ortiz (2001), a identidade é uma construção social que se articula a partir das experiências e referências de um grupo, influenciada por contextos culturais e históricos. Esse pertencimento vai além da geografia; ele envolve cultura, história e relações sociais.

Dessa forma, quando uma pessoa se identifica com um lugar, ela assimila suas tradições, valores e modos de vida. Essa conexão pode ser percebida de diferentes maneiras: na forma como a comunidade utiliza seus espaços, na maneira como as pessoas modificam e fazem uso da língua, imprimindo os regionalismos, manifestando costumes locais ou se organizando em torno de causas comuns. O sentimento de pertencimento cria um laço emocional que fortalece a coesão social e fomenta um senso de segurança e acolhimento.

Ademais, outro aspecto relevante na formação de identidades calcadas no pertencimento são as relações de trabalho, que também desempenham um papel crucial nesse contexto de formação coletiva e individual. A forma como as pessoas se envolvem em suas comunidades profissionais influencia diretamente seu sentido de pertencimento. Os ambientes de trabalho que valorizam a colaboração e o respeito pelas identidades locais tendem a promover um forte sentimento de inclusão. Quando os trabalhadores se sentem valorizados e reconhecidos, eles não apenas se comprometem mais com suas funções, mas também se conectam mais profundamente à sua comunidade, contribuindo para um ciclo positivo de engajamento e identidade.

Nesse viés, podemos destacar que a Fábrica de Tecidos Renascença construiu, ao longo das décadas, um verdadeiro legado de pertencimento, especialmente para seus funcionários e parentes, mas também junto às comunidades do bairro Renascença e seu entorno. O espaço fabril não era apenas um local de produção, mas um ponto de referência afetiva e social, onde laços de solidariedade, memória e identidade foram tecidos. Hoje, com a instalação da UNIVERSO nesse mesmo espaço, percebe-se que muitos dos atuais alunos mantêm vínculos afetivos e comunitários com o local, seja por meio de parentes que trabalharam na antiga fábrica, seja por outras ligações familiares, históricas ou simbólicas com o território. Essa continuidade revela que a identidade do espaço não foi apagada, mas ressignificada, e segue viva nas histórias e trajetórias de quem agora habita o ambiente acadêmico.

Entretanto, à medida que novas gerações chegam e se estabelecem, práticas culturais e modos de vida podem se fundir, resultando em uma identidade que é simultaneamente preservada e reinventada. Essas mudanças exigem que os indivíduos se adaptem, refletindo sobre como as novas realidades afetam seu pertencimento e, por consequência, sua identidade.

Dessa maneira, as mudanças locais e temporais nos espaços têm um impacto significativo na identidade coletiva. No âmbito do projeto “Entre Fios e Ideias”, essa realidade é particularmente evidente na transformação do antigo espaço fabril da Fábrica Renascença em um ambiente educacional, hoje ocupado pela UNIVERSO. A transição não representou apenas uma mudança de uso físico, mas um processo de ressignificação profunda do território. Embora o espaço tenha ganhado novas funções, o projeto se preocupa em preservar a memória cultural, os laços comunitários e a identidade histórica do bairro e de seus moradores, assim como todo o legado deixado pelas boas memórias que se formaram entre os fios. Dessa forma, as transformações sociais são reconhecidas como forças que moldam o entorno, mas também como oportunidades de diálogo entre passado

e presente, entre o fazer manual e o saber acadêmico, mantendo viva a conexão com as raízes da comunidade local.

Estamos em constante (trans)formação e hoje, como novos pertencentes do espaço, somos atravessados pelo espectro de valores, sentimentos e costumes iniciados pelos trabalhadores. Todos esses aspectos nos moldam e nos constituem como indivíduos. Tudo o que foi vivido entre os fios nos transforma através de ideias e constitui nossa identidade, individual e coletiva. O respeito e a dignidade humana que permearam a fábrica, hoje permeiam a universidade. Esses valores, que outrora estruturavam as relações entre patrões e operários, agora se manifestam nas relações entre professores, alunos, técnicos e comunidade acadêmica. A valorização do trabalho, da escuta e da presença do outro continua sendo o alicerce sobre o qual o espaço é construído. Na fábrica, essa dignidade se revelava na justa valorização do trabalhador; na universidade, ela se expressa no compromisso com a formação humana, na inclusão, no acolhimento e na construção de saberes que respeitam as histórias e os contextos de cada indivíduo. Assim, o passado não apenas inspira o presente — ele o fundamenta, tornando a UNIVERSO um lugar onde memórias operárias e práticas educativas se entrelaçam na construção de um futuro mais consciente, solidário e comprometido com a transformação social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade é um conceito multifacetado que abrange quem somos, nossas experiências, valores e crenças. Ela é moldada por fatores como cultura, história, relações sociais e os ambientes em que vivemos. A identidade não é estática; muda ao longo do tempo, influenciada por novas experiências e interações. Essa dinâmica é fundamental para entendermos a nós mesmos e nosso lugar no mundo, pois a identidade conecta indivíduos a grupos e comunidades, criando um sentido de pertencimento e coesão social. Em um mundo globalizado, a identidade também pode se tornar um campo de diálogo

entre diferentes culturas, enriquecendo nossa compreensão e respeito pelas diversidades.

Portanto, a nova comunidade do espaço UNIVERSO tem sido gradualmente construída entre fios e ideias, formando novas identidades individuais e, especialmente, grandes identidades coletivas, pautadas em tudo que o espaço representou e ainda representa para tantas pessoas ao longo do tempo. O resgate histórico promovido por esta pesquisa fortalece a valorização dessa cultura que deixou marcas profundas, marcas essas que continuam a construir histórias e transformar vidas. Mais do que recuperar memórias, o projeto *Entre Fios e Ideias* promove uma reflexão contínua sobre quem somos e como nos constituímos no coletivo. Ele se torna, assim, uma ferramenta essencial para a formação da identidade dos membros da comunidade acadêmica e dos moradores do bairro, oferecendo a cada pessoa a possibilidade de se reconhecer como parte de um processo histórico e social mais amplo. Nesse movimento, as experiências individuais se entrelaçam às trajetórias coletivas, tecendo um pertencimento consciente que honra o passado e projeta futuros mais enraizados e solidários.

REFERÊNCIAS

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CORTELLA, Mário Sérgio. *Qual é a tua obra?*. Petrópolis: Vozes, 2007.

A FÁBRICA RENASCENÇA E A SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO: TRABALHO, QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM BELO HORIZONTE

Aline Loredane Gonçalves

INTRODUÇÃO

A relação entre trabalho e território transcende a dimensão puramente econômica, estendendo-se à construção de identidades, práticas culturais e coesão social. Conforme destaca Manuel Castells (2000), o território não é um mero palco, mas um espaço dinâmico onde as relações sociais se materializam e são constantemente reconfiguradas. Boaventura de Sousa Santos (2002) complementa essa visão ao argumentar que o território é um “espaço-tempo”, permeado por lutas sociais, memórias e projetos de futuro, onde o trabalho se insere como uma força motriz de transformação.

Ao longo da história, as relações de trabalho passaram por profundas transformações, moldando a estrutura social e a dinâmica dos territórios. Desde a transição da economia agrária para a industrial, com a consolidação da fábrica como espaço central de produção e organização do trabalho, até as atuais configurações marcadas pela globalização, pela digitalização e pela precarização, o modo como as pessoas trabalham impacta diretamente suas vidas e o ambiente ao seu redor.

Se em um passado não tão distante a relação empregatícia formal e duradoura era a norma, oferecendo certa segurança e vínculo com o local de trabalho, hoje observamos uma crescente flexibilização, informalidade e o surgimento de novas formas de contratação, que muitas vezes fragilizam os laços entre trabalhador, empresa e território.

Nesse contexto de rápidas mudanças, a experiência da Fábrica Renascença em Belo Horizonte oferece um contraponto enriquecedor.

Este artigo tem como objetivo analisar como essa fábrica, em seu tempo, conseguiu construir um modelo de trabalho que serviu como instrumento de sustentabilidade local e de promoção da qualidade de vida. Este estudo se desenvolveu a partir do documentário, fruto do projeto de pesquisa “Entre Fios e Ideias” (2024) do curso de Direito da Universidade Salgado de Oliveira (Universo) – Campus Belo Horizonte, coordenado pela Profa. Dra. Liciane Faria Travesso Gonçalves, no 2º semestre de 2024. O documentário evidencia, através de relatos e memórias, as relações de trabalho na Fábrica Renascença como eram na época.

Através de relatos documentais de ex-trabalhadores e moradores da região, realizaremos um resgate histórico-cultural e uma análise das condições de trabalho à época, associando tais elementos à evolução das legislações trabalhistas brasileiras. A narrativa da Fábrica Renascença nos permite refletir sobre como o trabalho pode ir além da simples produção de bens, tornando-se um catalisador para o desenvolvimento humano e territorial de forma mais integral.

RESGATE HISTÓRICO E CULTURAL DA FÁBRICA RENASCENÇA

A Fábrica Renascença foi, por muitos anos, mais que uma simples unidade produtiva; ela se consolidou como um dos principais polos industriais da região onde se inseria em Belo Horizonte, sendo reconhecida não apenas pela sua produção, mas também por seu profundo papel social e simbólico. Os relatos colhidos de ex-trabalhadores e moradores da área revelam que a fábrica era percebida como um local de pertencimento, um espaço onde vínculos afetivos, profissionais e comunitários se entrelaçavam de forma orgânica.

Essa percepção corrobora a visão do geógrafo David Harvey (1996), que argumenta que os espaços de produção podem transcender sua função econômica e se tornar local de forte identificação social e cultural, criando um verdadeiro sentimento de pertencimento. Para muitos, a Renascença foi o ambiente onde se formaram amizades

duradouras, onde habilidades foram desenvolvidas e aprimoradas, e onde trajetórias de vida foram consolidadas. A rotina do trabalho diário, longe de ser meramente uma obrigação, integrava-se profundamente na vida pessoal, gerando uma sensação de continuidade e propósito.

O trabalho na Fábrica Renascença não era visto apenas como uma fonte de renda, mas como uma parte integrante da identidade pessoal e coletiva. A forma como os trabalhadores se referia à fábrica e ao seu tempo lá, reflete um profundo respeito e valorização de suas contribuições. Essa atmosfera de reconhecimento e dignidade era uma marca importante do cotidiano da fábrica, contribuindo para a construção de uma memória afetiva e positiva em torno do ambiente laboral.

Essa dimensão afetiva do trabalho é amplamente discutida por Richard Sennett (1999), que, ao abordar a ética do bom artesão, ressalta como o trabalho manual e o ofício podem ser fundamentais para a construção do eu e para a formação do caráter. A Renascença, nesse sentido, atuou como um espaço vital de socialização, de aprendizagem informal e de formação de subjetividades, indo muito além da sua função produtiva e consolidando-se como um verdadeiro pilar da comunidade. A fábrica não apenas empregava, mas também integrava e criava laços que perduraram por gerações.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA

A análise dos relatos aponta para condições de trabalho que, à época, eram consideradas muito satisfatórias. A fábrica fornecia alimentação no refeitório, dispunha de enfermaria e promovia a interação contínua entre trabalhadores e gestores. A preocupação com a segurança e com o bem-estar físico dos trabalhadores, dentro das possibilidades e normas da época, demonstra uma abordagem que se alinha com os princípios de ergonomia e saúde ocupacional. Asa Cristina Laurell e Mariano Noriega (1989), por exemplo, enfatizam a importância das condições de trabalho para a saúde dos trabalhadores,

indo além da mera ausência de doença, para abarcar o bem-estar integral.

A noção de qualidade de vida no trabalho (QVT), embora tenha se consolidado como campo de estudo mais recentemente, já se fazia presente na prática da Fábrica Renascença. Autores como Richard E. Walton (1973), um dos pioneiros no tema da QVT, destacam a importância de fatores como remuneração justa, condições seguras e saudáveis, uso e desenvolvimento de capacidades, oportunidade de crescimento, integração social no trabalho, constitucionalismo (direitos e deveres claros), trabalho e espaço de vida total (equilíbrio entre vida pessoal e profissional) e relevância social da vida no trabalho. Os relatos sobre a Fábrica Renascença indicam que muitos desses aspectos eram vivenciados pelos trabalhadores, o que contribuía para um alto nível de satisfação e, conseqüentemente, para uma melhor qualidade de vida.

Além disso, as condições ambientais também foram lembradas como sendo boas, com esforços da empresa para minimizar os riscos ambientais. Tais práticas contribuíram não apenas para a saúde física, mas também para a satisfação e estabilidade emocional dos trabalhadores, elementos essenciais para a qualidade de vida. A inter-relação entre trabalho e bem-estar é um tema central na psicodinâmica do trabalho, como abordado por Christophe Dejours (1992), que explora como a organização do trabalho pode impactar a saúde mental dos indivíduos. A abordagem da Fábrica Renascença parece ter privilegiado uma gestão que, mesmo informalmente, buscava minimizar o sofrimento psíquico associado ao trabalho e promover um ambiente laboral que favorecia a saúde integral.

A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES

Um dos aspectos mais intrigantes revelados pela pesquisa é a percepção dos trabalhadores da Fábrica Renascença em relação à

legislação trabalhista atual, comparada àquela vigente no período de funcionamento da fábrica. Muitos relataram que, mesmo diante de limitações inerentes à época, sentiam-se mais protegidos e respeitados nas relações de trabalho passadas. A Fábrica Renascença buscava, dentro de suas possibilidades, cumprir com as normativas trabalhistas e manter os direitos dos empregados. Essa prática, embora talvez não inovadora em termos legais absolutos, era percebida como benéfica e diferencial pelos próprios empregados.

Essa percepção é particularmente relevante ao considerarmos as profundas transformações e a precarização do mundo do trabalho nas últimas décadas. Ricardo Antunes (1995), em sua obra seminal, discute como as metamorfoses do trabalho, impulsionadas pelo capitalismo flexível, resultaram em uma crescente fragilização dos vínculos empregatícios e uma erosão dos direitos historicamente conquistados. A experiência da Renascença, com sua aparente estabilidade e valorização, contrasta fortemente com o cenário atual, onde a busca por emprego muitas vezes se traduz em contratos temporários, informalidade e ausência de benefícios.

Esse dado traz uma reflexão crucial: embora a legislação trabalhista brasileira tenha evoluído formalmente ao longo do tempo, com o objetivo de ampliar direitos e garantias (a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, por exemplo, foi um marco nesse sentido), a percepção de proteção e reconhecimento no ambiente de trabalho pode ter sofrido retrocessos significativos. Essa desconexão entre a formalidade legal e a experiência vivida pelos trabalhadores se torna mais evidente frente à flexibilização, terceirização e informalização das relações laborais contemporâneas.

Autores como Guy Standing (2011) cunharam o termo “precariado” para descrever essa nova classe social, caracterizada pela instabilidade, insegurança e pela constante ameaça de perda de direitos. A memória dos ex-trabalhadores da Fábrica Renascença, ao evocar um tempo de maior segurança e respeito, serve como um poderoso contraponto a essa realidade do precariado. Ela sugere que a mera existência de leis não garante a percepção de justiça e proteção;

é fundamental a forma como essas leis são aplicadas no cotidiano das empresas e, mais importante, como as relações humanas e trabalhistas são geridas no dia a dia. A experiência da Renascença indica que a cultura organizacional e o modo como os direitos são efetivamente vivenciados podem ser tão, ou mais, importantes do que o arcabouço legal em si para a sensação de bem-estar e dignidade do trabalhador.

O TRABALHO COMO PILAR DE SUSTENTABILIDADE LOCAL

O caso da Fábrica Renascença revela que o trabalho, quando inserido em um modelo que respeita o trabalhador e promove integração com o território, atua como um pilar de sustentabilidade local. A fábrica era mais que uma unidade produtiva: era um centro de dinamização social e econômica, que impulsionava o comércio local, fortalecia os laços comunitários e fomentava um sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva. Essa perspectiva está em linha com as teorias de desenvolvimento territorial endógeno, que enfatizam o papel dos atores locais e das relações sociais na promoção do desenvolvimento sustentável (BECKER; EGLER, 1993).

Aqui, a contribuição de Ladislau Dowbor (2008) é crucial. Ele defende que o desenvolvimento sustentável depende de uma governança local forte e da apropriação dos recursos e processos pelas comunidades. A Fábrica Renascença, ao promover um ambiente de trabalho digno e envolver-se com a comunidade, agia como um polo que gerava não apenas renda, mas valor social e ambiental, fortalecendo o capital social do território. O trabalho, nesse contexto, transcende sua função econômica para se tornar um motor de articulação comunitária e resiliência local, evidenciando que empresas podem ser agentes de transformação positiva para além de seus portões.

Para Boaventura de Sousa Santos (2007), a sustentabilidade não pode ser pensada sem considerar a justiça social e cognitiva. A experiência da Fábrica Renascença sugere que, ao valorizar o trabalhador e integrar-se ao seu entorno, a fábrica promovia uma

forma de justiça que contribuía para a sustentabilidade do território, construindo um futuro mais equitativo. Embora o modelo de funcionamento da Fábrica Renascença não fosse perfeito ou isento de desafios, ele se mostrava coerente com uma visão de desenvolvimento que priorizava a dignidade e a integração, em vez de se limitar à maximização do lucro a qualquer custo.

O desenvolvimento territorial deve, portanto, considerar o trabalho não apenas como meio de produção, mas como instrumento de formação cidadã, de promoção da saúde integral e de sustentabilidade sociocultural. A experiência da Fábrica Renascença mostra que é possível alinhar produtividade com dignidade humana e impactos sociais positivos duradouros, evidenciando a interdependência entre economia, sociedade e meio ambiente para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Fábrica Renascença, reconstruída por meio de memórias compartilhadas e observações no território, revela o papel transformador que o trabalho pode desempenhar na organização da vida social. Mais do que um espaço produtivo, a fábrica operava como uma engrenagem que conectava indivíduos, promovia relações de confiança e construía senso de pertencimento. Ao oferecer condições adequadas, dignidade no trato cotidiano e estímulo ao desenvolvimento humano, tornou-se símbolo de uma época em que o trabalho ainda conseguia se aliar à valorização do indivíduo e à vitalidade da comunidade.

Sua presença consolidou vínculos entre gerações, impulsionou economias locais e fortaleceu a identidade coletiva do território. O legado da Renascença ultrapassa o concreto das edificações e dos maquinários, ele vive nas memórias afetivas, nas práticas sociais transmitidas, na narrativa viva de um lugar que foi marcado por

respeito mútuo e por uma lógica de produção centrada no bem-estar e na cooperação.

Diante das profundas transformações que hoje atravessam as relações de trabalho marcadas por instabilidade, individualismo e crescentes desafios socioeconômicos, essa experiência torna-se um convite à reflexão. Relembrar o modelo vivido na Renascença é revisitar possibilidades de construir ambientes laborais mais humanos, onde o valor do trabalho esteja intrinsecamente ligado ao desenvolvimento integral dos territórios.

Assim, a Fábrica Renascença deixa de ser apenas um capítulo da história industrial de Belo Horizonte para se transformar em referência de como o trabalho pode ser instrumento de cidadania, coesão social e sustentabilidade duradoura. O futuro das relações laborais talvez esteja em resgatar o melhor do passado, adaptando-o às demandas contemporâneas sem perder de vista o essencial: o ser humano no centro das decisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil:** uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 1).
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.
- DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento:** os desafios da gestão sustentável. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- ENTRE FIOS E IDEIAS – patrimônio sociocultural.** Direção: Liciane Faria Traverso Gonçalves. Belo Horizonte: Sonderg Produções, 2024. 1 vídeo (1h12 min). Disponível em: <https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTUX87HkXCv>. Acesso em: 5 junho. 2025.
- HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference.** Cambridge, MA: Blackwell, 1996.
- LAURELL, Asa Cristina.; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde:** trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização do direito:** os novos caminhos da regulação e da emancipação. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

STANDING, Guy. **The precariat:** the new dangerous class. London: Bloomsbury Academic, 2011.

WALTON, Richard E. Quality of working life: what is it?. **Sloan Management Review**, v. 15, n. 1, p. 11-21, 1973.

TRABALHO E DIGNIDADE NA FÁBRICA RENASCENÇA: ENTRE VÍNCULOS, DIREITOS E MEMÓRIA

Letícia Cristina Gonçalves Rosa

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A relação entre o trabalho e o território transcende sua função econômica, constituindo-se como eixo estruturante de identidade, pertencimento e desenvolvimento social. No contexto brasileiro, essa relação assume contornos ainda mais relevantes, considerando os desafios históricos de desigualdade social, precarização laboral e exclusão territorial. Este artigo tem como objetivo analisar, à luz da experiência da Fábrica Renascença, situada em Belo Horizonte, como o trabalho pode ser um instrumento de sustentabilidade local e de promoção da qualidade de vida.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, propõe-se resgatar a memória histórica da fábrica com base em entrevistas, documentos internos e relatos de trabalhadores, informações colhidas no documentário “Entre Fios e Ideias” (2024). Ao contextualizar a experiência vivida pelos trabalhadores no interior da fábrica, em especial a trajetória de um operário, busca-se evidenciar o papel do trabalho como vetor de inclusão, cidadania e fortalecimento urbano.

METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em abordagem qualitativa, com triangulação de fontes documentais, orais e bibliográficas apresentados no documentário Entre fios e ideias. Foram realizadas entrevistas com ex-trabalhadores da Fábrica Renascença, análise de registros históricos e consulta a documentos utilizados no Concurso Operário Brasil 1992, promovido pela própria empresa. A trajetória do trabalhador premiado no concurso, é tomada como caso ilustrativo significativo, articulando

as dimensões subjetiva, institucional e normativa da experiência de trabalho.

Essa metodologia permitiu não apenas reconstituir a ambiência da fábrica nos anos 1980 e 1990, mas também promover uma reflexão crítica sobre os impactos do trabalho na construção de vínculos sociais e no desenvolvimento territorial. A análise teórica fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na literatura especializada em Direito e Sociologia do Trabalho.

TRABALHO E DIGNIDADE: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E AMBIENTAIS

O trabalho é consagrado pela Constituição Federal de 1988 como um direito social essencial, vinculado à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e a construção de uma sociedade justa, solidária e livre de desigualdades (art. 3º). O artigo 6º o reconhece como direito social, e o artigo 7º estabelece um conjunto de garantias destinadas à proteção da saúde, segurança, estabilidade e remuneração do trabalhador. A proteção à saúde e à segurança no trabalho, prevista no inciso XXII do artigo 7º, evidencia a preocupação do legislador com as condições laborais dos trabalhadores, reforçando a ideia de que o trabalho deve ser exercido em um ambiente saudável e seguro.

Nesse sentido, a valorização do trabalho não se resume à remuneração, mas envolve o reconhecimento do trabalhador como sujeito de direitos, inserido em um ambiente laboral que promova bem-estar, participação e pertencimento. O chamado “*chão de fábrica*” não é apenas o local de produção material, mas espaço simbólico de vivência coletiva, construção de vínculos afetivos e formação de identidades.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) garante regras importantes para proteger os trabalhadores e equilibrar a relação entre empregadores e empregados. Por exemplo, a observância das Normas Regulamentadoras (NRs), elaboradas pelo Ministério do Trabalho,

ajuda a garantir condições de trabalho seguras e saudáveis. Dessa forma, o Direito do Trabalho contribui para a efetivação dos direitos sociais, promovendo um ambiente de trabalho mais justo e alinhado aos princípios da dignidade humana, da igualdade e da valorização do trabalhador.

Essa perspectiva é essencial para compreender o contexto da Fábrica Renascença, onde o trabalho ultrapassava a dimensão produtiva e se integrava ao cotidiano dos trabalhadores como espaço de reconhecimento, sociabilidade e desenvolvimento pessoal.

Neste contexto, a valorização do trabalhador e a promoção de um ambiente laboral saudável constituem fatores centrais para o fortalecimento da dignidade humana e para a efetivação dos direitos sociais. O reconhecimento desse vínculo entre trabalho, dignidade e direito fundamenta a análise da experiência da Fábrica Renascença, cujo ambiente de trabalho promoveu a construção de um sentido coletivo e de pertencimento, valorizando o ser humano e sua inserção no território.

A FÁBRICA RENASCENÇA: MEMÓRIA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A Fábrica Renascença foi um marco no processo de urbanização e industrialização da cidade. Atuando no setor têxtil, destacou-se não apenas pela geração de empregos, mas também pela valorização de seus trabalhadores e pela integração entre produção, cultura e comunidade. Relatos de ex-funcionários revelam que o ambiente de trabalho favorecia relações sociais sólidas. A organização interna estimulava a convivência respeitosa, o apoio mútuo e o reconhecimento das lideranças operárias, fortalecendo uma identidade coletiva entre os trabalhadores. As atividades culturais, esportivas e educativas promovidas dentro da fábrica reforçavam seu papel como espaço de convivência e referência comunitária, ampliando os vínculos entre os indivíduos e o território.

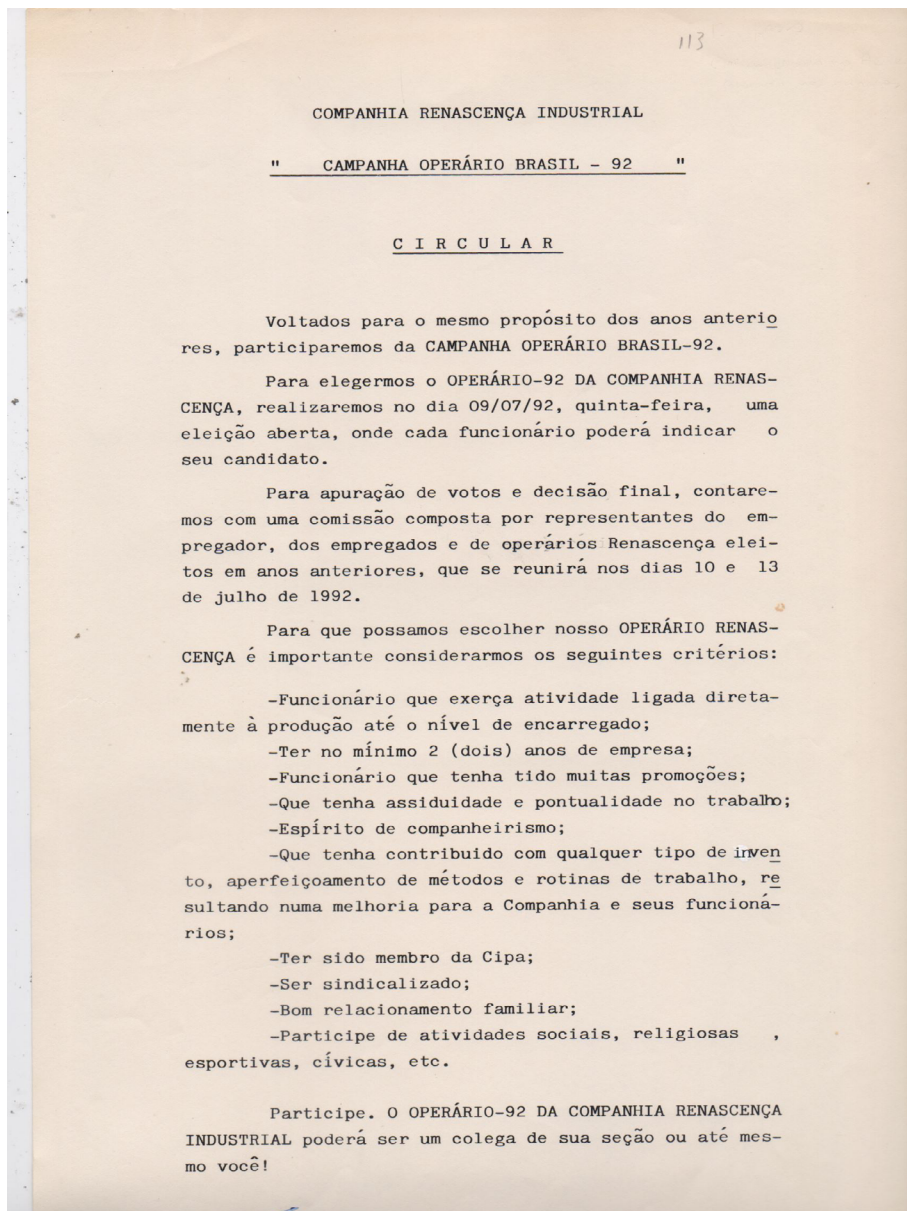
Além disso, a empresa buscava promover um ambiente de trabalho seguro e digno, incentivando a participação dos empregados em comissões internas, como a CIPA, investindo na qualificação profissional e mantendo diálogo com entidades sindicais. Considerando o contexto histórico e as limitações legais da época, essas práticas representavam avanços importantes em relação à promoção dos direitos trabalhistas. A integração entre o espaço laboral e o território reforçou o papel da fábrica como vetor de desenvolvimento humano e social.

CONCURSO OPERÁRIO BRASIL 1992: UM MARCO DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR

O Concurso Operário Brasil 1992, promovido internamente pela Fábrica Renascença, representa um exemplo concreto de valorização da força de trabalho. A iniciativa buscava reconhecer trabalhadores que se destacavam por sua atuação ética, produtiva e comunitária, atribuindo-lhes visibilidade institucional e prestígio social.

Entre os critérios exigidos estavam: tempo mínimo de serviço, histórico de promoções, assiduidade, pontualidade, participação em comissões internas (como a CIPA), envolvimento em melhorias nos processos produtivos, bem como bom relacionamento em esferas familiar, social e comunitária. O processo era minucioso, requerendo documentação formal, depoimentos e registros funcionais, o que reforçava seu caráter legítimo e transparente.

Figura 1: Circular da Campanha Operário Brasil Renascença 92



Fonte: Acervo Pessoal Adair Viana

O caso de Adair Viana, vencedor do concurso Operário Padrão Brasil, é representativo. Sua trajetória é marcada por forte atuação sindical, participação ativa na CIPA, que chegou a presidir, e pelo compromisso com a segurança e o bem-estar coletivo.

Como observa Maurício Godinho Delgado (2023), a CIPA é um dos principais mecanismos de democracia direta nas relações laborais, garantindo voz ao trabalhador na construção de ambientes mais seguros e saudáveis. De acordo com Sebastião Geraldo de Oliveira (2022), a atuação da CIPA também permite à empresa cumprir sua função social, assegurando condições compatíveis com os princípios da dignidade humana.

A história de Adair revela ainda o uso consciente de direitos trabalhistas, como o FGTS, que possibilitou a conquista da casa própria, que exemplifica o potencial transformador desses instrumentos na vida dos trabalhadores (Governo Federal, 2024). A Figura 2 retrata o momento da premiação, simbolizando o reconhecimento institucional ao trabalhador e demonstra como a valorização do trabalho promove autoestima, reconhecimento e fortalecimento dos vínculos sociais.

Figura 2: Premiação do Operário Brasil Renascença 1992



Discurso do diretor
Sr. Rolf

Recebendo a placa de prata alusiva
do evento das mãos do diretor Sr.
Ivon Mendes Virgolino



Com familiares, amigos
e organizadores da Cam
panha

Fonte: Acervo Pessoal Adair Viana

Além dos aspectos técnicos e de produção, o concurso destacava a importância do engajamento sindical e comunitário, reconhecendo que o trabalho, para além da atividade econômica, é um espaço de construção de solidariedade, cidadania e pertencimento coletivo.

Segundo Ricardo Antunes (2009), o sindicato constitui um espaço de resistência e construção de consciência de classe, especialmente em contextos marcados pela intensificação do trabalho e fragilização das garantias sociais. Na mesma linha, Maurício Godinho Delgado (2023) afirma que a liberdade sindical, ao lado da negociação coletiva e da participação dos trabalhadores em suas entidades representativas, forma a espinha dorsal de um Direito do Trabalho comprometido com a promoção da cidadania no mundo laboral. A participação de Adair em instâncias sindicais reafirma seu compromisso com um modelo de relação trabalhista baseado na solidariedade, participação, envolvimento no protagonismo dos trabalhadores e na defesa da função social da empresa.

Essa perspectiva está alinhada aos princípios constitucionais que asseguram a valorização da dignidade da pessoa humana, especialmente no âmbito das relações laborais, como previsto nos artigos 1º, III, e 7º da Constituição Federal. O Direito do Trabalho, com sua matriz protecionista, busca garantir não só direitos econômicos, mas também a saúde, a segurança e o respeito à integridade do trabalhador, garantindo um ambiente digno e sustentável.

Como dito, no contexto da Fábrica Renascença, o reconhecimento simbólico oferecido pelo concurso se mostrava como um elemento integrador, reforçando o sentimento de pertencimento e solidariedade entre os trabalhadores e fortalecendo a coesão social no território. Essa prática resgatava valores importantes diante do cenário de flexibilização e precarização das relações trabalhistas, evidenciando a importância de políticas institucionais que priorizem o ser humano e a função social da empresa.

Em suma, o concurso Operário Brasil 1992 exemplifica como o direito do trabalho pode ser efetivado na prática, por meio da valorização do trabalhador enquanto sujeito de direitos e agente ativo

no processo produtivo e social. A exigência documental e os critérios adotados refletem um compromisso com a justiça social, a proteção da saúde e a promoção de um ambiente de trabalho que dignifica a pessoa humana e contribui para a sustentabilidade do território.

CAMINHOS DE TRABALHO E FORMAÇÃO: VÍNCULOS COMUNITÁRIOS NO BAIRRO RENASCENÇA

O ambiente laboral da Fábrica Renascença proporcionava condições que extrapolavam o contrato de trabalho. A promoção de atividades esportivas, campanhas de saúde e segurança, e incentivos à formação profissional contribuíram para uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores. Esse conjunto de práticas reforçou a coesão entre os indivíduos e sua comunidade, fortalecendo os laços locais e criando um ambiente social mais resiliente.

A Fábrica Renascença desempenhou papel relevante na vida da comunidade local. Atuando no setor têxtil, a unidade gerou empregos, movimentou a economia regional e formou vínculos duradouros entre os trabalhadores e o território.

O território ao redor da fábrica foi diretamente beneficiado. O comércio local prosperava, as redes de apoio se ampliavam e a identidade operária se consolidava. Trabalhadores como Adair tornaram-se referências morais e institucionais para a comunidade, representando um modelo de compromisso social e valorização do coletivo.

Com o fechamento da unidade, no entanto, muitos desses vínculos foram desfeitos, revelando a fragilidade das políticas públicas de requalificação profissional e a insuficiência de redes de proteção social. Tal desmonte gerou impactos não apenas econômicos, mas identitários, afetando diretamente a autoestima e a estabilidade de centenas de famílias.

No entanto, a ocupação dos espaços antes destinados à fábrica pela universidade Centro Universo BH trouxe uma nova perspectiva

para o bairro. A instituição promoveu a integração entre a história industrial da região e as oportunidades de formação acadêmica - profissional, estimulando a construção de novos modelos de vínculos sociais e de pertencimento comunitário, que dialogam com o passado e apontam para o futuro do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Fábrica Renascença demonstra que o trabalho vai além da geração de renda, sendo fundamental para a construção da cidadania, das identidades coletivas e do fortalecimento dos vínculos territoriais.

O caso do Operário Brasil 1992 evidencia como o reconhecimento institucional e a valorização do trabalhador são essenciais para formar comunidades mais justas e resilientes. As políticas internas da fábrica, ao valorizar ética, dedicação e compromisso com o bem comum, refletem os princípios constitucionais da dignidade humana e da valorização do trabalho.

A transformação do espaço fabril em ambiente universitário pelo Centro Universo Belo Horizonte renovou a dinâmica do bairro, unindo memória industrial à formação acadêmica e inaugurando novas possibilidades de formação, atuação profissional e pertencimento local.

Portanto, resgatar e analisar experiências como a da Fábrica Renascença é fundamental para repensar o papel do trabalho em contextos urbanos e pós-industriais. Frente à precarização das relações laborais, valorizar o trabalhador e promover políticas públicas inclusivas são passos essenciais para construir um desenvolvimento territorial justo, respeitando a história local e a dignidade do trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. (Ricardo Luis Coltro). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 ago. 1943.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Norma Regulamentadora NR-15 – Atividades e operações insalubres*. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras/nr-15>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CONTALAMEIRA. *Fábrica de Tecidos Renascença*. Disponível em: <<https://contalameira.wordpress.com/tag/fabrica-de-tecidos-renascenca/>> Acesso em: 10 jul. 2025.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 20. ed. São Paulo: LTr, 2023.

ENTRE FIOS E IDEIAS – patrimônio sociocultural. Direção: Liciane Faria Traverso Gonçalves. Belo Horizonte: Sonderg Produções, 2024. 1 vídeo (1h12 min). Disponível em: <https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTUx87HkXCv->. Acesso em: 12 jul. 2025.

GONÇALVES, Liciane Faria Traverso (Coord.); LOREDANE, Aline; ROSA, Letícia Cristina Gonçalves; VITORINO, Dergson; CASTRO, Luciana; MENDANHA, João Carlos; PENIDO, Giuliano; COSTA, Gabriella; OLIVEIRA, Jean Carlos; PEREIRA, Jefferson. *Entre fios e*

ideias: memória, identidade sociocultural e relações jurídicas no bairro Renascença [documentário]. Belo Horizonte: Sonderg Produções, 2025. Disponível em: <<https://youtu.be/2EmzTdcCO3g?feature=shared>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional*. 9. ed. São Paulo: LTr, 2022.

VIANA, Adair. *Documentação funcional: 1979–1995*. [s.l.], 1995. Documentos pessoais cedidos para fins acadêmicos.

UNIVERSO BH: EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA, HISTÓRIA QUE INSPIRA

Uirá Endy Ribeiro

Em um tempo em que o acesso ao ensino superior ainda era privilégio de poucos em Minas Gerais, a chegada da UNIVERSO BH, em 2004, representou uma verdadeira revolução educacional. Fruto da expansão da ASOEC — entidade mantenedora da Universidade Salgado de Oliveira — o campus de Belo Horizonte surgiu como resposta a uma demanda reprimida por formação acadêmica de qualidade, acessível e comprometida com o desenvolvimento humano e regional.

Instalada em um terreno histórico no bairro Renascença, onde antes funcionava a tradicional Fábrica de Tecidos Renascença — um espaço de grande valor afetivo para os belorizontinos — a UNIVERSO BH carrega em sua fundação o símbolo de um novo tempo. Ali, onde um dia trabalhou a ilustre cantora Clara Nunes e onde o futebol amador floresceu, passou a brilhar uma nova vocação: a de formar cidadãos e profissionais prontos para transformar o mundo.

Desde seu primeiro vestibular, ainda em 2004, a instituição se destacou pela diversidade de cursos oferecidos, atendendo a múltiplas vocações e anseios da população: Administração, Direito, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Fisioterapia, Letras, Pedagogia, Serviço Social e Turismo abriram as portas para uma geração inteira de estudantes que sonhava com um futuro melhor.

Essa expansão de cursos não apenas diversificou as áreas de conhecimento ofertadas, mas também consolidou o compromisso da UNIVERSO BH com uma formação integral, conectada às necessidades emergentes da sociedade. Cada novo curso implantado foi cuidadosamente pensado para dialogar com os desafios contemporâneos, formando profissionais sensíveis às realidades humanas, sociais e ambientais.

O curso de Psicologia, por exemplo, nasceu de uma escuta atenta ao crescente reconhecimento da importância da saúde mental no Brasil. Desde então, tem se firmado como um espaço formador de terapeutas comprometidos, que aliam teoria e prática em projetos de extensão, estágios supervisionados e atividades clínicas voltadas à população da região metropolitana de Belo Horizonte.

A Nutrição, por sua vez, tornou-se um dos cursos mais procurados pelos jovens que desejam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Com aulas práticas, projetos interdisciplinares e atendimento direto à comunidade, os alunos desenvolvem uma compreensão profunda sobre os aspectos sociais, culturais e biológicos da alimentação, promovendo não apenas dietas, mas saúde, autoestima e bem-estar.

Já a Odontologia, além de suas modernas instalações, é conhecida pelo impacto social de suas ações. Mutirões de atendimento, campanhas educativas nas escolas e atendimento a populações vulneráveis fazem parte do cotidiano dos alunos, que aprendem desde cedo que cuidar do sorriso de alguém é, muitas vezes, também cuidar de sua dignidade e autoestima.

A Medicina Veterinária veio somar a esse compromisso, indo além do cuidado com os animais. Os alunos são inseridos em projetos que envolvem zoonoses, saúde pública, ética ambiental e bem-estar animal. O curso representa, para muitos, a realização de um sonho de infância — e para a comunidade, uma rede de cuidado ampliada, sensível e eficiente.

Esse crescimento não foi apenas quantitativo, mas qualitativo. A cada novo curso, a universidade ampliou suas redes de parceria, investiu em novos laboratórios, contratou professores com vivência prática e perfil inspirador, e aproximou-se ainda mais da realidade das comunidades do entorno. O que se vê, hoje, é um ecossistema educacional vibrante, onde conhecimento, prática e compromisso social caminham lado a lado.

Além dos cursos presenciais, o campus também abriga um dinâmico polo de apoio da Universidade Salgado de Oliveira, com ampla

oferta de cursos semipresenciais e a distância, como Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Contábeis, Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharias Mecânica, Fisioterapia, Marketing, Nutrição e muitos outros — todos alinhados às necessidades do mercado e aos sonhos dos estudantes da capital e da região metropolitana.

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), por sua vez, faz a ponte entre o conhecimento jurídico e a justiça social. Estudantes do curso de Direito, supervisionados por professores experientes, prestam atendimento gratuito à população em temas como direito de família, direito do consumidor, previdência e direitos humanos — garantindo acesso à cidadania e fortalecendo o compromisso social da universidade.

A UNIVERSO BH também se destaca por seus projetos de extensão, que aproximam a comunidade acadêmica da realidade social e promovem intervenções transformadoras. Durante a Semana de Extensão Universitária, por exemplo, estudantes e professores saem das salas de aula e vão ao encontro das pessoas, levando serviços, palestras, ações educativas e atividades culturais a diversos bairros e instituições. Já o programa “UNIVERSO em Expansão” tem como missão integrar ainda mais o saber acadêmico às necessidades reais da população, fazendo da universidade um espaço de diálogo e de soluções.

Na estrutura, o respeito pela história do espaço é visível a cada bloco reformado, a cada muro restaurado, a cada árvore preservada. A revitalização do antigo complexo industrial não apenas mantém viva a memória do bairro, como também simboliza a transformação: de uma fábrica de tecidos para uma fábrica de sonhos, talentos e futuros promissores.

Essa valorização da memória e da transformação arquitetônica do campus da UNIVERSO BH também se reflete em seus espaços de esporte, saúde e ensino prático — verdadeiros protagonistas de um ambiente vibrante e integrador: sob a sombra de mais de das árvores centenárias preservadas, ergue-se o **Centro Esportivo da UNIVERSO**

BH, um espaço de vitalidade onde corpo, mente e convívio florescem em harmonia. As quadras poliesportivas, lazer permanente para estudantes e professores, recebem desde torneios de futsal e vôlei até encontros esportivos entre docentes, reforçando o prazer e a disciplina do esporte em equipe. No hall contíguo, o ginásio multifuncional acolhe práticas de modalidades como basquete, handebol, lutas e atividades aeróbicas, sendo também palco de eventos culturais, festivais atléticos e vivências pedagógicas.

Ao sair do ginásio, vislumbra-se a piscina semiolímpica, com espelhos d'água que refletem o céu e os sonhos de quem deseja dominar as braçadas. A piscina não serve apenas como instrumento técnico para as disciplinas aquáticas; é um refúgio de resistência, superação e conquista. Estudantes que ingressam no curso de Educação Física aprimoram técnicas de nado, orientação de treinamento e práticas de reabilitação aquática, sob a supervisão de professores experientes, em um convívio onde cada gota carrega aprendizado e bem-estar.

E ali pertinho, um campo de futebol gramado — palco de partidas amistosas, competições internas e aulas práticas ao ar livre — resplandece como o coração verde do campus. O campo oferece às turmas de Educação Física e aos amantes do esporte um cenário para treinos de habilidades motoras, táticas coletivas e fortalecimento muscular, além de aliar o frescor da natureza ao vigor da atividade física.

Complementando esse ambiente integrado de esporte e formação prática, os **laboratórios do curso de Educação Física** são referência em Belo Horizonte. Com estrutura moderna e equipamentos de alta tecnologia — incluindo esteiras ergométricas, dinamômetros, aparelhos de avaliação postural, sistemas de análise de movimento e laboratórios de biomecânica e fisiologia do exercício — o curso transforma teoria em prática com enfoque científico. Ali, o conhecimento ganha corpo, a pesquisa gera resultados reais e o futuro profissional se forma com domínio técnico e sensibilidade ao impacto social do esporte e da promoção da saúde.

Além disso, a UNIVERSO BH consolida como referência em pós-graduação lato sensu, com cursos nas áreas de Educação, Direito, Saúde, Gestão e muito mais. Os programas formam especialistas altamente qualificados e pesquisadores preparados para enfrentar os desafios contemporâneos com ética, visão crítica e inovação.

A excelência acadêmica da UNIVERSO BH também se revela na qualificação de seu corpo docente: **94% dos professores são mestres ou doutores**, o que posiciona a instituição entre as mais qualificadas do Estado. Essa alta titulação é refletida diretamente na qualidade do ensino, nos projetos de pesquisa desenvolvidos e na solidez da formação dos alunos. Mais do que títulos, os professores da UNIVERSO BH trazem vivências práticas, experiências no mercado de trabalho e uma profunda dedicação à formação humana e profissional de seus estudantes. Essa combinação de saber acadêmico e sensibilidade pedagógica resulta em aulas dinâmicas, projetos de extensão transformadores e uma orientação próxima e inspiradora, que acompanha o aluno em toda sua trajetória. A presença de mestres e doutores em sala reafirma o compromisso institucional com a educação de excelência e com a construção de um ambiente acadêmico inovador, crítico e socialmente engajado.

Entre os diversos cursos de graduação oferecidos pela UNIVERSO BH, todos construídos com dedicação e compromisso com a qualidade, alguns têm se destacado nacionalmente por suas conquistas recentes e reconhecimento oficial. Esses destaques não representam uma hierarquia entre cursos, mas evidenciam os frutos do esforço coletivo da comunidade acadêmica — alunos, professores, coordenação e gestão — em manter um padrão elevado de ensino, pesquisa e extensão em todas as áreas. É o caso, por exemplo, dos cursos de Odontologia e Enfermagem, que refletem com brilho o projeto institucional da universidade, sem ofuscar, mas sim somando-se à excelência dos demais cursos.

O curso de **Odontologia da UNIVERSO BH**, reconhecido com nota máxima — conceito 5 do Ministério da Educação (MEC) — é um verdadeiro símbolo de excelência acadêmica, reflexão de um projeto

pedagógico de alta qualidade, infraestrutura moderna e um corpo docente de destaque. Esse reconhecimento reforça o compromisso da instituição com a formação sólida de cirurgiões-dentistas preparados para enfrentar os desafios atuais da saúde bucal, guiados por uma visão humanística, ética e técnica. A nota máxima do MEC não apenas celebra a dedicação coletiva, mas também fortalece a confiança da comunidade acadêmica e da sociedade na capacidade transformadora da universidade.

Já o curso de **Enfermagem da UNIVERSO BH** se destaca no Estado de Minas Gerais por ser a segunda instituição no país — e a primeira mineira — a receber o prestigiado **Selo da Qualidade do Cofen**, concedido pelo Programa Nacional da Qualidade (PNQ), uma marca de inovação em gestão, segurança e educação em enfermagem. Essa conquista, fruto de um trabalho coletivo entre docentes, preceptores e a ativa Liga Acadêmica de Gestão e Saúde (LAGS), revela a excelência do curso e sua trajetória pioneira. O selo é um reconhecimento não apenas à instituição, mas ao espírito de protagonismo dos alunos e professores que dinamizam a formação e reforçam o papel transformador da Enfermagem em nossa sociedade.

Muito do que a UNIVERSO BH representa hoje — em estrutura, credibilidade e impacto social — se deve à atuação firme, visionária e comprometida da **ASOEC**, entidade mantenedora que, ao longo de décadas, vem investindo com responsabilidade na expansão do ensino superior de qualidade no Brasil. Esse compromisso é fortalecido pela liderança inspiradora do **Reitor Dr. Wallace de Oliveira**, cuja gestão se destaca pela capacidade de unir excelência acadêmica, inovação e sensibilidade social. Com postura ética e olhar estratégico, o reitor conduz a instituição com seriedade, valorizando pessoas, incentivando boas práticas pedagógicas e mantendo viva a missão de promover uma educação inclusiva, transformadora e acessível a todos.

À frente da **Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (ASOEC)** encontra-se **Wellington Salgado de Oliveira**, educador e líder comprometido, cuja trajetória imprime visão e inovação à instituição. Doutor em Educação a Distância e formado em Pedagogia

— com especialização em Administração de Sistemas Educacionais
— Wellington Salgado dedica sua atuação ao fortalecimento de uma educação comprometida com o acesso e a excelência. Como presidente da ASOEC, ele assegura, com sensibilidade e segurança financeira, a concretização de projetos pedagógicos e expansões significativas, permitindo que a UNIVERSO BH floresça como um centro universitário moderno e transformador — fiel às raízes humanistas estabelecidas por sua fundadora. Seu nome está intimamente ligado ao legado e ao desenvolvimento contínuo da universidade, reafirmando, dia após dia, a missão de tornar o saber uma porta aberta para todos.

Hoje, a UNIVERSO BH é muito mais que um centro universitário. É um ponto de encontro de histórias, sonhos e possibilidades. É lugar de crescimento, de afeto, de compromisso com o outro. Uma universidade que pulsa com a cidade, que acolhe o passado, vive o presente e constrói, todos os dias, um futuro melhor para Minas Gerais.

DA FÁBRICA À UNIVERSIDADE: O RESGATE DA MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO SABER CRÍTICO POR MEIO DA INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO CURSO DE DIREITO

Ana Paula Diniz Arruda

Reane Fonseca Martins

1. INTRODUÇÃO

A escolaridade é um importante instrumento transformador refletindo no desenvolvimento econômico e social de um país. Neste contexto, inclui-se o Ensino Superior, que no Brasil objetiva formar recursos humanos altamente qualificados ou como peça imprescindível na produção científico-tecnológica para inserção no mercado de trabalho (Brasil, 2025).

Nas últimas décadas, vêm ocorrendo incentivos para a ampliação no número de vagas nas instituições já existentes, além da expansão de novos institutos de ensino superior (IES) tanto públicos quanto privados com programas governamentais que facilitam a inclusão de pessoas de baixa renda (Neves, Raizer & Fachinetto, 2007).

Assim, para formar profissionais aptos, o artigo 207 da Constituição de 1998 traz o tripé obrigatório e indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão nas IES (BRASIL, 1998). Nesse tripé, há a mesma relevância e estreita conexão entre o ensino, a extensão e a pesquisa, já que é um princípio orientador da qualidade da produção universitária (Moita e Andrade, 2009). Outro fator a salientar é que, para a construção do profissional, a formação e a atuação não podem se desvincular, sendo assim, imprescindível o tripé (Assis e Bonifácio, 2011).

Deste modo, abordar a pesquisa e a extensão no âmbito da graduação revela-se de suma importância na contemporaneidade, uma vez que tais dimensões constituem elementos essenciais para

a formação plena do discente, favorecendo o desenvolvimento de competências relativas ao pensamento crítico, à resolução de desafios e à interação com a sociedade. Ademais, esse debate propicia a constante atualização do saber e fomenta a construção de uma consciência profissional alicerçada em princípios éticos.

Portanto, o propósito deste texto é discutir a relevância da pesquisa e da extensão juntamente ao ensino, tanto na formação dos estudantes quanto em seu impacto social.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. PESQUISA NA GRADUAÇÃO

O Ensino Superior, diferente do ensino básico, precisa oferecer uma formação mais ampla, que não ocorra somente dentro de sala de aula, mas, sim, na participação em projetos de extensão e de iniciação científica. Porém, o que se observa é que, por mais que seja obrigatório neste nível de ensino, em muitas instituições a pesquisa é exígua. Assim, Lampert (2008), enuncia:

Há uma preocupação muito acentuada com o formalismo do ensino (normalmente a reprodução de conhecimentos) em detrimento da produção do saber. Os currículos dos cursos, na maioria das vezes, são constituídos de listagem de disciplinas, com conteúdos descontextualizados da realidade e entre si, e que não propiciam necessariamente a realização da investigação (Lampert, 2008, p. 132)

Entretanto, a pesquisa científica tem “como metas principais gerar novo conhecimento e/ou corroborar, ou refutar algum conhecimento preexistente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve” (Clark; Castro, 2003, p.67)

Deste modo, ao realizar a pesquisa, o aluno pesquisador, adquire desde conhecimentos básicos do método científico até aprendizado de técnicas refinadas de estudo. Assim, com os novos conhecimentos obtidos e sua aplicação, favorecem tanto a sociedade quanto a comunidade científica (Clark; Castro, 2003; Demo, 2006; Neves; Araujo; Silva, 2012; Sampaio; Heringer, 2018).

Por meio da pesquisa científica é possível confrontar hipóteses, evoluindo assim, com o conhecimento. Isso porque, o entrelaçamento entre a fundamentação teórica e os métodos científicos estimulam o indivíduo a produzir uma compreensão maior dos fatos.

Araujo e Silva (2012), argumentam que o fazer científico é essencial para a construção dos saberes profissionais, isso porque, ele resulta de um embasamento teórico científico atualizado, aquisição, investigação e interpretação de dados. Isso faz com que a “constante atualização com a realidade educacional, social e profissional auxilie o indivíduo a relacionar os fenômenos que acontecem a todo instante, fazendo-o pensar e refletir sobre diferentes aspectos” (Araujo; Silva, 2012, p.5)

De acordo com Barbosa (2020), mesmo em cursos das áreas sociais, como o Direito, a inserção da pesquisa faz-se importante, pois, além de quebrar o paradigma do ensino tradicional, a sociedade moderna exige do futuro profissional, conhecimentos atualizados, que a pesquisa pode proporcionar.

Assim, ao fazer pesquisa, o estudante não está somente conhecendo teorias ou métodos, mas sim, desenvolvendo o pensamento crítico e científico, realizando um aprendizado prático e aprofundamento teórico e formando competências para o mercado de trabalho e para a vida.

2.2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

No século XIX, na Inglaterra, surge a extensão universitária, dirigida ao público adulto que não tinha acesso à universidade (Diniz

et al., 2014; Gadotti, 2017). No Brasil, somente no início da década de 60 que a extensão consolida-se como conhecemos hoje: associada ao ensino e a pesquisa e com ações para as classes populares e com a intencionalidade de trocas de saberes (Diniz *et al.*, 2014; Gadotti, 2017; Silva; Mendoza, 2020).

O ensino superior tem uma relevante atuação no desenvolvimento humano e regional na sociedade atual. Além da formação profissional, os conhecimentos produzidos, devem ser aplicados à realidade social, mas para isso, carecem ser acessíveis a todos os níveis sociais, para haver a inclusão social. Ou seja, a universidade deve estar comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Diniz *et al.*, 2014).

Silva e Mendoza (2020, p.11), afirmam que a “extensão se torna como coração das pesquisas a serem realizadas, pois os temas evidenciados são relevantes às necessidades da população, o que reflete em resoluções de problemas existentes naquela sociedade”.

A extensão universitária age em mão dupla: as universidades ofertam conhecimentos e/ou assistência à comunidade e, em contrapartida, observam as reais demandas, anseios, aspirações, além de seus saberes (Diniz *et al.*, 2014). Por conseguinte, cumprem sua missão com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (NUNES e SILVA, 2011).

Santos, Rocha e Passaglio (2016) evidenciam que, por meio da extensão, o estudante participa de situações em que o conhecimento, antes recebido de maneira passiva, transita para um formato ativo, permitindo, assim, que ele desenvolva diversas habilidades por meio dessa interatividade.

Portanto, a extensão universitária transforma as comunidades assistidas, mas, o principal beneficiado são discentes que a realizam. Uma vez que ela proporciona um contato com a realidade social, desenvolve habilidades sociais, empatia e responsabilidade cidadã, ademais, a aplicação prática do conhecimento adquirido em sala de aula.

2.3. INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Nos últimos duzentos anos de existência das Universidades no Brasil, aos poucos, legislação educacional tem tentado modificar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transferência do saber científico, inserindo a pesquisa e a extensão ao ensino (Magnani, 2002 *apud* Moita; Andrade, 2009). Isso porque, não é possível a construção de um profissional completo, se este tripé não existir.

Em seu texto Moita e Andrade (2009, p. 269), fazem uma excelente reflexão da inexistência deste tripé:

...se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade.

Portanto, ao se utilizar esse tripé na construção do conhecimento no ensino superior, o ensino é dinamizado, pois ganha interesse e importância para a comunidade universitária, uma vez que se associa o conhecimento produzido através da pesquisa e os interesses da sociedade considerados nas atividades de extensão.

2.4. A CRIAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO” ENTRE FIOS E IDEIAS” COMO GERADORA DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA E ENSINO PARA OS ALUNOS DA GRADUAÇÃO DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSO BELO HORIZONTE

No contexto de uma disciplina do curso de Direito, os alunos desenvolveram o documentário “Entre Fios e Ideias”. Os alunos iniciaram uma pesquisa com o intuito de resgatar e conhecer a memória da chamada “Fábrica da Renascença”, onde atualmente funciona o Centro Universo Belo Horizonte. O objetivo principal da atividade foi despertar nos alunos a importância da identidade, cultura e história da antiga fábrica.

O documentário é fruto de um projeto de pesquisa realizado por alunos do curso de Direito da Universo Campus Belo Horizonte, coordenado pela Professora D. Liciane Traverso Gonçalves, com a participação da Professora Aline Loredani Gonçalves e da tutora Letícia Rosa.

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica histórica, buscando compreender e interpretar o passado através da análise de fontes e dados. Para o desenvolvimento da pesquisa os alunos puderam vivenciar diferentes métodos de pesquisa como: revisão bibliográfica e análise de fontes primárias, como documentos originais (cartas, diários, registros oficiais, jornais, mapas, fotografias).

Um exemplo notável foi o dossiê da vida funcional de Senhor Alair, ex-funcionário e operário destaque de 1992, que forneceu registros documentais e fotográficos ricos sobre a realidade da época.

Ainda sobre a variedade das metodologias de pesquisas aplicadas na pesquisa dos alunos destacam -se:

- Metodologia comparativa, que permitiu identificar semelhanças, diferenças e padrões históricos entre a época da fábrica e o novo empreendimento no mesmo local;
- História oral, através da coleta de relatos de pessoas que vivenciaram o período laboral da fábrica. Foram

entrevistados ex-funcionários como Abelar Pereira, Adair Viana, e Senr Nei Costa, além de moradores da região.

- Perspectivas teóricas baseadas na história cultural (representações e práticas culturais) e na história social (dinâmicas sociais e coletivas).

A pesquisa buscou resgatar a memória histórica e cultural da transição da fábrica Renascença, investigando as questões sociais, culturais, e trabalhistas dentro da fábrica e seu entorno, e comparando-as com a situação atual na instituição de ensino.

Ao realizarem a pesquisa os alunos puderam descobrir várias situações que aconteciam na antiga fábrica e relacionarem com os conhecimentos discutidos nas disciplinas do curso de direito.

Alguns pontos do documentário merecem destaque para que se perceba a riqueza de atividades de pesquisa:

- a. **Qualidade das Relações de Trabalho:** Os entrevistados expressaram uma grande alegria e gratidão por participarem do corpo laboral da fábrica, com um forte sentimento de identidade e pertencimento. A fábrica demonstrava preocupação com a saúde do trabalhador (médico, enfermeira no local, períodos de alimentação e descanso respeitados) e era “super correta” nas questões trabalhistas e fiscais.
- b. **Ambiente de Trabalho Humanizado:** Relatos indicam uma gestão compartilhada e um bom relacionamento entre funcionários e direção, inclusive com o diretor sendo acessível a qualquer funcionário. Havia um ambiente harmonioso que promovia a amizade e até a formação de núcleos familiares.
- c. **Impacto no Entorno:** A fábrica Renascença foi um grande polo de desenvolvimento local, impulsionando o comércio e a vida social no bairro. Muitos funcionários moravam no

entorno, indo a pé ou de bicicleta para o trabalho, o que contribuía para questões urbanísticas.

- d. Valorização do Trabalhador: A campanha de “Operário Destaque” de 1992 evidencia que a fábrica valorizava não apenas o desempenho laboral, mas também a vida pessoal, as contribuições sociais e a vida familiar dos colaboradores. O Senhor Alair, por exemplo, era doador de sangue e voluntário na comunidade. A observância das normas da CLT, incluindo adicionais de insalubridade e recolhimento de INSS, assegurava os direitos dos trabalhadores.
- e. Sentimento de Pertencimento: A pesquisa reforça o quanto as relações trabalhistas positivas contribuem para um sentimento forte e enraizado de pertencimento à comunidade. Esse sentimento se estende às gerações que hoje frequentam a universidade.

Ao desenvolver a pesquisa, os alunos puderam reforçar conhecimentos sobre a dignidade da pessoa humana, direito ambiental, relevância da identidade e da cultura de um povo.

2.5. O DOCUMENTÁRIO” ENTRE FIOS E IDEIAS” E O ENSINO

Uma atividade de ensino deve proporcionar ao aluno desenvolver competências e habilidades fundamentais para a futura prática profissional, mas principalmente ensinar ao aluno a indagar, questionar e pesquisar, desenvolvendo o pensamento crítico.

O projeto de pesquisa desenvolvido foi fundamental para a formação e consolidação do conhecimento dos alunos de Direito, ensinando-os a trabalhar com princípios jurídicos como a dignidade da pessoa humana e a buscar soluções para problemas reais. Além dos alunos, aplicaram conceitos de Direito do Trabalho (em parceria com a professora Aline Loredani), Direito Ambiental e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com a professora Letícia Rosa cuidando

dos termos de autorização de entrevistas e dados. Isso proporciona uma experiência prática e ética na pesquisa.

O documentário e a pesquisa ajudaram os alunos a entenderem a evolução da legislação e a importância de conhecer a história, cultura e valores de um povo. A identificação de muitos alunos com a história do local (pais ou avós trabalharam na fábrica) enriquece a experiência educacional.

A transição da fábrica para a universidade (Universo Campus BH) representa a valorização da educação no mesmo espaço que antes valorizava o trabalho, continuando a sustentar famílias e a formar pessoas. A Professora Aline Loredani, ex-aluna da instituição, hoje leciona Direito do Trabalho, exemplificando a valorização dos egressos.

A universidade não se preocupa apenas em formar profissionais, mas em moldar bons seres humanos, fomentando ações sociais e um ambiente de aprendizagem que vai além da sala de aula

2.6. O CENTRO UNIVERSO BELO HORIZONTE “ENTRE FIOS E IDEIAS” E A EXTENSÃO

A extensão é um dos pilares de qualquer instituição de ensino, seja pública ou privada. As atividades de extensão podem ser desenvolvidas de diferentes formas, o Centro Universo Belo Horizonte oferece uma série de serviços à comunidade local e ainda desenvolve projetos extensionistas nos cursos de graduação, mantendo um papel ativo social.

Alguns serviços oferecidos pelo Centro Universo Belo Horizonte:

A biblioteca do Centro Universo Belo Horizonte é aberta à comunidade externa, não apenas aos usuários internos (alunos, professores, funcionários), oferecendo espaço para estudos e acesso ao acervo e serviços. Casos de sucesso de pessoas que estudaram na biblioteca para concursos públicos e obtiveram êxito são destacados.

As clínicas-escola da universidade (Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição, e o Núcleo de Práticas Jurídicas do Direito) oferecem atendimento assistencial gratuito à população do entorno, especialmente aos menos abastados financeiramente.

O Núcleo de Práticas Jurídicas exerce a função social da advocacia, oferecendo assistência jurídica gratuita e aliando os interesses dos alunos à contribuição social.

Alunos e professores se unem em campanhas sociais, como arrecadação de doações, roupas e água para comunidades necessitadas.

A universidade atua também como local para vacinação da comunidade. Essa atividade é coordenada pelo curso de Enfermagem.

A fábrica Renascença já desempenhava um importante papel social, empregando muitas pessoas, ajudando a formar famílias, e até doando residências na região. Tinha um clube que oferecia lazer e era aberto aos funcionários e posteriormente à comunidade, promovendo confraternizações, amizades e até casamentos. A universidade continua esse legado, mantendo o espaço como um centro de integração e desenvolvimento para a comunidade, reforçando o sentimento de pertencimento e identidade com o local.

O documentário em si é um projeto de extensão, pois registra e resgata a memória e a identidade das pessoas e do local, valorizando suas histórias de vida e a conexão entre gerações. Muitos alunos do Centro Universo são filhos ou netos de ex-funcionários da fábrica, mantendo essa ligação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do profissional, no ensino superior, deve ser centrada no ensino, pesquisa e extensão. Mesmo em cursos mais teóricos, este tripé é imprescindível, pois, um ensino de qualidade não se faz sem o embasamento científico e suas atualizações, nem desvinculado da sociedade com suas demandas.

É necessário cada vez mais um ensino voltado ao desenvolvimento de competências, habilidades e pensamento crítico; sendo fundamental para a formação de profissionais que consigam ter a capacidade de pesquisar, criar e desenvolver soluções para a sociedade. O documentário demonstra como a pesquisa, integrada ao ensino, permite aos alunos entenderem a evolução e adequação da legislação ao longo dos anos e a construção do conhecimento jurídico, contribuindo para a formação do senso crítico dos estudantes.

As descobertas feitas pelos alunos contribuem ao ilustrar a evolução da legislação trabalhista e a importância da dignidade da pessoa humana, fundamentais para a formação de um profissional que entenda e resolva os anseios da sociedade contemporânea.

Assim, projetos como “Fios e Ideias” são essenciais para a formação dos futuros bacharéis em Direito. Uma vez que, além de fazer um resgate da história do local, traz a interdisciplinaridade e cria inúmeras situações de aprendizagem para além da sala de aula, contribuindo para uma formação mais ativa e crítica dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NUNES, A. L. P. F., SILVA, M. B. C. **Mal-Estar e Sociedade** - Ano IV - n. 7 - Barbacena, julho/dezembro 2011 - p. 119-133

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>>. Acesso em: 06 jul 2025.

ARAUJO, E. M. D.; SILVA, T. A. PESQUISA CIENTÍFICA NO ENSINO SUPERIOR:. *In*: IV FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 2012, Campina Grande. **Anais IV FIPED**. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/575>.

ASSIS, R. M.; BONIFÁCIO, N. A. A formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão. **Educação e Fronteiras**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 36–50, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/1515>. Acesso em: 3 jul. 2025.

CLARK, O. A. C; CASTRO, A. A. A pesquisa. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, [s. l.], v. 17, p. 67–69, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pop/a/Y7Zwy8rNNVf6TS6Sv78v6SN/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12aed. São Paulo: Cortez, 2006. (Escola, v. I). v. 14 Disponível em: https://www.academia.edu/43609493/Livro_pedrodemo_pesquisa_principio_cientifico_e_educativo. Acesso em: 5 jul. 2025.

DINIZ, A. P. *et al.* Ações extensionistas desenvolvidas por discentes e docentes do curso de enfermagem da UNIVERSO-BH no âmbito do projeto: “ambiente: espaço de saúde e cidadania”. *In*: IV SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IV

SENEPT, 2014, Belo Horizonte. **Anais IV SENEPT**. Belo Horizonte: [s. n.], 2014.

GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê?. **Instituto Paulo Freire**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 1-18, 2017.

LAMPERT, E. O ensino com pesquisa: realidade, desafios e perspectivas na universidade brasileira. **Linhas Críticas**, [s. l.], v. 14, n. 26, p. 131-150, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3439>. Acesso em: 6 jul. 2025.

MOITA, F. M. G. S. C; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 jun. 2025.

NEVES, C. E. B; SAMPAIO, H; HERINGER, R. A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [s. l.], v. 6, n. 12, 2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/340>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SILVA, M.F.; MENDOZA, C. C. G. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do Ensino Superior. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 08, n. 06, p. 119-133, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-e-extensao>. Acesso em: 30 jun. 2025.

TRAVERSO, L. Documentário “Entre Fios e Ideias”- patrimônio sociocultural. YouTube, 25/03/2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qPK0hVMdbWY>. Acesso em: 30 jun. 2025

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O PAPEL ESTRATÉGICO DAS UNIVERSIDADES PRIVADAS E A ATUAÇÃO DA UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA/BH

Valéria Dell'Isola

PROLEGÔMENOS:

O ensino superior no Brasil sempre foi marcado pela coexistência entre instituições públicas e privadas, em uma crescente busca por vagas e oportunidades. Embora as universidades públicas representem um exímio espaço de excelência acadêmica, pesquisa e extensão, sua capacidade de absorção não atende à totalidade dos estudantes que buscam acesso ao ensino superior. Nesse sentido, as universidades privadas desempenham papel estratégico, ampliando o alcance da educação e assegurando que milhares de estudantes tenham a possibilidade de formação profissional e cidadã.

Conforme preleciona o constitucionalista Bernardo Gonçalves Fernandes¹,

Importante lembrar, também, que o direito à educação não se encontra restrito ao universo do ensino fundamental, alcançando também o ensino superior. Falar em proteção constitucional à liberdade de escolha profissional (art. 5º, XIII) é, indiretamente, compreender que cabe ao Estado promover prestações para efetivação do direito ao ensino superior. (FERNANDES, 2018)

¹ FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10ª ed. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 767.

As instituições de educação superior privadas correspondem a 87,8%² do total de matrículas no país. Segundo dados³ do Censo da Educação Superior 2023, publicado pelo Ministério da Educação em parceria com o Inep, há 316 IES públicas e 2.264 IES privadas no Brasil. O número de IES privadas começou a crescer exponencialmente em meados dos anos 2000, conforme se pode verificar no gráfico publicado na 15^a edição⁴ do Mapa do Ensino Superior no Brasil. Pode-se dizer que enquanto a rede pública crescia de forma mais limitada, o setor privado multiplicou suas instituições, cursos e modalidades, contribuindo para que o país alcançasse índices de formação superior antes inimagináveis. O surgimento do ensino a distância (EAD) intensificou ainda mais essa tendência, permitindo que o acesso à educação de nível superior se tornasse uma realidade para populações de diferentes regiões e classes sociais.

Os programas governamentais, a exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e dos programas de bolsas próprios das universidades desempenharam papel fundamental na ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, sobretudo na rede privada. Por meio de bolsas de estudo integrais e parciais, no caso do ProUni, e de linhas de crédito estudantil com condições diferenciadas, no caso do Fies, milhões de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica puderam ingressar em instituições particulares de ensino superior. Essas políticas públicas contribuíram não apenas para democratizar o acesso, mas também para reduzir desigualdades históricas no campo educacional, ao permitir que grupos antes excluídos desse

2 BRASIL. Ministério da Educação e INEP. Censo da Educação Superior. Resumo técnico. Brasília. 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf Acesso aos 16 de Agosto de 2025 às 22:00 h.

3 *Ibidem*.

4 Mapa do Ensino Superior no Brasil. 15^a edição. Instituto Semesp. São Paulo: 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/flipbook/?n=mapa-2025> Acesso aos 16 de Agosto de 2025 às 22:10 h.

nível de formação tivessem oportunidade de ascensão acadêmica e profissional.

Além de sua função formadora, as universidades privadas também exercem um papel social relevante nas comunidades em que estão inseridas. Seus espaços físicos frequentemente abrigam atividades de extensão que oferecem serviços gratuitos à população, como núcleos de prática jurídica vinculados aos cursos de Direito, clínicas-escola mantidas por cursos da área da saúde — Medicina, Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Fisioterapia, entre outros —, bem como projetos culturais e educacionais voltados para diferentes públicos. Essas iniciativas não apenas fortalecem a relação entre instituição e sociedade, mas também proporcionam aos estudantes a oportunidade de vivenciar a prática profissional em situações reais, articulando ensino, pesquisa e extensão em consonância com as finalidades estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A LEGISLAÇÃO VIGENTE:

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou um marco fundamental na redemocratização do Brasil e na redefinição do papel da educação como direito social. O texto constitucional dedicou um capítulo específico sobre educação, prevendo-a como direito de todos e dever do Estado e da família, além de orientar princípios como igualdade de condições de acesso, gratuidade do ensino público e valorização dos profissionais da educação.

Nos artigos 205 e seguintes da Constituição⁶ há pilares para se estruturar sobre a educação superior. Apesar de a base constitucional para o acesso ao ensino superior se dar no sentido de ser uma garantia

5 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso aos 16 de Agosto de 2025 às 23:00 h.

6 *Ibidem*.

de todos, conforme mérito e capacidade, não é obrigatório nem universal como o ensino escolar.

Nas palavras de Marcelo Novelino⁷,

Assim como ocorre com o restante da ordem social, a maior parte das normas referentes à educação tem natureza principiológica (mandamentos de otimização) e necessitam de regulamentação legal. Não obstante, podem ser encontradas regras (mandamentos de definição) (...) como um direito público subjetivo (CF, art. 208, § 1º). (NOVELINO, 2014)

A efetivação do novo arcabouço constitucional pós regime militar demandava uma lei que regulasse de forma mais detalhada os níveis e modalidades de ensino. Esse papel foi desempenhado pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que passou a organizar juridicamente o sistema educacional brasileiro, substituindo a legislação até então vigente.

Portanto, a elaboração da LDB/1996 deve ser compreendida no contexto das transformações econômicas e sociais ocorridas nos anos 1990, marcados pela consolidação do regime democrático e os novos meandros econômicos da gestão pública. Nesse período, o país buscava modernizar seu sistema educacional em resposta às demandas da globalização, à necessidade de formação de mão de obra qualificada e à ampliação do acesso ao ensino superior. A nova lei conferiu maior autonomia às instituições de ensino e regulamentou a participação da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que reafirmou princípios constitucionais como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SAVIANI, 19948).

7 NOVELINO, Marcelo. Manual de Direito Constitucional. 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014, p. 1045.

8 SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 12ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1994.

A LDB surgiu com a finalidade de organizar, regulamentar e orientar todo o sistema educacional brasileiro, do ensino infantil ao superior, estabelecendo princípios, finalidades, competências e diretrizes gerais. Os artigos 43 e seguintes da LDB trazem, especificamente, regras e princípios sobre a educação superior. No que concerne às finalidades, a legislação assim dispõe:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e

benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

No presente estudo, por fazer parte de uma importante obra coletiva que preconiza sobre a Universidade Salgado de Oliveira (unidade Belo Horizonte)⁹, faz-se necessário um cotejo do assunto aqui dissertado com a referida instituição. Desta forma, no capítulo a seguir, impõe-se a necessidade de uma análise das finalidades da educação superior, delineadas no artigo 43 da LDB (Lei nº 9.394/1996), e o Projeto de Desenvolvimento Institucional da Universidade Salgado de Oliveira (PDI), unidade Belo Horizonte. Tal exercício revela-se fundamental não apenas para verificar a consonância entre a normatividade legal e a prática institucional, mas também para evidenciar os caminhos pelos quais a universidade busca materializar sua missão social e acadêmica.

UNIVERSO-BH: ENTRE A NECESSIDADE E A MISSÃO:

Far-se-á, no presente capítulo, uma análise minuciosa, inciso por inciso, do artigo 43 da LDB¹⁰ (Lei nº 9.394/1996), e das práticas institucionais desenvolvidas pela Universidade Salgado de Oliveira,

9 A Universidade Salgado de Oliveira (Universo-BH), situada na Rua Paru, 762, em Belo Horizonte, foi fundada em 2004 em um prédio de valor histórico relevante, que, no passado, abrigou a antiga fábrica de tecidos do Renascença. A história da Universo no ramo educacional, no entanto, data de cinco décadas de tradição, tendo iniciado as atividades no estado do RJ, em São Gonçalo, e, desde então, vem expandindo na seara educacional. Maiores informações podem ser conferidas no website institucional: <https://universo.edu.br/historico/> Acesso aos 18 de Agosto de 2025 às 11:00 h.

10 BRASIL. Lei número 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 17 de Agosto de 2025 às 11:15 h.

unidade de Belo Horizonte (Universo-BH), conforme delineado em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional¹¹ (PDI / 2026-2030). Tal procedimento visa não apenas verificar a aderência da instituição às finalidades legalmente atribuídas à educação superior, mas também fazer uma análise crítica e reflexiva sobre a forma como tais finalidades se concretizam em um contexto específico de ensino privado.

O artigo 43, inciso I, da LDB, estabelece como objetivo da educação superior “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”. O PDI da Universo-BH adere de forma explícita a este princípio. Além disso, o documento prevê políticas institucionais voltadas à produção cultural e artística, à promoção da pesquisa científica e à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compondo um quadro que ultrapassa a mera transmissão de saber e se orienta para a emancipação crítica do discente.

Essa concepção encontra respaldo no pensamento de Immanuel Kant¹², para quem a saída da “imaturidade”¹³ consiste justamente no exercício do uso livre e público da razão. Como afirma o filósofo: “*O Esclarecimento é a libertação do homem de sua imaturidade autoimposta. Imaturidade é a incapacidade de empregar seu próprio entendimento sem a orientação de outro.*” (KANT, 2012). Tal perspectiva reforça a ideia de que a universidade, ao estimular a autonomia intelectual, desempenha papel fundamental na emancipação dos indivíduos e na consolidação de uma cultura científica e reflexiva, em consonância com a finalidade legal estabelecida.

Kant sustenta que a vocação do ser humano é libertar-se dessa tutela por meio do exercício público da razão e da crítica. Tal formulação filosófica ilumina a finalidade do dispositivo legal e do PDI: a universidade, ao estimular a produção cultural e científica,

11 UNIVERSO. Centro universitário, faculdade e universidade: Plano de Desenvolvimento Institucional: 2026-2023. s/d.

12 KANT, Immanuel. Resposta à questão: O que é Esclarecimento? *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* Trad. Márcio Pugliesi. *Cognitio: Revista de Filosofia*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan./jun. 2012.

13 Em algumas traduções encontra-se o termo “menoridade”.

deve formar sujeitos capazes de pensar autonomamente, avaliando o mundo à luz de critérios racionais e éticos.

O artigo 43, inciso II, da LDB define como finalidade da educação superior “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”. Trata-se de um objetivo que articula duas dimensões complementares: a preparação técnica para o exercício profissional e a formação cidadã para o engajamento social.

O PDI da Universo-BH, em plena consonância com esse dispositivo, o estabelece nos objetivos. A ênfase na empregabilidade aparece de modo sistemático nas políticas de ensino da graduação e da pós-graduação, que estruturam currículos conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais e buscam a integração entre competências técnicas, habilidades sociais e visão crítica.

No entanto, a inserção em setores profissionais não é concebida de forma reducionista, como mera adequação às exigências do mercado. Isto porque, o desenvolvimento regional ocupa lugar central nesse processo. O PDI dedica extenso espaço à inserção regional e nacional, reconhecendo a função da instituição na Região Metropolitana de Belo Horizonte, caracterizada por desigualdades sociais e demandas crescentes por profissionais qualificados em saúde, educação, tecnologia e gestão. Dessa forma, a formação de diplomados não se restringe à certificação acadêmica, mas contribui para o fortalecimento das estruturas sociais e para o desenvolvimento econômico e cultural da região.

O inciso III do artigo 43 da LDB estabelece como objetivo da educação superior “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”. O PDI da referida instituição adere a esse princípio ao prever, entre seus objetivos específicos, o incentivo à investigação científica, implementando políticas como o Programa de Iniciação Científica (PIC) e a atuação do Comitê de Ética em Pesquisa

(CEP-UNIVERSO). Além disso, reforça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando a pesquisa como atividade central da vida acadêmica e como fundamento para a inovação e a difusão cultural.

À luz da filosofia aristotélica, a pesquisa universitária pode ser entendida como expressão da epistême, isto é, do conhecimento demonstrativo que se distingue da mera opinião (doxa) por seu caráter racional e fundamentado. Aristóteles afirma que o ser humano realiza plenamente sua natureza quando exerce a atividade contemplativa, orientada pela razão e pela busca da verdade. Nessa perspectiva, a finalidade da pesquisa não é apenas técnica, mas está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das virtudes intelectuais, que permitem ao indivíduo viver de modo racional e, portanto, alcançar a eudaimonia. Assim, o incentivo à pesquisa, previsto pela LDB e pelo PDI, pode ser lido como a exigência de formar sujeitos capazes de transcender a opinião imediata, cultivando a investigação metódica e reflexiva como fundamento de uma vida intelectual e socialmente plena.

No que concerne ao entendimento do homem e do meio em que se insere, observa-se que as finalidades delineadas no inciso precedente oferecem um arcabouço normativo adequado para tal propósito. Dessa forma, a instituição se afirma como *locus* privilegiado da reflexão e da investigação, cumprindo de maneira consequente sua função social de integrar saberes, problematizar contextos e fomentar a formação de sujeitos capazes de interpretar e intervir, com discernimento, no mundo que habitam.

Neste liame, destaca-se a pesquisa acadêmica *Entre Fios e Ideias*¹⁴, que é fruto de uma investigação sócio-histórica e jurídica conduzida por discentes do curso de Direito da Universidade Salgado de Oliveira – Campus Belo Horizonte, sob a idealização e orientação da Profa. Dra. Liciane Traverso, com participação das Profas. Aline

14 ENTRE FIOS E IDEIAS – patrimônio sociocultural. Direção: Liciane Faria Traverso Gonçalves. Belo Horizonte: Sonderg Produções, 2024. 1 vídeo (1h12 min). Disponível em: <https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTux87HkXCv -> Acesso aos 24 de Agosto de 2025 às 18:50 h.

Loredane e Letícia Rosa. A pesquisa teve por objetivo analisar o processo de transição da antiga Fábrica Têxtil Renascença para o atual espaço universitário da Universo-BH, por meio do resgate de memórias coletivas e individuais, com base na metodologia da história oral, em conjunto com uma atenta revisão bibliográfica e análise de fontes primárias.

A escuta ativa de ex-funcionários, moradores da comunidade e docentes possibilitou o delineamento de vínculos afetivos, experiências laborais e percepções sobre o papel social da fábrica, antes e depois da transformação do espaço. A história oral, enquanto técnica de produção de fontes e abordagem epistemológica, foi a principal estratégia metodológica do projeto, uma vez que permite a valorização da memória como instrumento legítimo de produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, vale lembrar dos fundamentos teóricos de Verena Alberti¹⁵, que assim alude sobre o tema:

(...) a história oral é legítima como fonte porque não induz a mais erros do que outras fontes documentais e históricas. O conteúdo de uma correspondência não é menos sujeito a distorções factuais do que uma entrevista gravada. (...) A história oral tem também o mérito singular de introduzir o pesquisador na construção da versão, o que significa introjetar no documento produzido o controle sistemático da produção da própria fonte. Tudo isto, que pode parecer discussão meramente formal, pode ser em verdade constatado na prática e na práxis do próprio programa. E nos induz a afirmar que a contribuição da história oral será cada vez maior na sociedade do futuro, na qual as fontes não-escritas tendem a perder terreno e as fontes orais vão se tornar cada vez mais confiáveis e fidedignas. (ALBERTI, 2005).

¹⁵ ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3a edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. p. 13 e 14.

Dessa forma, a utilização da história oral como via de reconstrução do passado conferiu à pesquisa um caráter dialógico, reflexivo e ético, permitindo não apenas reconstituir fatos e experiências, mas também reconhecer o papel ativo dos sujeitos que vivenciaram e ainda vivenciam esse espaço em constante ressignificação. A referida pesquisa, ao entrelaçar narrativas individuais à memória coletiva, cumpre um relevante papel social ao preservar identidades locais e reafirmar o compromisso da universidade com a formação de cidadãos críticos, conscientes e historicamente situados.

O inciso IV do artigo em questão diz que uma das finalidades das universidades é “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.” O PDI prevê a difusão científica por meio do Portal de Revistas Acadêmicas, da Semana de Extensão e da Jornada de Iniciação Científica. Também inclui políticas de valorização da diversidade cultural e da memória social. Essas ações demonstram a preocupação com a circulação do saber para além dos muros acadêmicos.

No inciso V, o dispositivo aludo que a universidade deve “suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração”. Outrossim, o PDI apresenta programas de formação continuada para docentes e técnicos e prevê acompanhamento de egressos. Além disso, reafirma como objetivo a “criação de condições de atualização permanente de educadores e demais profissionais”. Dessa forma, a instituição sustenta a concepção de educação permanente, em conformidade com a diretriz legal.

Há um caráter eminentemente social e político no inciso VI, que diz que se deve “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de

reciprocidade”, portanto, isso exige que a universidade seja mais do que espaço de formação técnica: deve constituir-se como instância crítica, sensível às contradições e demandas da realidade em que está inserida. O PDI da Universo-BH incorpora esse princípio ao dedicar extensa seção à inserção regional e nacional, na qual enfatiza a relevância da instituição para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme dito anteriormente.

Acerca da prestação de serviços à comunidade, as clínicas de saúde, núcleos de atendimento comunitário e programas de responsabilidade social exemplificam a concretização desse inciso. O PDI ressalta que a extensão deve gerar impacto direto no entorno social, devolvendo à comunidade o conhecimento produzido pela instituição.

O inciso VII do artigo 43 da LDB estabelece que a educação superior deve “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.” Essa diretriz ressalta a função social da universidade, que não deve restringir-se ao ambiente acadêmico, mas devolver à sociedade os frutos de sua produção intelectual.

O PDI da Universo-BH insere a extensão como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, prevendo a curricularização da extensão e destacando sua relevância junto à comunidade.

Além disso, o PDI enfatiza que a extensão deve ser “aberta à participação da população” e articulada ao desenvolvimento regional, em consonância direta com o dispositivo legal.

Assim, o inciso VII, cotejado com o PDI, revela que a extensão não é atividade periférica, mas núcleo da missão universitária. Ao abrir suas portas à comunidade e compartilhar os frutos da ciência e da cultura, a universidade cumpre sua função pública de irradiar saber e contribuir para a formação de uma cidadania mais consciente e participativa.

E, por último, o inciso VIII alude que se deve “atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a

formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares”. Além disso, o PDI ressalta a importância de atividades de extensão voltadas ao fortalecimento da integração entre os níveis básico e superior de ensino, de modo a promover a troca de experiências, metodologias e práticas pedagógicas. Essa articulação permite que o conhecimento produzido na universidade seja compartilhado e aplicado de forma concreta nas escolas, ao mesmo tempo em que os desafios enfrentados na educação básica alimentam a pesquisa acadêmica e a inovação didática.

O curso de Direito desenvolve, de forma sistemática, ações de extensão voltadas às escolas da comunidade circunvizinha, com ênfase na difusão de conhecimentos fundamentais acerca dos direitos e deveres do cidadão. Essas iniciativas, que se estruturam por meio de oficinas, palestras e projetos de intervenção pedagógica, visam não apenas à transmissão de conteúdos jurídicos em linguagem acessível, mas também a promoção de uma cultura de cidadania ativa, aproximando o saber acadêmico da realidade social. Tal prática cumpre dupla função: de um lado, contribui para a formação crítica dos estudantes da educação básica; de outro, fortalece a dimensão prática da formação universitária, consolidando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Trata-se, portanto, de um movimento de reciprocidade que potencializa a função social da universidade e a insere de maneira mais ativa no processo de universalização e qualificação da educação nacional.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 43, confere à educação superior um conjunto de finalidades que transcendem a mera transmissão de conteúdos ou a certificação profissional. Tais

finalidades constituem um programa normativo de alta densidade axiológica, voltado à formação integral do sujeito, à promoção da pesquisa e da cultura, à extensão universitária e à inserção social. O cotejo realizado com o Projeto de Desenvolvimento Institucional da Universidade Salgado de Oliveira (Universo-BH) revelou a aderência substancial da instituição a esse marco legal, não apenas em sua dimensão formal, mas sobretudo em sua orientação prática, ao estabelecer políticas, programas e estratégias que concretizam, em âmbito regional, o projeto educativo nacional.

É igualmente relevante observar que a educação superior, quando pensada sob a chave da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assume uma posição estratégica na formação de cidadãos críticos e na produção de conhecimento socialmente relevante. O PDI da Universo-BH, ao articular suas diretrizes pedagógicas à inserção comunitária e ao desenvolvimento regional, demonstra que a universidade privada, embora inserida em um contexto competitivo e mercadológico, pode e deve exercer uma função pública, atuando como espaço de emancipação, de produção cultural e de responsabilidade social.

Nesse sentido, o estudo reforça que a missão universitária não pode ser reduzida à formação técnica de mão de obra qualificada, mas deve compreender-se como projeto civilizatório, que contribui para o fortalecimento da democracia, a redução das desigualdades e a promoção de uma sociedade mais justa. A análise dos incisos do artigo 43 da LDB, em cotejo com o PDI, demonstrou que a materialização dessas finalidades passa pelo equilíbrio entre a formação profissional, a investigação científica, a difusão cultural e a inserção comunitária, constituindo uma síntese que só se realiza plenamente quando a universidade reconhece seu compromisso com o bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3a edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. p. 13 e 14.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 de Agosto de 2025, às 23h00.

BRASIL. Lei número 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 17 de Agosto de 2025 às 11:15 h.

BRASIL. Ministério da Educação; INEP. Censo da Educação Superior: resumo técnico. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 16 ago. 2025, às 22h00.

ENTREFIOSEIDEIAS – patrimônio sociocultural. Direção: Liciane Faria Traverso Gonçalves. Belo Horizonte: Sonderg Produções, 2024. 1 vídeo (1h12 min). Disponível em: <https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTuX87HkXCv -> Acesso aos 24 de Agosto de 2025 às 18:50 h.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 767.

KANT, Immanuel. Resposta à questão: O que é Esclarecimento? (Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?). Trad. Márcio Pugliesi. Cognitio: Revista de Filosofia, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan./jun. 2012.

MAPA do Ensino Superior no Brasil. 15. ed. Instituto Semesp. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/flipbook/?n=mapa-2025>. Acesso em: 16 ago. 2025, às 22h10.

NOVELINO, Marcelo. Manual de Direito Constitucional. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. p. 1045.

PLATÃO. A República. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1994.

UNIVERSO. Centro universitário, faculdade e universidade: Plano de Desenvolvimento Institucional: 2026–2023. s/d.

MEMÓRIA CULTURAL E HISTÓRICA COMO ELEMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Paula de Oliveira Cesarino

Michele Cristie Pereira

1. INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa humana é o fundamento central do Estado Democrático de Direito, erigido como pilar da Constituição Federal Brasileira de 1988. Mais do que uma categoria jurídica, trata-se de um valor ético, político e social que sustenta os direitos e garantias fundamentais. Nesse contexto, a preservação da memória cultural e histórica de um povo revela-se como instrumento essencial para garantir o reconhecimento identitário dos indivíduos e coletividades, constituindo um meio de efetivar a dignidade.

A memória, entendida como construção social, fortalece os vínculos intergeracionais e dá sentido à existência humana no tempo. A proteção de bens culturais e a valorização das narrativas históricas dos grupos sociais oprimidos, silenciados ou marginalizados representa não apenas um dever do Estado, mas um caminho de resgate da dignidade e promoção da justiça social.

Entre Fios e Ideias é um documentário que teve como objetivo demonstrar a transição da fábrica têxtil da Renascença para o Campus Universo- Belo Horizonte. As memórias familiares, profissionais e sociais consolidam a própria identidade de uma comunidade, o que, ao final, fortalece princípios constitucionais de cidadania, solidariedade e dignidade humana.

2. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL

A dignidade da pessoa humana está prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, sendo considerada um valor fundante do ordenamento jurídico brasileiro. Ela transcende a mera existência física, envolvendo o respeito à identidade, à autonomia e ao pertencimento do sujeito ao seu meio sociocultural.

A dignidade, nesse sentido, não é apenas um direito individual abstrato. É uma construção contínua, que depende do reconhecimento social, do acesso à memória histórica, da preservação de vínculos culturais e da valorização dos saberes e tradições das comunidades. A dignidade humana, portanto, está intimamente ligada ao direito à identidade e à memória. Ela estabelece que todo indivíduo possui um valor intrínseco, independentemente de sua condição social, econômica, racial, religiosa ou de qualquer outra característica.

Como princípio constitucional, a dignidade da pessoa humana serve de base para diversos direitos e garantias previstos na Constituição, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à educação. Ela orienta a interpretação e a aplicação das normas jurídicas, promovendo o respeito à individualidade, à liberdade e ao bem-estar de cada pessoa. Esse princípio também impõe ao Estado o dever de criar condições para que todos tenham uma vida digna, assegurando direitos sociais, econômicos e culturais, além de combater qualquer forma de discriminação ou desrespeito à humanidade.

A dignidade da pessoa humana, como princípio constitucional, é um dos pilares que sustentam o Estado de Direito brasileiro, promovendo o respeito às pessoas e protegendo seus direitos fundamentais.

3. MEMÓRIA CULTURAL E HISTÓRICA COMO ELEMENTOS DE IDENTIDADE

A memória histórica e cultural de um povo refere-se ao conjunto de lembranças, tradições, valores, histórias, costumes e manifestações artísticas que identificam e preservam a identidade de uma comunidade ao longo do tempo. Essa memória é transmitida de geração em geração, fortalecendo o senso de pertencimento e contribuindo para a compreensão de sua evolução social, política e cultural, além de ser reconhecida como um patrimônio imaterial de grande relevância.

A memória histórica refere-se à interpretação e valorização dos eventos do passado que moldaram a trajetória de determinado grupo social. Ambas as formas de memória são componentes essenciais da identidade individual e coletiva, pois ancoram o ser humano em um contexto simbólico que o ajuda a compreender sua posição no mundo.

A memória cultural de uma comunidade se refere ao conjunto de conhecimentos, práticas, tradições, festividades, manifestações artísticas, linguagens, sabores, rituais e valores que são compartilhados e preservados ao longo do tempo por seus membros. Essa memória reflete a identidade, a história e as experiências coletivas da comunidade, ajudando a fortalecer o sentimento de pertencimento e a transmitir suas tradições às novas gerações. Ela pode incluir elementos como: festas populares e rituais religiosos, culinária típica, músicas e danças tradicionais, artesanato e manifestações artísticas, linguagem e expressões populares, histórias, lendas e mitos locais, valores e costumes sociais.

O documentário *Entre Fios e Ideias* (2024) conta a história da Fábrica de Tecidos, Fios e Tecidos Finos, que surgiu na década de 1930, onde hoje se encontra o Centro UNIVERSO. O documentário aborda a história dos trabalhadores da fábrica, suas memórias, e a importância dos trabalhos que exerceram, o que contribuiu para o desenvolvimento da própria fábrica, e o crescimento do bairro Renascença.

É de extrema importância valorizar a história das pessoas que trabalharam na fábrica Fios e Tecidos Finos. A fábrica não só trouxe o crescimento para o bairro Renascença, como também participou da descoberta de um grande talento brasileiro, que era a cantora Clara Nunes.

Clara Francisca Gonçalves era uma das tecelãs que trabalhava na fábrica, e em um concurso de talentos sua voz foi descoberta, a partir daquele momento, a cantora se destacou para todo o país.

Além dessa talentosa tecelã, a história de vários outros trabalhadores da fábrica, também tiveram sua importância. Vários moradores do bairro hoje, foram trabalhadores da fábrica, e muitos deles, guardam a memória daquilo que representaram para um importante centro industrial da época. Destaca-se que filhos e netos desses trabalhadores estudaram e estudam no Centro UNIVERSO. A história continua para essas pessoas, que guardam com muito carinho o lugar que cresceram e sustentaram suas famílias. O Centro Universo, desde 2004, guarda todas essas histórias, e, em especial, na sua biblioteca tem um acervo com fotos da Clara Nunes e livro da antiga fábrica têxtil; é com muito orgulho que a UNIVERSO-BH recebe como estudantes, de seus diversos cursos superiores, os descendentes dos antigos trabalhadores da fábrica e ou seus familiares, nesse lugar especial, pois foi o local onde começaram suas histórias.

A memória cultural é vital para manter viva a identidade de uma comunidade, promovendo a valorização de sua diversidade e contribuindo para o crescimento de sua cultura e resistência cultural ao longo do tempo.

A memória desses trabalhadores que contribuíram para o crescimento do bairro Renascença e da própria fábrica deve ser lembrada com respeito, pois contribuíram e participaram da história daquele bairro. Negar ou apagar essas memórias equivale a violar a dignidade daqueles que dela fazem parte. Daí a importância de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural e à valorização da história de comunidades tradicionais, povos originários e grupos vulnerabilizados.

4. A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE NATURAL, ARTIFICIAL E CULTURAL

A Constituição Federal de 1988 protege expressamente o patrimônio cultural brasileiro em seu artigo 216, que abrange tanto os bens de natureza material quanto os bens de natureza imaterial, reconhecendo como patrimônio os modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Ao assegurar a preservação desse patrimônio, a Constituição atua em prol da promoção da dignidade da pessoa humana, pois garante o direito à memória, à identidade cultural e ao pertencimento. É dever do poder público, com a colaboração da comunidade, proteger e valorizar essas expressões culturais.

Dessa forma, a memória cultural e histórica passa a ser compreendida não apenas como algo simbólico ou estético, mas como um direito fundamental coletivo que contribui para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

O artigo 225 da Constituição Federal estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Dessa forma, o ambiente protegido constitucionalmente abrange não apenas o natural, mas também os espaços criados ou transformados pela ação humana e dotados de valor cultural, histórico, arquitetônico ou simbólico.

O ambiente artificial compreende os espaços urbanos, edificações, infraestrutura, cidades e paisagens modificadas pelo homem. Sua organização impacta diretamente na qualidade de vida, no direito à moradia, mobilidade, segurança e saúde.

O ambiente cultural é constituído pelas manifestações culturais, modos de vida, saberes tradicionais, ritos, festas populares, idiomas, arte, arquitetura e outros elementos que compõem o modo de ser de uma comunidade. Esse ambiente é fundamental para a construção da subjetividade, do pertencimento e da memória coletiva. A dignidade

humana não pode ser dissociada da valorização das culturas locais e da pluralidade identitária dos povos.

A proteção do ambiente cultural, nesse sentido, é uma forma de efetivação dos direitos humanos, pois garante o direito ao reconhecimento, à diversidade, à herança cultural e à liberdade de expressão cultural.

A fragmentação dos conceitos ambientais é um dos grandes desafios contemporâneos. O desenvolvimento sustentável exige a integração dos três domínios do ambiente — natural, artificial e cultural — em políticas públicas urbanas, ambientais e patrimoniais. O ambiente artificial e o ambiente cultural não são secundários ou acessórios na agenda ambiental. Eles constituem, ao lado do meio natural, componentes indissociáveis do ecossistema humano. Sua preservação e valorização devem ser priorizadas como parte do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado e à dignidade da pessoa humana.

Proteger o ambiente artificial é garantir cidades justas, sustentáveis e acessíveis. Valorizar o ambiente cultural é reconhecer a pluralidade dos povos e assegurar sua memória e identidade. Ambos são indispensáveis para a construção de uma sociedade ambientalmente consciente, historicamente enraizada e culturalmente diversa.

5. MEMÓRIA CULTURAL E HISTÓRICA EM ÂMBITO INTERNACIONAL

A memória cultural e histórica é um componente importante na preservação da dignidade da pessoa humana. Ao destacar as experiências coletivas e individuais dos povos, especialmente daqueles que sofreram com opressão, violência e exclusão, percebe-se que houve uma preocupação da comunidade internacional em contribuir para a construção de sociedades mais justas, conscientes e comprometidas com os direitos humanos.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, já expressa essa conexão ao afirmar, em seu preâmbulo, que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana é fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Esse reconhecimento passa, necessariamente, pelo resgate e valorização das memórias históricas dos grupos que tiveram seus direitos violados, suas culturas marginalizadas ou suas identidades apagadas.

Nesse sentido, a **UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)** tem desempenhado papel fundamental na promoção da memória cultural. Por meio da **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972)** e da **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005)**, a UNESCO reconhece que a cultura e a memória não são apenas expressões simbólicas, mas direitos fundamentais dos povos e ferramentas de desenvolvimento humano e dignidade.

O projeto denominado **“Memória do Mundo”**, também da UNESCO, visa preservar acervos documentais de importância mundial e facilitar o acesso público à herança documental da humanidade. Vejamos;

O Programa Memória do Mundo da UNESCO tem por objetivo identificar documentos ou conjuntos documentais que tenham valor como patrimônio cultural da humanidade. A candidatura encaminhada pela instituição detentora do acervo é inserida no Registro Internacional de Patrimônio Documental, a partir da aprovação por comitê internacional de especialistas. O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, foi criado em 2004, sob os auspícios do Ministério da Cultura, com o foi criado em 2004, sob os auspícios do Ministério da Cultura, com o propósito de reconhecer acervos documentais de relevância

para o Brasil. Em 2006 os integrantes do Comitê Nacional do Brasil foram nomeados representando instituições brasileiras dedicadas à preservação, acesso, difusão e a pesquisa de acervos documentais, além de especialistas na temática. Em março de 2012 o Comitê Nacional realizou lançamento de Edital e Regulamento para candidaturas à nomeação de acervos documentais no Registro Nacional do Brasil, para o qual foram recebidas trinta e seis proposições e destas dez nominadas.(chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/)

Todos marcos reforçam o direito à memória como forma de combater o esquecimento e promover a dignidade de povos historicamente marginalizados.

A memória também é elemento central da **justiça de transição**, mecanismo internacional voltado à reconstrução social em contextos de pós-conflito e pós-ditaduras.

Além disso, o **Tribunal Penal Internacional (TPI)**, estabelecido pelo **Estatuto de Roma (1998)**, é outro instrumento importante na afirmação da dignidade humana em nível internacional. Ao julgar crimes contra a humanidade, genocídios e crimes de guerra, o TPI não apenas responsabiliza indivíduos por violações extremas dos direitos humanos, mas também colabora com o registro histórico oficial dessas atrocidades, garantindo que não sejam esquecidas.

Datas internacionais instituídas pela ONU, como o **27 de janeiro - Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto**, são marcos simbólicos que demonstram o compromisso coletivo em não permitir o esquecimento e reafirmar que a dignidade humana é indivisível, universal e inviolável.

A memória cultural e histórica não é apenas um dever moral, mas um direito humano fundamental e uma ferramenta de afirmação da dignidade em escala global. Valorizar as narrativas plurais dos povos, especialmente os que foram historicamente silenciados, é

construir um mundo mais democrático, inclusivo e comprometido com a justiça e a paz.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dignidade da pessoa humana, como valor central do Estado Democrático de Direito, não se limita ao campo jurídico-formal. Ela se realiza concretamente por meio do reconhecimento da identidade cultural e da valorização da memória histórica de indivíduos e comunidades.

A preservação da memória, portanto, não é apenas uma escolha política ou estética: é uma obrigação jurídica, ética e social. Proteger e valorizar a diversidade cultural, os saberes ancestrais e as histórias de resistência é consolidar, de forma prática, a dignidade de todos os seres humanos.

A memória cultural e histórica não é apenas um exercício de preservação do passado, mas um ato político e ético de reconhecimento da humanidade dos povos, sobretudo daqueles que foram silenciados ou oprimidos ao longo do tempo. Ao resgatar narrativas, proteger patrimônios e reconhecer violações, a sociedade internacional contribui ativamente para a concretização da dignidade da pessoa humana — um princípio que, para ser efetivo, precisa estar ancorado em justiça, reparação e respeito à diversidade.

Nesse sentido, a memória atua como um instrumento de afirmação de identidades, de reconstrução de vínculos sociais e de promoção dos direitos humanos em sua dimensão mais ampla. É por meio dela que se edifica uma cultura de paz, se evita a repetição de atrocidades e se fortalece a consciência coletiva sobre o valor intrínseco de cada vida. Assim, a preservação da memória cultural e histórica torna-se um dever global, um caminho indispensável para a realização plena da dignidade humana, evidenciada, com maestria, no documentário “Entre fios e ideias”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257/2001.** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BOSELDMANN, Klauss. **Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade. In.: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

CANDAU, Vera Maria. **Educação e memória: uma abordagem multicultural.** Petrópolis: Vozes, 2012.

COMPARATO. Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 3. ed. rev. e ampl., São Paulo: Saraiva, 2003.

ENTRE FIOS E IDEIAS – patrimônio sociocultural. Direção: Liciane Faria Traverso Gonçalves. Belo Horizonte: Sonderg Produções, 2024. 1 vídeo (1h12 min). Disponível em: <https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTuX87HkXCv>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GOUTHIER, Juliana. **Um curto tempo de tecelã.** <https://www.otempo.com.br/opiniaio/juliana-gouthier/um-curto-tempo-de-tecela-1.207900>.

LETÍCIA, Júnia. **Renascença: Sob o apito da Fábrica.** https://estadodeminas.lugarcerto.com.br/app/noticia/noticias/2011/01/31/interna_noticias,43675/renascenca-sob-o-apito-da-fabrica.shtml.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto - 27 de janeiro.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História, n. 10, 1993.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINI, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado**. 16^a ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 4^a ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 10. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, 2003. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, 1972.

Chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgklclefindmkaj/https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf.

UNESCO. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177.htm.

UNESCO. Programa Memória do Mundo. chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/https://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/MoWBrasil_pwp_2012.pdf.

UNICEF. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

RAÍZES, TERRITÓRIO E DIVERSIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONSERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

Carlos Alberto Rodrigues

1. INTRODUÇÃO

O sujeito é essencialmente um ser cultural e construtor de sua própria identidade ao longo da história. No cenário atual, o Brasil enfrenta diversos problemas que ameaçam as tradições e as identidades culturais. Neste ínterim, o processo de globalização e o avanço do capitalismo cada vez mais geram impactos negativos nas comunidades locais, como, por exemplo, a homogeneização e a padronização das culturas.

O ser humano, como sujeito histórico, tem a habilidade única de modificar e transformar o ambiente em que vive e de criar cultura baseada em suas vivências, seus valores e as diversas interações sociais. Essa construção é dinâmica e não estática, sendo influenciada por diversos processos históricos e simbólicos que formam a identidade tanto individual, quanto coletiva. Nesse cenário, a cultura emerge como uma manifestação humana, o que evidencia tanto os costumes e tradições, quanto a maneira como o indivíduo compreende o mundo e a si próprio.

Este artigo promove uma reflexão acerca da importância da identidade cultural e da preservação da memória como elementos estruturais para compreender o papel do indivíduo na sociedade. Parte-se da ideia de que o ser humano, ao mesmo tempo, é resultado e também criador da cultura, capaz de transformar o ambiente e de criar significados os quais asseguram sua integração e pertencimento ao espaço onde vive. Por exemplo, o documentário *Entre fios e ideias* 16 nos mostra o elo existente entre as lembranças da atuação da antiga

16 ENTRE FIOS E IDEIAS- patrimônio sociocultural. Direção Liciane Faria Traverso Gonçalves. Belo Horizonte: Sonderg Produções, 2024.1 vídeo (1h12 min). Disponível

fábrica de tecidos Renascença, em Belo Horizonte, que desde 2004 o seu antigo “chão de fábrica” se transformou no campus de Belo Horizonte da Faculdade Universo, com vários cursos, entre eles o de Direito. Ressalta-se que esse registro, explora, com louvor, a temática do resgate à memória e da constituição da identidade cultural da comunidade da região do bairro Renascença.

2. O SUJEITO ENQUANTO SER HISTÓRICO, MODIFICADOR DO AMBIENTE E PRODUTOR DE CULTURAS

O sujeito é caracterizado, conforme Hall (2016), pela complexidade de suas múltiplas dimensões, seja ela biológica, física, mental, emocional, religiosa, social, política ou cultural. Assim, a dimensão cultural talvez seja uma das mais complexas, e seu entendimento exige estudos pormenorizados.

O sujeito se constrói pelo seu estado de natureza e também pelo seu estado social, concebido, também, como ser cultural. A filósofa Chauí (1999, p. 291) define a Natureza como “tudo o que existe no Universo sem a intervenção da vontade e da ação humanas” e é o que podemos compreender, a princípio, como oposição à cultura. Neste sentido, Chauí (1999) estabelece algumas diferenças essenciais entre a natureza e a cultura, sobretudo depois dos trabalhos de Kant¹⁷, em que a primeira está condicionada às leis necessárias de causa e efeito, das necessidades, do determinismo e da ausência de liberdade, ao passo que a segunda se relaciona às ações conscientes, às manifestações racionais e de livres escolhas, aos valores, aos contextos históricos e sociais, ao que seja certo ou errado, bem ou mal, politicamente correto

em <https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTUX87HkXCv->. Acesso em: 14 jul. 2025.

17 “Emmanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, em geral, considerado o pensador mais influente dos tempos modernos, nasceu em Königsberg, atual Kaliningrado, em 22 de abril de 1724. Não casou nem teve filhos, falecendo no dia 12 de fevereiro de 1804 aos 80 anos”. (Unisinos, 2005, p.8)

ou incorreto, sagrado ou profano, verdadeiro ou falso, belo ou feio, justo ou injusto.

Neste sentido, Silveira (2006, p.10) afirma que:

O homem, pela alma racional, é capaz de moderar ou dizer “não” ao apetite dos sentidos, e por isso é o único animal que, com fome, pode deliberadamente não comer; sem fome, empanturrar-se de comida; com sono, não dormir; com desejo, sublimá-lo ou reprimi-lo; etc. Pela contínua valoração do mundo, o homem é apto a fazer a história (que é o constructo dos valores no decorrer do tempo). Um animal irracional, como o cachorro, tem as mesmas possibilidades de interação com o mundo hoje, no tempo de Césares ou em qualquer outra época, pois carece em absoluto de historicidade, pela impotência para valorar de forma racional os entes, sendo a sua abertura para a compreensão do real incomensuravelmente menor que a do homem (Idem).

O mundo cultural, segundo Aranha e Martins (2015), é a transformação e a reprodução do sujeito para além da natureza. O homem transcende seu estado de natureza e humaniza seu mundo quando cria e dá significados às suas manifestações. Assim, a cultura também pode ser entendida como “tudo o que o ser humano produz ao construir sua existência: as práticas, as teorias, as instituições, os valores materiais e espirituais”, pois o humano é o único ser no mundo, diferente dos demais seres, que é capaz de criar signos e dar significados para sua existência e para o contexto a qual está inserido.

Posto isso, RODRIGUES (2017, p. 22) contribui com o estudo sobre a diferença entre Natureza e Cultura quando afirma que o *homo faber*¹⁸:

18 Homem artífice ou homem criador, aquele que é capaz de controlar, planejar e produzir ferramentas dentro de seu contexto.

é o único ser capaz de construir ou de fabricar ferramentas para seu trabalho, para seu conforto, para a sua sobrevivência, haja vista que somente ele é capaz de manipular a natureza para que esta o sirva de acordo com suas necessidades. A construção da história é inerente ao sujeito, e este só é capaz de produzir e transformar a natureza porque consegue refletir sobre suas ações ao longo de toda a sua vida e construir aquilo que ele acha necessário à sua sobrevivência, enquanto o animal vive conforme sua natureza. Se no planeta não houvessem pessoas, ou se houvesse, porém, desprovidos de suas capacidades intelectivas e deliberativas, a natureza estaria estagnada sem nenhuma possibilidade ou potência de mudança, havendo apenas animais adaptados à natureza selvagem e vivendo conforme suas heranças genéticas (Idem).

Para as autoras Aranha e Martins (2005, p. 20), a cultura é formada pelo conjunto das crenças, dos costumes de um povo, dos códigos linguísticos e da linguagem que nos apropriamos, das produções artísticas, das instituições religiosas, instituições familiares, instituições escolares, das produções científicas e de qualquer atividade humana e que constitua a identidade cultural de um povo. A cultura se passa desde o simples preparo de uma comida, como por exemplo, tendo suas regras específicas de preparo, se terá mais ou menos tempero, se será crua ou cozida, até as produções de diferentes vocabulários regionais dentro do território brasileiro e que necessitem de palavras específicas para que se mantenha a comunicação, mesmo todos os brasileiros falando o idioma português.

As alusões supracitadas servirão de bases epistemológicas sobre a construção da identidade cultural de um povo, haja vista que, conforme afirma Luckesi (2011, p. 138) “o ser humano se constitui em uma trama de relações sociais, na medida em que ele adquire o seu modo de ser, agindo no contexto das relações sociais nas quais vive, produz, consome e sobrevive.”

3. A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE CULTURAL E DO RESGATE À MEMÓRIA DE UM POVO: DA FÁBRICA RENASCENÇA À UNIVERSO – CAMPUS BELO E SEU CURSO DE DIREITO

A consciência coletiva exerce um papel imprescindível de influenciar diretamente o processo identitário cultural, o qual se refere à contínua e dinâmica construção do indivíduo a partir de fatores internos e externos estimulados pelo contexto sócio-histórico do sujeito. Neste sentido, Durkheim (2004) descreve o processo de consciência coletiva dizendo que os indivíduos de um mesmo grupo social compartilham um conjunto de crenças, de valores, de sentimentos ou normas sociais às quais modelam o comportamento de seus integrantes. Essa consciência coletiva é resultado direto do que o sociólogo francês denominou como “fatos sociais”, como os costumes, as regras e os valores os quais são exteriores ao sujeito e que exercem influência nos indivíduos de um mesmo grupo social.

A memória, conforme Batista (2005), desempenha um papel fundamental quando esta busca a elevação e a transformação de um povo, de uma nação ou de um grupo étnico. O resgate à memória é essencial para uma edificação sólida e consistente da identidade de uma população regional, sendo importante as ações e manifestações que, constantemente, permitam a rememoração e a busca das origens e raízes históricas e regionais de uma determinada população. Sendo assim, a memória não deve ser entendida como algo que ficou no passado e que apenas nos serve enquanto informações antigas, mas deve ser pensada no presente, integrante de um contexto atual, conforme nos mostra Santos (2004, p. 59):

A memória não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado, tendo em vista a reconstituição deste passado. Ela deve ser entendida como um processo dinâmico da própria rememoração, o que estará ligado à questão de identidade (Idem).

Resgatar as origens de um povo ou de uma região pode gerar nos indivíduos motivações e interesses pela sua própria cultura, além de despertar sua sensibilidade, criticidade, consciência e seu papel social enquanto cidadão pertencente àquele espaço. Posto isso, torna-se necessário o entendimento do papel da dinâmica da construção da identidade de um povo e de uma região, sendo que a identidade, segundo o sociólogo e teórico social Hall (1990), deve ser pensada como uma produção, como algo processual, inacabada, incompleta e em constante estruturação. Assim, a identidade não é imutável e fixa, mas é uma construção social e histórica, modificada e ao mesmo tempo adaptada por uma variável de fatores, como a própria história, a localidade e os diversos processos de interações sociais que ocorrem ao longo do tempo.

A partir dessas reflexões, pode-se levantar diversas discussões as quais possam corroborar com a consciência coletiva em prol da busca e preservação das raízes culturais de um território, haja vista que, conforme afirma Rodrigues (2015), preservar o patrimônio histórico cultural é não deixar que o sujeito perca de vista sua história, a sua trajetória coletiva e individual e é não perder de vista a sua identidade ou suas referências, como por exemplo as tradições familiares, as fotografias, as histórias de família.

Neste ínterim, destaca-se também a importância do elemento territorial para o processo e constituição de um determinado grupo e de suas manifestações culturais, sendo que, conforme atesta Santos (1999), o território não deve ser pensado apenas como uma porção ou extensão natural da terra, mas como ela se constitui em uma simbiose entre o chão e a identidade cultural. Nessa faceta, o território é o produto de trocas multilaterais, de trabalho, de relações políticas, comerciais, institucionais, religiosas, do compartilhamento da vida social, bem como da conservação do sentimento de pertencimento de grupo.

Assim, Santos (1999, p.8) afirma que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais, culturais, espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (Idem)

Por fim, neste cenário de resgate ao território e à identidade e memória de um povo, torna-se imprescindível, também, mencionar o papel que a sociedade tem acerca da preservação e acolhimento do multiculturalismo como fonte enriquecedora dos valores culturais. O multiculturalismo, conforme Ferreira, Nick e Silva (2023) pode ser compreendido como a diversidade cultural, ou seja, várias culturas diferentes em contato umas com as outras, e o papel do acolhimento à diversidade cultural tem como objetivo a garantia dos direitos dos indivíduos e o respeito mútuo, além da promoção da integração e da convivência pacífica dos diversos sujeitos envolvidos, pertencentes a um determinado grupo e que dividem seus espaços dentro de um mesmo território. Portanto, o multiculturalismo leva em consideração que as diferentes culturas devem ser apresentadas e apreciadas da mesma maneira, seja ela tradicional, seja ela emergente, gerando o enriquecimento cultural e promovendo um ambiente mais acolhedor.

Como exemplo acerca da importância do resgate da memória de um povo, tal qual a afirmação da identidade e do espaço de vivências, à luz da Filosofia, podemos citar o documentário “Entre Fios e Ideias” (2025) que evidencia os caminhos percorridos dentro de um espaço e que amplia a compreensão sobre as memórias coletivas, as histórias e vivências, as lutas e reivindicações sociais e trabalhistas e como as mudanças culturais e identitárias atravessaram gerações. O

documentário, produzido pelos alunos discentes do curso de Direito da Universo BH, resgata a história da antiga fábrica Renascença por meio de fotografias antigas, entrevistas e relatos pessoais, os quais ligam o passado da fábrica ao momento presente, explicitando sua função social, agora, no campo da educação.

Ademais, o documentário “Entre Fios e Ideias” (2024) demonstra como os espaços industriais inativos puderam ter novas abordagens historiográficas consoantes aos valores culturais e simbólicos daquela geração, além de criar laços e senso de pertencimento entre os trabalhadores e a comunidade local . A Universo BH não apenas reutilizou o território da antiga fábrica, mas, também, beneficiou-se das memórias e do legado de pertencimento, que agora passa a operar em prol do conhecimento e da cidadania. Além disso, os depoimentos dos antigos funcionários da fábrica, em especial, o Sr. Abelar Chaves Pereira, o Sr. Adair Viana e o Sr. Adair Versini, somados aos relatos dos moradores da região, as entrevistas com os professores do curso de Direito: Prof. Msc. Bruno Fonseca (professor desde 2004, na Universo-BH), Profa. Dra. Liciane Traverso (professora desde 2004, na Universo-BH), Profa. Msc Aline Loredane (ex-aluna do curso de direito e professora da Universo desde 2019) e Letícia Rosa (ex-aluna do curso de direito e preceptora do núcleo de prática jurídica), dos alunos, dos funcionários da Universo-BH, a Sra. Marta Freitas de Oliveira, bibliotecária/funcionária na Universo desde outubro de 2006, e da comunidade corroboram para o enriquecimento cultural e diversificado acerca do presente e do passado do local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e reflexões expostas neste artigo demonstram que o papel da identidade cultural é uma construção dinâmica e essencial para a formação do indivíduo como ser histórico, social e transformador do ambiente em que vive. O ser humano, dotado de razão e consciência, pode superar sua condição natural na medida

em que cria símbolos, significados e manifestações culturais que lhe proporcionam senso de pertencimento e individualidade.

A memória é considerada um processo ativo e contínuo dentro da vida comunitária, e mantê-la viva é essencial na medida em que reforça os laços com as origens históricas e culturais de uma determinada comunidade. Preservar as tradições, histórias e práticas culturais locais permite o reconhecimento e a valorização das diversas identidades que compõe uma sociedade, fomentando o respeito e acolhimento à diversidade e o enriquecimento da vivência coletiva.

O território, nesse cenário, passa não ser somente uma definição geográfica, mas a ser um espaço vivido, imbuído de significados e vivências, pois forma e edifica a identidade e expressa a cultura de um povo. O multiculturalismo, então, emerge como uma proposta ética e social de acolhimento à diversidade cultural, reforçando o compromisso com a equidade, a inclusão e a coexistência pacífica entre as diversas tradições e estilos de vida.

Valorizar a identidade cultural, resgatar e fortalecer a memória coletiva e reconhecer o território como um espaço simbólico tornam-se elementos essenciais para a formação de uma sociedade mais crítica, dinâmica, consciente e dedicada à preservação de sua história e de seus valores. Assim, investir na educação cultural é contribuir para a formação de indivíduos mais humanos, reflexivos e comprometidos socialmente com o bem comum.

Por fim, o documentário apresentado demonstrou como recuperar a memória coletiva de um povo pode fortalecer sua identidade cultural e transformar locais históricos em espaços de fala e de aprendizado e cidadania, reforçando o compromisso em preservar o passado consoante a um ambiente mais acolhedor, consciente e integrador.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Temas de Filosofia**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia, v. único, 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

BATISTA, Magalhães Cláudio. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 5, núm. 3, 2005, p. 27-33 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115416147004>. Acesso: 08 jun. 2025.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ENTRE FIOS E IDEIAS – patrimônio sociocultural. Direção: Liciane Faria Traverso Gonçalves. Belo Horizonte: Sonderg Produções, 2024. 1 vídeo (1h12 min). Disponível em: <https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTuX87HkXCv>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FERREIRA, Amanda Marçal do Nascimento; NICK, Herbert Câmara; SILVA, Júlia Carla. **Vale a pena ver com as crianças: por uma pedagogia multicultural**. 2023. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, RJ: v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 10 jun. 2025.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**; organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/formacao/002cadernosihuemformacao>. Acesso em: 12 jul. 2025.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. Comunicação & Cultura, n.1, 2006, p. 21-35

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Milton Santos. **O dinheiro e o território**. In: Geographia, Universidade de São Paulo, ano 1, n.º 1, 1999.

RODRIGUES, Carlos Alberto. **A natureza do bem em Santo Agostinho**. 2017. Monografia (Licenciatura em Filosofia) – Instituto de Filosofia Dom João Resende Costa, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RODRIGUES, Mirian Sartori. Entrevista concedida ao programa *Conexão Cultura*, TV Unisinos, publicada em 17 jun. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=39W6IyuCSmw>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SANTOS, Reinaldo Soares dos. **O Encanto da Lagoa: O imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Programa de PósGraduação em Cultura e Turismo, UESC/ UFBA, Ilhéus- a, 2004.

SILVEIRA, Sidney. **Apresentação**: Santo Agostinho e o mal como privação de bens naturais. In: AGOSTINHO. **A Natureza do bem**. Tradução de Carlos Ancêde Nougúé. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2006. p. 01-34.

UNISINOS (UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS). Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Cadernos IHU em formação: Emmanuel Kant – Razão, liberdade, lógica e ética. Ano 1, n. 2, 2005. São Leopoldo: IHU/Unisinos, 2005. ISSN 1807-7862.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE; UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

Neide Duarte Rolim

A proteção do patrimônio histórico e cultural é uma questão de grande relevância para a sociedade, pois envolve a preservação da identidade e memória coletiva de um povo. Em Belo Horizonte, cidade rica em história e cultura, essa proteção ganha ainda mais importância. O direito penal desempenha um papel crucial nesse contexto, ao estabelecer normas e sanções para aqueles que atentam contra o patrimônio cultural. Este artigo científico tem como objetivo analisar a função do direito penal na proteção do patrimônio histórico e cultural de Belo Horizonte, destacando a importância de uma legislação eficaz e de sua aplicação rigorosa para garantir a preservação desses bens. Através de uma abordagem interdisciplinar, serão discutidos os principais desafios e avanços na área, bem como a necessidade de uma conscientização social sobre a importância da proteção do patrimônio cultural.

A Lei 9605/98, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais, dedica os artigos 62 a 65 à proteção do patrimônio histórico-cultural. O artigo 62 trata da destruição, inutilização ou deterioração de bens especialmente protegidos, estabelecendo penas de reclusão e multa para os infratores. Verificou-se que sua aplicação na capital mineira tem maior ênfase na destruição e alteração de fachadas de imóveis tombados. O artigo 63 aborda a alteração do aspecto ou estrutura de edificações ou locais protegidos, sem a devida autorização, também prevendo penas de reclusão e multa. Foi possível constatar que não há o registro de grande incidência deste delito em Belo Horizonte. Já o artigo 64 proíbe a construção em solo não edificável, ou em seu entorno, sem autorização, estabelecendo penas de detenção e multa. Neste tópico a maioria da incidência delitosa está na construção às margens de rodovias e próximas de área de preservação permanente. Por fim, o artigo 65 trata da pichação e conspurcação de edificações ou

monumentos urbanos, diferenciando a pichação do grafite autorizado, prevendo penas de detenção e multa para os infratores. Foi feita a análise e casos envolvendo o delito supra, inclusive com destaque para o patrimônio histórico-cultural representado pela Igrejinha da Pampulha.

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE BELO HORIZONTE

Já dizia o pensador Augusto Cury que um homem sem história é como um livro sem letras. A preservação do patrimônio histórico-cultural está intrinsecamente ligada à preservação da história e, conseqüentemente da pessoa humana. Por este motivo, é necessário um vasto arcabouço jurídico de tutela.

Embora o Direito penal tenha caráter de subsidiariedade no ordenamento jurídico, desempenha um papel crucial na proteção do patrimônio histórico e cultural, pois estabelece sanções para condutas que danificam ou destroem bens de valor histórico, artístico, arqueológico e paisagístico. Essa tutela é essencial para preservar a identidade e a memória de um povo, garantindo que bens culturais, que são parte fundamental da herança de uma nação, sejam protegidos contra ações que possam comprometer sua existência.

A Lei 9605/98 conhecida popularmente como a Lei dos crimes Ambientais elenca na seção IV os artigos 62 a 65 com o objetivo específico de tutelar o patrimônio histórico-cultural. O artigo 62 dispõe o seguinte;

Destruir, inutilizar ou deteriorar: I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa. Parágrafo único.

Se o crime for culposos, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Se constata inicialmente que há uma gradação de condutas lesivas, pois a simples deterioração até a destruição sujeitará o infrator à sanção penal. Todavia, estamos diante de uma norma penal em branco, pois só haverá a consumação delitiva se o bem patrimonial já estiver previamente protegido o que na prática acontece muitas vezes através do tombamento. Cumprindo o princípio da taxatividade, a norma exemplifica os bens históricos culturais que não podem ser deteriorados, inutilizados ou destruídos.

Em Belo Horizonte podemos citar alguns casos em que a norma penal supra foi aplicada ou poderia ser aplicada. Cita-se por exemplo um caso em que uma casa na Rua Timbiras, nesta capital, apontada como componente do conjunto arquitetônico da igreja da Boa Viagem e adjacências, tombado pelo município em 18.11.1994 que fora demolida em sem autorização legal. Neste caso, foi determinado judicialmente que os proprietários reconstruíssem o bem cultural objeto de tombamento ou, em não sendo possível, que indenizassem monetariamente a coletividade mineira pelo dano moral sofrido. (apelação 1.0000.23.058442-7/001)

O jornalista Lucas Sanchis noticiou em 23 de janeiro de 2023 através do Itatiaia Cidades que Belo Horizonte registra média de mais de um caso de dano ao patrimônio por dia. Outro alvo frequente de destruição são as estátuas de grandes nomes da literatura mineira e brasileira. Podemos citar casos como o da estátua de Henriqueta Lisboa que fica na região da Savassi e teve as mãos e o livro que estava sobre elas arrancados. Uma das quatro estátuas de Ninfa Que representam as estações do ano na praça da estação em Belo Horizonte também fora destruída por uma mulher não identificada.

Os infratores que incidirem neste delito e atuarem de forma culposa estarão sujeitos a uma pena de 06 (seis) meses a 01 (um) ano de reclusão sem prejuízo de multa. Será lavrado um Termo circunstanciado de ocorrência e o processo tramitará em Juizado

Especial criminal visto abarcar delito de menor potencial ofensivo. Lado outro, o infrator que atuar de forma dolosa, ou seja, atuando voluntariamente, estará sujeito a pena de reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa tramitando o processado na justiça comum.

O artigo 63 da Lei 9605/98 protege o valor paisagístico de edificações e locais preservados. Vejamos:

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Se percebe que este tipo penal também traz uma norma penal em branco, pois para a consumação do crime se exige a existência de uma lei anterior, ato normativo ou decisão judicial protegendo a estrutura ou edificação que possua valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórica, cultural religioso. Registre-se que a conduta será considerada atípica caso precedida de autorização da autoridade competente.

Neste interim, torna-se relevante compreender o que se entende por paisagem. Segundo Fábio Christiano Gonçalves, (2015, p.103).

Compreende-se então que a paisagem se constitui em uma forma de ver o mundo, sendo agenciada a partir de um conjunto de valores que o indivíduo traz consigo e lhe atribui. Então, a paisagem reflete os valores do indivíduo e assim os da sociedade que integra, e assim evidência no contexto atual, em geral, a lógica individualista que caracteriza desde então o apartamento do ser humano em relação à natureza, quando sobrepõe suas vontades aos demais seres viventes. Diante do exposto, consideramos que a noção de “paisagem” pode ser uma chave importante para refletir sobre a relação “natureza-ser

humano-cidade” na contemporaneidade, por ser um meio de revelação de uma forma de vida calcada em determinados valores socialmente estabelecidos

A paisagem demonstra uma forma de ver o mundo. São registros feitos pelo tempo ou pelo homem e que precisam ser preservados por revelar formas e momentos de vida. Proteger o valor paisagístico da estrutura de uma edificação ou local tem relevância para a dignidade da pessoa humana uma vez que diretamente ligada a proteção da memória. É que a memória dos seres humanos funciona como um fio condutor que une o passado ao presente e nos faz pertencer a um tempo, a um lugar e a uma história. A paisagem é um elemento fundamental do bem-estar individual e coletivo, pois representa aqueles que nelas vivem e aqueles que as criaram.

Ainda sob o foco do valor paisagístico, o artigo 64 da lei 9605/98 define a proibição de construção em solo não edificável. Vejamos:

Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

O solo não edificável é aquele que, por razões de preservação ambiental, paisagística, histórica, cultural, religiosa, arqueológica, etnográfica ou monumental, não pode ser utilizado para construção sem a devida autorização da autoridade competente, ou seja; se houver prévia autorização a construção em solo não edificável será permitida.

Em Belo Horizonte, áreas não edificáveis são espaços onde a construção é proibida por lei, geralmente devido a restrições urbanísticas ou ambientais. Estas áreas podem incluir faixas de proteção, áreas de preservação permanente (APP) ou terrenos com restrições específicas de zoneamento. A legislação municipal, como

o Plano Diretor e leis específicas, define quais áreas são consideradas não edificáveis e quais são as restrições aplicáveis

Passemos agora a análise do artigo 65 da lei de crimes ambientais que aborda a proibição da pichação e da conspurcação:

Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa.

§ 2º Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

No Brasil a pichação é considerada vandalismo e crime ambiental, nos termos do artigo 65 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), cuja pena é de detenção de 3 meses a 1 ano, e multa, para quem pichar ou por qualquer meio conspurcar edificação ou monumento urbano. A Lei 12.408 publicada em 2011 alterou o artigo 65 distinguindo o ato de pichar do ato de grafitar. Segundo a lei, o grafite é permitido desde que autorizado, devendo guardar o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística.

Em outubro de 2024 foi publicada a lei 14.996 que expressa no artigo 2º, IV que *“o Grafite é expressão da arte urbana em forma de desenho e escrituras em que o artista cria uma linguagem intencional para interferir*

na cidade, com o aproveitamento de espaços públicos, como paredes, muros fachadas viadutos e ruas.”

Percebe-se que a lei esclarece que o grafite pode ser desenho ou escritos, assim como a pichação. Todavia, esta tende a ser mais simples e direta. Geralmente são caracterizados pelo uso de letras grandes e estilizadas em cores como preto e azul. O seu estilo é menos elaborado, focando mais em letras e símbolos do que em imagens. Ao utilizar a palavra conspurcar equiparando-a ao ato de pichar o legislador conferiu aceção de sujar, manchar, ofender.

Corroborando a definição supra, ao discorrer sobre o crime de pichação em Belo Horizonte, Flávia Soares (2019, p2) esclarece que:

“Ao percorrer a cidade, percebe-se a quantidade de marcas elaboradas pelos jovens estampadas nos muros, através das alcunhas que são reconhecidos por outros pichadores. Estes nomes são caracterizados por letras que possuem facilidade para estilizar.”

O patrimônio histórico-cultural de Belo Horizonte frequentemente é estampado por pichações. A título de ilustração, cita-se que a igreja da Pampulha por 02 (duas) vezes foi o alvo. Em 2016, através dos autos do processo 0024.16.074.094-0 o juízo da 8ª Vara criminal da capital condenou os autores/pichadores. Um deles, recebeu uma pena de 3 (três) anos 4 (quatro) meses e 22 (vinte e dois) dias de prisão e 120 (cento e vinte) dias multa.

Se extrai da r. sentença um ponto deveras interessante. O juízo consignou que um dos denunciados fez apologia à prática do crime previsto no artigo 65 da lei 9.605/98 por meio da página de sua empresa no Facebook ao postar em 23/12/2015 imagens da pichação com os seguintes dizeres; “*pichação a verdadeira Street arte, que dá voz aos oprimidos... Liberdade GG PS.*” Entendeu o juízo que assim agindo, o réu exaltou a prática do delito ao meio ambiente e de seus autores, classificando a conduta como arte das ruas.

Eis a questão. A criminalização da pichação em Belo Horizonte tem sido debatida há algum tempo, com a criação de delegacias especializadas e projetos de lei que visam endurecer as punições para a prática. Lado outro, há um movimento em defesa da pichação em BH que busca questionar essa abordagem repressiva e promover um diálogo sobre a importância da arte urbana e da liberdade de expressão.

Luis Pitanga (2023) afirma que:

“(...) A Pichação é utilizada como uma forma de protesto meio de dar voz àqueles que não são ouvidos pela sociedade e representantes políticos protestos contra a desigualdade social, as péssimas condições de educação e saúde e até contra o racismo e LGBTQIA+fobia pode ser vistos nos muros das cidades.”

Flávia Cristina Soares (2019, p.3) informa que; “... *Há um consenso em conceber a pichação como arte e que sendo arte não é possível acabar, pois arte não tem fim.*”

Se percebe que os autores das pichações são amparados por pensadores e parte da sociedade Belo Horizontina no tocante á defesa de que a pichação, assim como o grafite não devem ser considerada ato delituoso. Isto porque o objetivo que impregna a ação é o protesto. Todavia é incontestado que a pichação configura poluição visual e muitas das vezes, depreda o patrimônio histórico-cultural da capital mineira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise proposta, foi possível verificar que a aplicação efetiva das normas incriminadoras contidas nos artigos 62 a 65 da Lei 9605/98 na capital mineira é essencial para garantir a preservação da identidade e memória coletiva da sociedade.

Além disso, é fundamental promover a conscientização social sobre a importância da proteção do patrimônio cultural, envolvendo a comunidade na preservação e valorização desses bens. A colaboração entre órgãos governamentais, instituições culturais e a sociedade civil é crucial para enfrentar os desafios e avançar na proteção do patrimônio histórico e cultural de Belo Horizonte.

Em suma, a proteção do patrimônio histórico e cultural não é apenas uma questão legal, mas também um dever coletivo que exige o comprometimento de todos os setores da sociedade.

Para ampliar a efetividade nesta tutela é essencial uma abordagem interdisciplinar aliada a uma aplicação rigorosa das normas penais para assim, garantir a preservação e valorização desses bens para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL, Lei nº 9.605, de 12 de fev. 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 12 de fev. 1998.

BRASIL, Lei nº 14.996, de 15 de out. 2024. Reconhece as expressões artísticas charge, caricatura, cartum e grafite como manifestações da cultura brasileira. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 15 de out. 2024.

Flávia Cristina Soares, « Pixação em Belo Horizonte », Ponto Urbe [Online], 12 | 2013, posto online no dia 31 julho 2013, consultado o 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/565>; DOI : 10.4000/pontourbe.565

GONÇALVES, Fábio Christiano Cavalcanti. A paisagem como fenômeno e objeto de interesse público: com que direito? Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 34, 2015.

PITANGA, Luis. Dossiê Reverso, 30/10/2023: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/pichacao-e-manifesto-para-denunciar-realidade-social/#:~:text=A%20picha%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20utilizada%20como,vistos%20nos%20muros%20de%20cidades>. Acesso em 10/07/25

SANCHES, Lucas. Portal Itatiaia Cidades em 30/01/2023 <https://www.itatiaia.com.br/cidades/2023/01/30/bh-registra-media-de-mais-de-um-caso-de-dano-ao-patrimonio-por-dia>

MEIO AMBIENTE, RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E CIVIL POR DANO AMBIENTAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Henrique Damásio Soares

INTRODUÇÃO

A temática ambiental desperta o interesse da sociedade na medida em que a busca pela utilização racional dos recursos naturais se tornou uma condição básica para a atual existência e das futuras gerações em nosso planeta.

O contexto das mudanças climáticas é uma realidade, enquanto convivemos com alterações do clima, evidenciadas a cada ano pelos extremos climáticos, seja por grandes períodos de seca ou por épocas com chuvas concentradas, como as que ocorreram no Rio Grande do Sul em 2024.

A necessidade de se buscar equilíbrio e melhoria das condições ambientais é premente, e, para que tal situação ocorra, ela perpassa por questões legais, conscientização ambiental e políticas públicas que consigam contribuir para a mitigação das alterações climáticas e seus efeitos adversos.

O Brasil, pela extensão de seu território e cobertura de vegetação nativa preservada, é um importante aliado na contribuição para a melhoria do meio ambiente em âmbito global. Possuímos importantes biomas, como o Amazônico, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal e a Mata Atlântica, que, cada um com suas características, representam áreas prioritárias para a conservação, com alta biodiversidade e endemismo.

Na gestão pública ambiental, destaca-se o Sistema Nacional do Meio Ambiente SISNAMA, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente. Esse sistema é composto por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de fundações instituídas pelo Poder Público, todos responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. O SISNAMA organiza e integra essas

instâncias, promovendo a articulação entre os diferentes níveis de governo na formulação e execução de políticas ambientais em todo o território nacional.

A Constituição Federal de 1988 incluiu no rol das competências comuns das esferas federativas a proteção do meio ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas, bem como a preservação das florestas, da fauna e da flora, dispondo também, no capítulo do meio ambiente, que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CF, art. 225, caput).

Em âmbito do Estado de Minas Gerais, destaca-se a vanguarda na tutela do meio ambiente, evidenciada pela promulgação da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, que constitui o principal instrumento legal voltado à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente no estado. Destaca-se que a lei mineira é anterior à própria Política Nacional de Meio Ambiente e, ao estabelecer competências ao recém-criado Conselho de Política Ambiental, originário do Decreto nº 18.466, de 29/04/1977, efetivou a participação da sociedade na condução da política ambiental. Neste contexto, também foram sancionadas a Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências, efetivando o já existente Conselho Estadual de Recursos Hídricos para propiciar a gestão descentralizada dos recursos hídricos, compondo assim o Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA.

Em 2024, o Governo promoveu uma reorganização administrativa, com significativas alterações na estrutura organizacional e nas competências no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável – SEMAD. As mudanças foram publicadas pelos decretos nº 48.706/2023 e nº 48.707/2023, que regulamentam a Lei Estadual nº 24.313/2023.

As normas estabelecem, entre outras providências, a reorganização administrativa do Estado no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). De forma didática e sem entrar em detalhes, foram criadas 10 unidades regionais de fiscalização, tendo como atribuição principal coordenar e executar ações fiscalizatórias do cumprimento da legislação ambiental, subordinadas à SEMAD por meio da Subsecretaria de Fiscalização. Na esfera do licenciamento ambiental, as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, anteriormente ligadas à SEMAD, no novo regramento pertencem à Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, que reassumiu a competência licenciatória por meio das Unidades Regionais de Regularização Ambiental.

DESENVOLVIMENTO

O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo ao qual é exigido para o funcionamento de empreendimentos ou atividades consideradas potencialmente poluidoras ou capazes de gerar impactos ambientais. A regularização deve assegurar a participação pública, a transparência e o controle social, bem como a preponderância do interesse público, a celeridade e a economia processual, a prevenção do dano ambiental e a análise integrada dos impactos ambientais, conforme dispõe o parágrafo único do art. 1º da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017.

O documentário “Entre Fios e Ideias”, resultado da pesquisa com os alunos do curso de Direito da Universo, campus Belo Horizonte, aborda, dentre outras questões, a necessidade de preservação do patrimônio cultural, no caso referente à antiga Fábrica Renascença, que realizava atividades têxteis e sua interação com os bairros

do seu entorno. A pesquisa abordou o modo de vida, a relação entre empresa e empregados, questões trabalhistas, econômicas e sociais, que deixaram impactos positivos, seja nas memórias dos trabalhadores, seja na formação da região ao seu redor. Com a desativação da fábrica e o início das atividades de ensino superior no local, agora sob um novo contexto, tendo Belo Horizonte como uma das principais metrópoles do país, surge uma oportunidade de conciliar o desenvolvimento de uma atividade relevante com a conservação e proteção do patrimônio histórico social.

Nos termos do Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257/2001, empreendimentos que possam causar impactos significativos na vizinhança devem apresentar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), conforme disposto no artigo 36 da referida norma. O EIV é um instrumento de planejamento urbano que visa compatibilizar o crescimento das cidades com a qualidade de vida das populações locais, avaliando previamente os efeitos que o empreendimento pode gerar no meio urbano (BRASIL, 2001).

Além disso, tais empreendimentos costumam ser submetidos ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA), com foco na proteção ambiental e no uso sustentável do solo. Entre as medidas comuns estão a manutenção de áreas verdes para absorção de águas pluviais, o manejo adequado de resíduos e a garantia de acessibilidade exigências indispensáveis para a obtenção de licenças ambientais e alvarás de funcionamento.

A Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, no § 1º do art. 14, dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil por dano ambiental:

Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de

responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Foi com a publicação da Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, que foi estabelecido que a responsabilidade civil em matéria ambiental é objetiva e que o dano deve ser reparado independentemente de culpa.

Nossa Carta Magna estabelece a tríplice responsabilidade ambiental, o que quer dizer que uma pessoa pode ser responsabilizada por um mesmo ato em três esferas diferentes: administrativa, civil e penal. De acordo com o § 3º do art. 225 da Constituição Federal, “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados” (BRASIL, 1988).

Na responsabilidade civil, é obrigatória a necessidade de recuperação do dano, sendo necessário a caracterização de uma ação ou omissão por parte de pessoa física ou jurídica, o nexo de causalidade, quando existe uma ligação entre o dano ambiental e a conduta, e a configuração do dano ambiental.

A responsabilidade administrativa ambiental é de natureza subjetiva. Isso significa que, para aplicar penalidades administrativas, não basta apenas comprovar o dano, como ocorre na responsabilidade civil objetiva. É necessário provar que o suposto infrator cometeu a conduta de forma intencional ou por negligência, ou seja, que houve culpa, além de estabelecer a relação direta entre essa conduta e o dano ambiental causado.

Se tratando do cunho criminal, conforme o Art. 2º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998:

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua

culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Do artigo depreende-se que os autores só serão punidos ou responsabilizados por seus crimes na medida da comprovação de suas condutas, comprovado dolo ou culpa, e nexos de causalidade.

No que tange aos aspectos de reparação de danos, a temática tem tido considerável evolução, porém ainda apresenta grande complexidade em suas interpretações nas mais variadas situações aplicáveis ao Direito Ambiental.

Muitas vezes, as esferas de responsabilização se confundem, sendo necessária uma avaliação criteriosa para distingui-las, de modo que o objetivo do instituto jurídico seja alcançado na forma de recuperação ambiental.

Nesta seara, destaca-se o papel do Ministério Público, que, por meio de instrumentos jurídicos, exerce suas funções com o objetivo de prevenir a degradação do meio ambiente, bem como buscar a reparação integral nos casos de danos ambientais, mediante a responsabilização das pessoas físicas e jurídicas poluidoras, nas esferas cível e criminal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das breves considerações, percebe-se que nossa legislação possui como objeto principal estabelecer procedimentos para compatibilizar as políticas públicas entre os entes da federação, sejam eles a União, os Estados e os Municípios, na busca por um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

O **Estatuto da Cidade**, ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, reforça a necessidade de proteção, preservação

e recuperação do meio ambiente natural e construído, bem como do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, como princípios fundamentais do planejamento urbano.

Sendo assim, as possibilidades de desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana configuram-se como condições essenciais para a definição dos usos atuais do espaço ocupado pela Faculdade Universo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Lei de Crimes Ambientais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 7.772, de 8 de setembro de 1980. Dispõe sobre a proteção e melhoria do meio ambiente no Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.almg.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MINAS GERAIS. Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999. Política Estadual de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.almg.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MINAS GERAIS. Decreto nº 48.706, de 2023. Regulamenta a reorganização administrativa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD. Disponível em: <http://www.semad.mg.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MINAS GERAIS. Decreto nº 48.707, de 2023. Complementa o Decreto nº 48.706/2023. Disponível em: <http://www.semad.mg.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM.
Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017.
Dispõe sobre procedimentos de licenciamento ambiental. Disponível
em: <http://www.copam.mg.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

A ARTE FAZ PARTE DA VIDA OU A VIDA FAZ PARTE DA ARTE?

André Thiago de Souza

“Para cá, para lá . . .
Para cá, para lá . . .
Um novelozinho de linha . . .
Para cá, para lá . . .
Para cá, para lá . . .
Oscila no ar pela mão de uma criança
(Vem e vai . . .)
Que delicadamente e quase a adormecer o balança
— Psio . . . —
Para cá, para lá . . .
Para cá e . . .
— O novelozinho caiu”
Manuel Bandeira. *Estrela da vida inteira*. 4. ed. Rio
de Janeiro, José Olympio, 1973, p. 64.

O poema de Manuel Bandeira, conforme apresentado em *Estrela da Vida Inteira* (1973, p. 64), evidencia a capacidade da arte de articular experiência estética e reflexão existencial. Por meio de sua poética, Bandeira demonstra que a arte não se limita à mera representação formal da realidade, mas constitui um espaço de construção de sentidos e de ressignificação da experiência humana. A obra ressalta a função mediadora da arte entre o sujeito e o mundo, ao permitir a expressão de sentimentos, a ampliação da sensibilidade e o engajamento crítico do leitor. Nesse sentido, a produção poética de Bandeira confirma a dimensão ética e cognitiva da arte, reforçando seu papel como instrumento de formação cultural e existencial.

Arte tem papel importante na vida dos homens. É uma das formas mais importantes e antigas formas de expressão universal. Desde as pinturas dos homens das cavernas, até as mais sofisticadas artes contemporâneas, é com ela que refletimos e sentimos, temos

ideias e experiências que não são traduzidas em palavras ou gestos, somente pelo sentimento de quem a vê e sente: isso são as obras de arte. Com a arte e por meio dela, o ser humano consegue comunicar-se e até pode mudar sua visão ou reafirmá-la com o mundo, pode registrar acontecimentos e fixar emoções em nossas vidas.

Fayga Ostrower, em seu livro “Universos da Arte”, ela define os elementos visuais: “Diferentemente das palavras, os elementos visuais não possuem significados fixos ou predefinidos. Eles não representam, descrevem ou simbolizam nada por si mesmos. É apenas quando inseridos em um contexto formal que passam a adquirir sentido — e, justamente por não terem uma determinação prévia, podem assumir múltiplos significados depois.” (Ostrower, 2013, p.99).

Com isso, podemos identificar que a arte está além do ser e do entender, está no sentir. Dessa forma, pode-se afirmar que a arte transcende a mera representação objetiva, situando-se no campo da sensibilidade e da experiência subjetiva. Ela não se restringe a descrever ou reproduzir a realidade, mas amplia a compreensão do ser humano sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca. Nesse sentido, a arte constitui um meio singular de expressão e de comunicação, capaz de atribuir múltiplos significados às vivências humanas e de consolidar-se como elemento essencial na formação cultural e existencial da humanidade.

A arte está profundamente ligada à identidade cultural. Voltada para as tradições, ela reafirma e confirma os valores e histórias, funcionando como um elo entre o passado e o presente, deixando assim o que o passado fez e perpetuando para o futuro. Cada manifestação artística carrega características de seu povo ou época, unicamente fortalecendo o sentimento de pertencimento e ampliando a compreensão da grande diversidade que nos faz como humanos que vivemos em sociedade. Assim, a arte se torna um espelho das sociedades, revelando suas conquistas, contradições e transformações.

Ao contrário da linguagem verbal, os elementos visuais não possuem significados pré-estabelecidos; eles só adquirem sentido ao serem organizados em um contexto formal, o que possibilita múltiplas

interpretações (Ostrower, 2013). Essa concepção apresentada por Ostrower reforça a ideia de que a arte visual se distingue da linguagem verbal justamente pela ausência de significados fixos. Os elementos plásticos, quando isolados, permanecem abertos e indeterminados, mas, ao serem articulados em um contexto formal, passam a produzir sentidos diversos. Essa característica evidencia o caráter interpretativo e subjetivo da arte, na qual a experiência estética depende tanto da organização da obra quanto da percepção do observador.

Quando pensamos no campo individual, a arte contribui para a educação e o desenvolvimento pessoal. Ela estimula a criatividade, a imaginação e a sensibilidade, além de incentivar o pensamento crítico. Também possui grande importância na saúde emocional, já que pode funcionar como forma de terapia, ajudando as pessoas a lidar com sentimentos e desafios internos.

No âmbito individual, a arte configura-se como um instrumento de formação integral do sujeito. Ao estimular a criatividade, a imaginação e a sensibilidade, ela amplia as capacidades cognitivas e afetivas, favorecendo não apenas o aprendizado, mas também a construção da autonomia intelectual e crítica.

Além disso, seu papel terapêutico evidencia a dimensão psicológica da experiência estética, permitindo que o indivíduo elabore emoções e ressignifique vivências. Assim, a arte atua de forma abrangente, articulando processos educativos, emocionais e existenciais.

Entende-se que a arte exerce um papel transformador na sociedade. As obras artísticas têm o poder de questionar, denunciar injustiças e inspirar mudanças. As obras artísticas desempenham um papel crucial na reflexão e transformação social. Ao questionarem normas, práticas ou situações de injustiça, elas estimulam o pensamento crítico e promovem o debate sobre valores e condutas coletivas.

Além disso, ao inspirarem mudanças, a arte torna-se um instrumento de mobilização cultural e social, capaz de sensibilizar

indivíduos e comunidades, ampliando a consciência sobre questões éticas, políticas e humanas.

Dessa forma, a arte não se limita à dimensão estética, mas assume também uma função ética e cidadã na sociedade. Ao provocar reflexões, ela amplia horizontes e mobiliza indivíduos e coletivos em busca de uma realidade mais justa e humana. Provando análises a arte exerce uma função transformadora na sociedade, incentivando indivíduos e grupos a reconsiderar suas percepções e atitudes. Esse poder de mobilização permite ampliar horizontes culturais e sociais, estimulando a construção de uma realidade mais ética, justa e humanizada.

A arte ultrapassa seu papel meramente estético e passa a atuar como instrumento de conscientização e engajamento coletivo. Dessa forma, a arte não é apenas um adorno cultural, mas uma necessidade essencial para a construção de uma vida plena e de uma sociedade mais consciente.

Dessa forma, a arte evidencia-se como um elemento constitutivo da vida cultural, ética e social, ultrapassando sua dimensão meramente estética. Ao provocar reflexão e mobilizar indivíduos e coletivos, ela contribui para a reconfiguração de percepções, atitudes e valores, fortalecendo a construção de uma sociedade mais justa, humanizada e consciente. Nesse contexto, a arte consolida-se como um instrumento de engajamento crítico e formação cidadã, reafirmando seu papel central na constituição do conhecimento, da sensibilidade e da experiência humana.

E AS FORMAS DE ARTE, COMO FICAM?

Sabemos que temos vários tipos de expressões artísticas, no desenho, na música, na dança, em várias formas de expressões artísticas.

A dança é uma forma de expressão corporal que combina movimento, ritmo e gestualidade para comunicar emoções, ideias,

narrativas ou experiências culturais. A música é uma forma de expressão artística que organiza sons e silêncios ao longo do tempo, utilizando elementos como ritmo, melodia, harmonia e timbre. Ela desempenha funções estéticas, culturais e emocionais, sendo capaz de comunicar sentimentos, reforçar identidades culturais, e provocar experiências sensoriais e cognitivas no indivíduo. O desenho é uma forma de expressão visual que utiliza linhas, formas, texturas e cores para representar ideias, sentimentos ou a observação da realidade.

Quando falamos de documentário na arte, estamos nos referindo à utilização do formato documental, tradicionalmente ligado ao registro da realidade, como uma forma de expressão artística, capaz de explorar, interpretar e transformar experiências humanas e sociais. Diferentemente do documentário estritamente jornalístico ou científico, o documentário artístico busca provocar reflexão, criar sensações e transmitir sentimentos, usando elementos visuais, sonoros e narrativos de forma criativa. No documentário “Entre fios e ideias” o resgate da identidade de um bairro na cidade de Belo Horizonte, traz consigo a forma de montar e mostrar como é importante o resgate de memórias e relatos históricos na vida das pessoas que viveram naquela região.

O resgate histórico, que foi realizado no documentário, consiste na investigação, análise e valorização de informações, registros e práticas do passado com o objetivo de compreender a evolução de fenômenos culturais, instituições ou ideias. A forma documentário é importante na expressão artística, afinal de contas ele coloca a vida e as obras de forma clara e objetiva na arte.

Em síntese, as diferentes formas de expressão artística, dança, música, desenho e documentário, desempenham funções essenciais na comunicação de emoções, ideias e experiências culturais. Cada modalidade oferece um meio singular de percepção e interpretação do mundo, permitindo que indivíduos e coletivos expressem sua identidade, memória e criatividade. O documentário, ao incorporar o resgate histórico e as narrativas de vida, evidencia o potencial da arte como instrumento de registro, valorização e ressignificação

de experiências humanas. Dessa forma, a arte consolida-se como um elemento central na reflexão crítica, na formação cultural e no desenvolvimento social, reafirmando seu papel na construção e preservação da memória coletiva.

E LÁ, NA ANTIGA FÁBRICA, HAVIA ARTE?

No livro *Universos da Arte*, Fayga Ostrower explora a relação entre arte e indústria, destacando como a arte, ao ser produzida em massa, pode perder sua autenticidade e profundidade. Ela argumenta que a produção artística em larga escala, muitas vezes voltada para o consumo imediato, pode transformar a arte em um produto superficial, distanciando-a de seu papel original de provocar reflexão e expressão genuína. Ostrower enfatiza a importância de preservar a essência da arte, garantindo que ela continue a ser uma forma de comunicação rica e significativa, capaz de transcender as limitações impostas pela lógica industrial.

OSTROWER ENTENDE QUE A ARTE ESTÁ EM QUALQUER FORMA DE EXPRESSÃO, ONDE:

“Compreendo então que toda arte, figurativa ou não, é uma linguagem do espaço.”

*Depoimento de Fayga Ostrower, in
COCCHIARALE & GEIGER.*

Essa análise crítica de Ostrower nos convida a refletir sobre os desafios contemporâneos enfrentados pela arte em um mundo cada vez mais dominado pela produção em massa e pelo consumo rápido. Sua perspectiva ressalta a necessidade de um equilíbrio entre inovação, acessibilidade e profundidade, para que a arte continue a desempenhar seu papel vital na sociedade.

O documentário, como forma de expressão artística carrega ainda mais informações e condições para o artista e os espectadores irem além das suas fontes de pesquisa. Segundo BARRETO, 2010, o documentário possui grande importância artística, pois combina o registro da realidade com recursos criativos que transformam fatos em experiências estéticas significativas. Diferentemente de um relato puramente informativo, o documentário utiliza enquadramentos, montagem, trilha sonora e ritmo narrativo de forma deliberada, proporcionando ao público sensações e reflexões sobre o tema abordado. Nesse sentido, o documentário se configura como uma obra de arte que articula realidade e subjetividade.

Além de seu caráter estético, o documentário cumpre um papel cultural e social relevante. Ele registra tradições, histórias de comunidades e memórias coletivas, funcionando como um instrumento de preservação histórica e de valorização da identidade cultural. Ao dar visibilidade a experiências humanas diversas, contribui para a formação de uma consciência social mais crítica e sensível.

Outro aspecto importante é a capacidade do documentário de engajar o espectador de forma crítica. Ao tratar de questões sociais, políticas ou culturais, ele provoca debates, incentiva a reflexão e sensibiliza sobre temas relevantes para a sociedade. Essa função ética e educativa reforça seu valor artístico, mostrando que a arte não apenas entretém, mas também transforma a percepção do público sobre o mundo.

Por fim, o documentário destaca-se pelo hibridismo entre arte e realidade. Ele consegue apresentar acontecimentos reais de maneira poética e expressiva, ampliando as possibilidades de comunicação e de interpretação. Dessa forma, o documentário não apenas documenta a vida, mas também cria novas formas de compreensão estética, consolidando-se como uma linguagem artística singular e essencial.

COM TUDO ISSO A ARTE ESTÁ EM TODOS OS LUGARES...

A arte manifesta-se em múltiplos espaços da vida humana, ultrapassando os limites de museus, teatros e galerias. Ela se faz presente nas práticas culturais cotidianas, nas tradições populares, na música, na dança, no desenho, no cinema e em outras formas de expressão visual e performática. Essa ubiquidade evidencia que a arte não é um fenômeno isolado ou acessível apenas a uma elite, mas um elemento intrínseco à experiência humana, capaz de comunicar sentimentos, ideias e valores de maneira universal.

Além de sua função estética, a arte desempenha papel formativo e educativo, contribuindo para o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e do pensamento crítico dos indivíduos. Ela estimula a percepção, amplia horizontes culturais e sociais e promove a reflexão sobre a realidade, consolidando-se como um instrumento de educação informal e de fortalecimento da identidade cultural.

Do ponto de vista social e ético, a arte também atua como agente de transformação, permitindo que indivíduos e coletivos questionem normas, revejam percepções e participem ativamente da construção de uma sociedade mais justa e humana. Ao integrar memória, experiência e imaginação, a arte preserva narrativas, valores e práticas históricas, tornando-se um elo entre passado, presente e futuro.

Portanto, afirmar que “a arte está em todos os lugares” significa reconhecer sua dimensão abrangente e essencial para a vida humana. Ela não apenas embeleza ou entretém, mas educa, sensibiliza e mobiliza, reafirmando-se como um componente central na construção do conhecimento, da identidade e da consciência crítica na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Márcio. *O documentário como forma de expressão artística*. São Paulo: Editora Senac, 2010.

Caminhos, Anna Bella Geiger, in Os Caminhos de Fayga Ostrower. Rio de Janeiro, Instituto Fayga Ostrower, 2006.

COOK, Nicholas. *Music: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

ENTREFIOSEIDEIAS – patrimônio sociocultural. Direção: Liciane Faria Traverso Gonçalves. Belo Horizonte: Sonderg Produções, 2024. 1 vídeo (1h12 min). Disponível em: <https://youtu.be/qPK0hVMDbWY?si=Y3_ZiTuX87HkXCv ->. Acesso em: 17 agost. 2025.

HARRISON, Charles; WOOD, Paul. *Arte: Uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 112-115.

HODGSON, John. *Dance: An Artistic Expression*. London: Routledge, 2010.

OSTROWER, Fayga. *Universos da arte*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

RELATOS DOS COLABORADORES

COORDENADOR DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSO BH

Prof. Bruno César Fonseca

Comecei a trabalhar na Universo em 2004, portanto, já se passaram mais de 20 anos. Minha mãe foi criada no mesmo bairro, em razão de seu avô, que trabalhava na fábrica de tecidos instalada no local e que deu origem ao bairro no início do século XX. Mais de sessenta anos depois, tive a alegria pessoal de trabalhar exatamente no mesmo lugar em que meu bisavô trabalhou.

A preservação da memória é fundamental se trata, inclusive, de uma verdadeira metodologia divina descrita na Bíblia. A título de exemplo, basta lembrar a passagem em que Deus recorda a Josué o caminho percorrido desde a saída do Egito até antes da travessia do Rio Jordão. Esse resgate do passado não deve servir apenas como inspiração, mas também como aprendizado, sobretudo porque, diante do acesso à informação que temos hoje, não é admissível que repitamos erros já vividos e corrigidos por gerações anteriores.

Minha avó contava que, ainda menina, lembrava-se de seu pai pedindo que se escondesse debaixo da cama sempre que havia rumores de que o bando de Lampião poderia passar pela cidade onde moravam, no interior de Alagoas. Esse medo foi a motivação para que meu bisavô migrasse para o Sudeste, estabelecendo-se no bairro e passando a trabalhar na fábrica de tecidos.

Sua função era apurar a produtividade dos trabalhadores. Entretanto, com o advento da CLT, todos passaram a receber igualmente pela mesma função, ainda que com desempenhos diferentes, o que o levou a pedir demissão.

Dos meus 47 anos de vida, há 21 convivo quase semanalmente com esses prédios: frequento suas salas, interajo com a comunidade e

aproveito oportunidades que só existem graças aos empreendimentos mantidos nesses dois bairros centenários da capital mineira.

Enquanto trabalhava aqui, casei, tive dois filhos, me especializei e amadureci profissionalmente. Por isso, ao olhar para trás, só tenho a agradecer: seja pelo empreendimento acadêmico que continua atuante na sociedade, prestando atendimentos nas áreas da saúde e das ciências sociais; seja pela confiança da população do bairro, que sempre nos prestigia; seja pelos milhares de alunos que tiveram a chance de se profissionalizar.

Do aprendizado, fica a certeza de que estamos sempre tentando melhorar: novos projetos, novas conexões, ex-alunos e moradores que retornam como colegas de trabalho. Pouco a pouco, consolidamos a atuação da instituição no coração da capital mineira.

ALUNOS, EX-ALUNOS E AMIGOS

COMPANHIA RENASCENÇA INDUSTRIAL & UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA BH

Marcos Ney Camargos Pereira

Em 1966, o **Sr. Abelar Chaves Pereira** foi admitido pela **Companhia Renascença Industrial** para trabalhar como tecelão, local onde esteve praticamente toda a carreira profissional dedicada até a data de 1996, ocasião do encerramento da atividade da empresa.

Eu, **Marcos Ney Camargos**, filho do então industriário Sr. Abelar, também tive o privilégio de ser funcionário da empresa, tendo trabalhado de 1988 até 1995. A Companhia Renascença Industrial, que encerrou as atividades em 1996, funcionou no mesmo prédio desde 14 de março de 1937. A instalação da fábrica de tecidos impulsionou, na época, o desenvolvimento do Bairro Renascença e de áreas vizinhas, como Nova Floresta, e atraiu a construção de vilas operárias para abrigar os trabalhadores.

Em meados de 2019, eu, incentivado pela **querida esposa Vanessa Maira**, e atendendo um sonho de ter também uma formação superior em Direito, efetuei a matrícula na então faculdade Universo. Confesso que nos primeiros meses me deparei com várias boas lembranças da antiga fábrica de tecidos onde laborei por tantos anos. Lembranças que se deveram ao fato de o prédio não ter sofrido praticamente nenhuma modificação em sua área externa, com a manutenção, conservação e preservação das características antigas da fábrica.

Em junho de 2024, finalizei, com orgulho, a formação em Direito da Universo, unidade Belo Horizonte. Saliente-se, por oportuno, no mesmo local onde meu pai e eu estivemos por muitos anos como trabalhando como funcionários da fábrica de tecidos.

Agradeço muito à Companhia Renascença Industrial por ter me proporcionado, por muitos anos, dignidade, transformação e

desenvolvimento, e, a Universidade Salgado de Oliveira, juntamente com todo o corpo acadêmico, por ter me proporcionado a realização de um sonho que foi a formação no curso de Direito.

Obrigado Companhia Renascença Industrial e Universo- BH!

MEMÓRIA E IDENTIDADE: O REENCONTRO COM UM ESPAÇO QUE MORA EM MIM

Luciana Castro

Desde a infância, o espaço que hoje abriga a Universidade Salgado de Oliveira – Universo – já fazia parte da minha vida, ainda que sob outras formas e significados. Ali funcionava o clube da antiga Fábrica de Tecidos Renascença, onde, ainda pequena, eu costumava ir com **meu pai**. Aquelas tardes deixaram marcas suaves, mas profundas: os sons das conversas, a luz dourada do fim de tarde, a sensação de estar em um lugar que me pertencia e me acolhia. Sem saber, eu já tecia ali os primeiros fios de uma identidade afetiva, bordada entre memória e afeto.

Anos depois, ao buscar uma universidade para minha segunda graduação, aquele espaço retornou à minha lembrança – como quem chama de volta algo que nunca foi embora de verdade. Em meio a tantas escolhas possíveis, a Universo se destacou. Claro, pesquisei sua proposta pedagógica e estrutura, mas havia algo a mais: o peso leve da memória, o elo invisível com aquele chão. Voltar àquele lugar era, de algum modo, retomar uma parte da minha própria história.

É curioso como os espaços guardam aquilo que fomos, mesmo quando já não são os mesmos. A antiga fábrica de tecidos, agora silenciosa em suas máquinas, abriga hoje outras formas de transformação – não mais de algodão em pano, mas de ideias em conhecimento, de vivências em identidade. E talvez por isso minha relação com esse lugar vá além da nostalgia: ela é viva, dinâmica, feita de continuidade. Ao transitar novamente por seus corredores, sinto que pertencimento não apenas à minha história, mas também a uma rede maior de afetos e sentidos que ali se entrelaçam.

Escolher a Universo foi mais do que uma decisão racional – foi um gesto de reconexão. Um reencontro com o passado que me formou e com o presente que desejo construir. Aquele espaço, que antes acolhia minhas brincadeiras e descobertas infantis, hoje acolhe meus

projetos e ideias. Entre memórias e caminhos futuros, sigo trançando minha trajetória — entre fios e ideias, entre o que fui e o que escolho ser.

MEU SOGRO TRABALHOU NA FÁBRICA RENASCENÇA E MEU FILHO E EU ESTUDAMOS NA UNIVERSO-BH

Cristina Berquó Guimarães Duarte

Meu nome é Cristina e, em 1979, com oito anos de idade, eu mudei de Santa Tereza para o Bairro Renascença com meus pais e meus cinco irmãos.

A Fábrica de Tecidos da Renascença já existia. Fiz amizade com as crianças do bairro. Na época, o bairro era cheio de matas, poucas casas e não havia apartamentos. Existia o supermercado Epa, padaria e lojas de aviamentos.

Com as amigas que fiz, andávamos de bicicleta entorno da fábrica; passávamos o dia no clube da fábrica e jogávamos queimada na rua; brincávamos uma na casa da outra.

Fui crescendo e, aos quinze anos, iniciei um estágio na Caixa Econômica Federal. E nessa mesma época conheci um amigo que, no futuro, se tornou meu marido. Estamos falando do ano de 1987 e, em 1989, comecei a namorá-lo.

O avô do meu marido, **Francisco Carvalho Duarte**, trabalhava na fábrica de tecidos em Valença, no Estado do RJ, e foi convidado para trabalhar na fábrica de BH, que estava sendo construída. Assim, ele veio para BH com a esposa e um casal de filhos, **Loyde Carvalho Duarte e Francisco Carvalho Duarte Filho**. Ele trabalhava como operário e sua filha e o seu filho, também. O sr. Francisco trabalhava como varredor da fábrica.

As casas ao redor da fábrica foram construídas pelos funcionários da própria fábrica. Todo o dinheiro que o meu sogro recebia era guardado até que ele conseguiu comprar uma casa para os pais.

Meu sogro sempre foi obstinado, disciplinado e estudava em casa para fazer o curso de Economia. Passou em 1o lugar no curso de Economia da UFMG e logo foi trabalhar na Fundação João Pinheiro. Por sido aprovado em 1o lugar, ganhou uma bolsa para fazer o doutorado na Inglaterra. Ele foi primeiro e, depois, a esposa e os filhos.

Em 1990, **casei com o Sérgio**, filho do Francisco Carvalho Duarte Filho, e tivemos um **filho, Fábio**. As fraldas dele foram compradas na Renascença.

A fábrica fechou, o mato cresceu, ficou abandonada e, com isso, houve problemas de invasões de escorpiões, baratas e ratos nas casas, além de proliferação de dengue. Foi muito assustador! Os vizinhos fizeram um mutirão para a limpeza e foi chamado o Departamento de Zoonoses da Prefeitura para colaborar no combate aos focos.

Ficamos sabendo que a fábrica tinha sido vendida para uma instituição de ensino superior, o Uni-BH, e, em seguida, revendida para a Faculdade Universo. Foi um alívio para os moradores do bairro, pois o problema das pragas seria eliminado.

A Universo foi uma grande oportunidade para mim e para várias pessoas do bairro, inclusive, para a formação acadêmica do meu filho Fábio.

Cursei Direito na Universo até o 8o período. Mas, meu filho formou-se em Direito na Universo e hoje, como advogado, dirige um escritório em Florianópolis.

A faculdade Universo é impecável; com salas espaçosas, biblioteca gigantesca e bem montada, além de professores altamente qualificados. Fiquei maravilhada com o que aprendi durante os períodos em que estive cursando Direito.

A Universo me ensinou muito, me deu valores para o resto da vida. Posso afirmar que eu recebi muito da instituição e de cada professor.

A todos, minha eterna gratidão!

RENASCENÇA E UNIVERSO: A GEOGRAFIA DE UM SONHO

Fabiano Tadeu Lopes

O Bairro Renascença, em Belo Horizonte, faz parte da história da minha família muito antes de eu nascer. Foi ali que viveram minha bisavó e avó maternas e minha mãe. Apesar de ter nascido no bairro vizinho, São Gabriel, minha vida social, afetiva e cultural sempre esteve profundamente ligada ao Renascença. Desde criança, frequentei seus bares, seus espaços, suas esquinas. Vivi intensamente a famosa Avenida Mexiana — hoje rebatizada como Avenida Clara Nunes —, nome que homenageia a célebre cantora, símbolo da nossa terra, que chegou a trabalhar na antiga fábrica de tecidos instalada ali, bem antes de ser palco de outro capítulo marcante da minha trajetória.

Foi exatamente nessa antiga fábrica que se instalou a Faculdade Universo, instituição que mudaria definitivamente o rumo da minha vida. Na época, já havia concluído minha primeira graduação, em História, e trabalhava no comércio. O Direito era um sonho antigo, mas distante — até que ele se tornou possível, ali mesmo, ao lado de casa, por meio de um curso acessível, inclusivo, e, acima de tudo, de altíssima qualidade.

Aproveitei essa oportunidade com toda intensidade. Foram cinco anos que moldaram quem sou. Fiz amigos para a vida toda, conheci pessoas que se tornariam grandes referências e mestres inesquecíveis. A **professora Liciane Traverso** e a **professora Neide Rolim**, duas penalistas brilhantes, mudaram meu olhar sobre o mundo e me apresentaram ao fascinante universo do Direito Penal. Foi mágico. Um verdadeiro preenchimento de alma, como se cada aula iluminasse um vazio que eu nem sabia existir.

Também guardo com enorme gratidão as lições dos **professores Kildare** e **Sebastião** — este último, já saudoso — ambos delegados de Polícia e grandes penalistas, com uma bagagem prática e teórica que inspirava qualquer estudante. E jamais poderia deixar de citar o **professor Carlos Frederico**, o primeiro a reconhecer em mim um

talento jurídico ainda em formação. Seu convite público para integrar seu escritório foi um divisor de águas em minha trajetória.

Graças a esses mestres, a esse ambiente acadêmico e à força simbólica do Renascença, transformei um sonho em realidade. Hoje sou advogado criminalista com atuação reconhecida nacional e internacionalmente. Atuei e atuo em casos de grande repercussão, como a defesa do ex-policial Bola, no caso do goleiro Bruno; o caso Hudson, do Colégio Magnum; o caso Henry Borel, no Rio de Janeiro; e o caso Becker, no Rio Grande do Sul. Fui responsável pelo júri mais longo da história da Justiça Federal brasileira e atuei também em casos internacionais, como o de José Pereira, em Portugal, noticiado no programa Fantástico, por Fátima Bernardes, e pela rede BBC de Londres.

Minha carreira jurídica me levou a todos os estados da Federação. Na vida acadêmica, tornei-me mestre em Direito Penal Econômico pelo UniCuritiba, e, atualmente, curso doutorado na mesma área. Leciono em cursos de graduação e pós-graduação, sou autor de diversas obras jurídicas, entre elas o *Manual de Habeas Corpus* e o *Manual da Lei de Drogas* — este último amplamente reconhecido como referência nacional no tema. Tive a honra de lecionar em cursos de pós-graduação na Universidade de Harvard e ministrar aula na Universidade de Salamanca, na Espanha. Hoje, palestrante assíduo em todo o território brasileiro e também fora do País, compartilho semanalmente conhecimentos sobre a Lei de Drogas e sua aplicação comparada em diversos sistemas jurídicos.

Nada disso teria sido possível sem a existência da Faculdade Universo e o bairro Renascença, que acolheu meu sonho, minha juventude e minha transformação. A geografia afetiva que me formou como cidadão e como jurista tem nome, tem história e tem gratidão.

Obrigado, Renascença.

Obrigado, Universo.

MINHA VIDA NO BAIRRO RENASCENÇA

Elmo de Souza Silva

Professora Liciane, primeiramente agradecer a lembrança do meu nome.

Falar do Renascença, é falar da minha vida, pois me mudei para o bairro em 1977, por influência dos meus avós maternos que foram moradores pioneiros com a inauguração da extinta fábrica de tecidos Renascença.

Meu avô, **José Elizeu de Souza** (*in memoriam*) e minha avó, **Edith Gabriela Rangel de Souza** (*in memoriam*), fundaram no Renascença, juntamente com a Fábrica de tecidos, a primeira padaria do bairro, que era na mesma rua da tecelagem e tempos depois se instalou na rua Jacuí 2377, funcionando por mais de 50 anos neste local até seu fechamento.

Meus pais, **Argemiro Miranda da Silva** (*in memoriam*) e **Déa Lúcia de Souza Silva**, fundaram em 01/10/1978 a **Produtos Alimentícios Biscobom Ltda**, sediada em um galpão na rua Botucatu, 469, Renascença, onde tinham como clientes a antiga fábrica de tecidos e seus funcionários. A empresa funcionou por 32 anos naquele local e eu, na época da inauguração, um menino de 7 anos, tive o prazer de trabalhar na **Biscobom** por longos anos – uma autêntica faculdade com pós-graduação para mim –, tendo convivido bastante com as pessoas que labutavam na fábrica de tecidos e usufruído intensamente do clube Renascença, onde joguei por várias vezes no belo gramado que existe até hoje, na quadra coberta taqueada e na quadra de vôlei descoberta.

Presenciei com tristeza o fechamento da fábrica de tecidos e vi a transformação do local em uma faculdade, a Universo, que trouxe novamente alegria para a região que havia ficado órfã devido a um empreendimento de tal magnitude fechado.

Ainda no período em que trabalhava com meus pais na fábrica de biscoitos, conheci o **sr. Ricardo Ferrari**, ex-reitor da Universo, que

me convidou a conhecer as instalações da instituição de ensino, tendo sido um dos incentivadores da minha retomada e conclusão do curso de Direito.

Há 14 anos atuo no mercado imobiliário, gerenciando uma construtora. Sinto-me realizado e orgulhoso de ter vivido, desde a minha infância, em um bairro, onde, na fase adulta, pude estudar em uma instituição que me fez voltar no tempo e nas boas lembranças que ali vivi, ao lado de ter concluído a minha formação acadêmica.

Professora Liciane, conte sempre comigo para relembrar fatos relacionados a esta região e à Universo. Tenho muito orgulho de ter consolidado aí a base para meu futuro.

Grande abraço do seu aluno, Elmo.

DO JÚRI SIMULADO PARA OS JÚRIS REAIS: A CONCRETIZAÇÃO DE UM SONHO

Rúbia Frois

Professora Liciane, obrigada pelo convite. Fiquei muito lisonjeada.

Ainda adolescente, mergulhava nas páginas de Sidney Sheldon e me enxergava em cada história: uma grande advogada, capaz de transformar vidas e fazer a diferença no caminho de todas as pessoas que cruzassem a minha jornada.

Em 2014, esse sonho começou a ganhar forma. Ingressei na Universo. Morava no bairro Ipiranga e, todos os dias, passava em frente à universidade observando os alunos entrando e saindo, imaginando o momento em que eu também faria parte daquele movimento. Mãe solteira, muito jovem, com poucos recursos, mas com uma determinação imensa, consegui dar o primeiro passo: enfrentar o vestibular e realizar a matrícula.

No primeiro período, logo nas aulas iniciais, vivenciei uma experiência que marcou para sempre minha trajetória: o júri simulado do caso Júlio Santana. Encarei aquela atividade como se fosse um julgamento real, carregado de responsabilidade e propósito. O livro era intenso, os fatos pesados, mas a condução da **Profa. Dra. Liciane Traverso** trouxe leveza e paixão pelo Direito Penal, como se estivéssemos conversando em uma mesa de café. Lembro-me da primeira pergunta que ela nos fez: “Por que você está aqui?”. Pediu que escrevêssemos a resposta em um bilhete e a guardássemos para revisitar no futuro. Minha resposta era clara: eu estava ali para crescer, me descobrir e, sobretudo, dar um bom exemplo ao meu filho, que na época tinha apenas quatro anos.

Com o tempo, formei-me e encontrei na advocacia criminal a área que me acolheu de tal forma que fez esquecer qualquer outra profissão que eu pudesse ter considerado antes. Descobri também minha paixão pela comunicação jurídica. Ainda vinculada à faculdade,

fundei uma empresa e criei um projeto do qual tenho enorme orgulho: a Oficina de Oratória Jurídica. Por meio dela, já ajudo centenas de estudantes e jovens advogados a encontrarem sua própria voz no universo do Direito.

Hoje, olhando para trás, sinto uma imensa gratidão. A Universo não foi apenas o espaço onde estudei; foi o lugar onde descobri quem eu era e quem eu poderia me tornar. É uma honra e uma felicidade indescritível poder registrar aqui minha trajetória, como advogada criminalista e fundadora do Instituto Expressar lembrando sempre daquela jovem mãe que ousou acreditar em um sonho e transformá-lo em realidade.

DA RUA AO FÓRUM

Marcus Homem

Querida Professora Liciane,

É com imensa gratidão que escrevo.

Sua memória e constante disposição em me ajudar sempre foram um diferencial em minha jornada. Pessoas como a senhora, que tanto apoiam, foram fundamentais para que eu chegasse onde estou hoje.

Sou profundamente grato a Deus por ter te colocado em meu caminho.

Muito obrigado por tudo, Professora. Sua presença e influência são partes essenciais da minha história.

Da Rua ao Fórum, eis o meu relato

Meu nome é **Marcus Fernando Cruz Homem**. Sou pai de duas lindas meninas, casado e advogado. Ao longo da minha carreira, construí uma trajetória com inúmeros casos de sucesso, com atuação por todo o Brasil.

Nunca imaginei estudar Direito ou me tornar advogado. No entanto, não cheguei até aqui por acaso; o acúmulo de escolhas e experiências moldou quem sou hoje. Minha vida profissional começou muito cedo. Aos 12 anos, já trabalhava como camelô na área hospitalar de Belo Horizonte. Aos 20, já havia alcançado certa estabilidade, mas, como bem diz o grande empresário **Flávio Augusto**, “estabilidade não existe”. Sinceramente, pensei que, com 20 anos, minha vida, nos planos profissional e financeiro, estaria resolvida. Foi então que me deparei com minha fonte de renda escorrendo por entre os dedos.

Quebrado, sem recursos, vi-me no fundo do poço. Contudo, como nos famosos filmes de Rocky Balboa, desistir nunca foi uma opção. Eu precisava me reerguer, não podia permanecer prostrado. Foi nesse ponto que decidi estudar. Mas o quê? Essa era a grande questão!

Passei a observar que a área jurídica era fascinante. Lembrei-me de uma reunião, ainda na minha vida de empresário, para a qual fui convidado. O patrono do caso estava acumulando honorários

expressivos, um valor significativo capaz de transformar realidades. Pensei: “Se ele pode, eu também posso!”. Pronto, o curso estava decidido. Mas onde estudar? Eu sabia que precisava de uma boa instituição. Morando no bairro Dona Clara, pesquisei nas redondezas e encontrei a Universo, uma faculdade respeitada e de abrangência nacional. Não pensei duas vezes e, impulsionado pela necessidade de mudança, adentrei os corredores acadêmicos.

Confesso que meu primeiro período foi vivido com uma mistura de angústia e urgência. Eu precisava, a todo custo, sair daquela realidade. Constantemente, me questionava: “O que estou fazendo aqui? Preciso de dinheiro agora! Só me formarei daqui a cinco anos! O que farei até lá? Será que vou conseguir?”.

Sem conseguir pagar a faculdade, eu precisava agir novamente. Foi quando fiz uma proposta inusitada a um advogado que, além de colega, considero um amigo e irmão. Sugeri trabalhar com ele na parte comercial, que, diga-se de passagem, eu já dominava. Ele aceitou, e em troca, pedi apenas que garantisse minha faculdade. Minha jornada jurídica começou no segundo período, e, desde então, jamais parei! Tornei-me sócio desse escritório ainda no quinto período, e minha vida mudou radicalmente.

Ao longo da minha vida acadêmica, fiz grandes amigos e parceiros que levo comigo até hoje e, tenho certeza, continuarei carregando. Houve momentos bons, momentos ruins, momentos desafiadores, e muitos em que pensei em desistir. Mas entre pensar e desistir existe a lacuna da decisão, e essa eu jamais permiti que se fechasse.

Conheci minha esposa, e ela também foi estudar Direito na Universo, participando do mesmo convívio com nossos amigos e companheiros de jornada acadêmica.

Fui aprovado no exame da OAB no décimo período, e ao me formar, meu escritório já estava a todo vapor. Ele nasceu do antigo escritório com o advogado amigo que me concedeu a primeira oportunidade, uma verdadeira semente de sucesso.

Embora minha experiência empresarial e a segunda fase do exame da OAB em Direito Tributário sejam pontos fortes, hoje meu

escritório, o *Cruz Homem Advogados*, atua em todo o Brasil. Prestamos serviços jurídicos *Full Service* com o lema que nos move: “Traga o problema, que entregamos a solução!”.

Minha trajetória, iniciada nas ruas e construída com resiliência, não é apenas a história de um advogado, mas a prova de que a capacidade de se reerguer e a busca incessante pelo conhecimento podem forjar qualquer destino. Afinal, a educação não muda apenas uma vida, ela transforma a geração inteira daquele que se dedica às vias acadêmicas.

Cada escolha, cada desafio, moldou não apenas quem sou, mas a convicção que me impulsiona. Essa máxima é o pilar sobre o qual ergo meu escritório. É uma promessa de resiliência, onde o lema ‘Traga o problema, que entregamos a solução!’ não é apenas uma frase, mas um reflexo da minha própria jornada, dedicada a guiar outros rumos à vitória e à tranquilidade.

MINHA AVÓ E MINHA MÃE TRABALHARAM NA FÁBRICA RENASCENÇA E EU ESTUDEI NA UNIVERSO BH (ANÁLISE DE SISTEMAS E DIREITO)

Victor de Paula Alves Martins

Minha trajetória acadêmica na Universidade Salgado de Oliveira (Universo) começou por volta de 2005, quando entrei no curso de Direito. A princípio, essa escolha refletia uma forte tradição familiar; meu pai era advogado e meus irmãos também cursavam a mesma graduação, inclusive um deles na própria Universo. No entanto, já no terceiro período, meus planos tomaram outro rumo: migrei para Análise de Sistemas, permanecendo na mesma instituição. Essa decisão foi impulsionada por uma aptidão inata pela computação, algo que sentia desde cedo e que, de fato, superava meu interesse pelo Direito. Naquele momento, eu mal podia imaginar que esses dois campos, aparentemente distintos, seriam a base fundamental para a minha futura e diversificada carreira.

Após concluir meu curso de Análise de Sistemas, e já atuando profissionalmente na área de tecnologia, com foco em desenvolvimento de sistemas, segurança e redes de computadores, tive meu primeiro contato com a curiosa intersecção entre Computação e Direito. Foi através de uma indicação de um colega que realizei uma consultoria, a qual questionava a viabilidade de produzir prova técnica de registros informáticos gerados por um *software* que era objeto de uma ação judicial. A partir desse momento, meu interesse pelo tema só cresceu e, pesquisando mais a fundo, descobri o fascinante trabalho forense do perito judicial, um auxiliar da Justiça.

Então, no início de 2015, comecei a atuar como perito judicial no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e montei meu primeiro escritório de perícia. Além da informática forense, fui apresentado a outras áreas periciais, como a grafoscopia. Isso me incentivou a explorar campos forenses ainda mais específicos e, assim, conheci a criminalística. A expansão para esse universo incluiu balística, documentoscopia,

química, engenharia e a própria informática, mas agora aplicada à investigação de crimes.

Em busca de maior especialização, ainda em 2015, iniciei um curso de perícia cível e criminal na Faculdade Batista de Minas Gerais. O corpo docente, composto por peritos criminais da Polícia Civil de Minas Gerais, enriqueceu significativamente meu aprendizado. Consequentemente, a profissão de perito criminal se tornou um objetivo futuro e muito motivador para mim.

Enquanto aprofundava meus conhecimentos forenses, meus professores me apresentaram outra área promissora: a assistência técnica criminal na esfera da computação. Nessa atuação, como profissional particular, o assistente técnico basicamente “audita” de forma externa e independente as provas produzidas pelo Estado. De forma objetiva, ele verifica se a prova foi produzida de acordo com os padrões técnicos e legais exigidos no processo penal. Diante dessa forte conexão da área do Direito com a informática e a perícia, em 2016, decidi retomar meus estudos no curso de Direito na Universo.

Para minha surpresa e grande satisfação, ao retornar à graduação em Direito, reencontrei **mestres** que haviam sido meus mentores quase uma década antes. Mesmo tendo mudado de curso inicialmente, o retorno ao Direito se mostrou uma verdadeira dádiva, enriquecido por todo o conhecimento que recebi dos queridos mestres ao longo de mais uma graduação. Isso demonstrou a dedicação e o compromisso contínuo da instituição com o ensino e seus alunos.

Em suma, com dois cursos concluídos pela Universidade Salgado de Oliveira, encerrei cerca de uma década de vida acadêmica. E, neste ano de 2025, completo dez anos de atuação na perícia particular – uma trajetória que não seria possível sem a contribuição inestimável dos **meus queridos e amados professores**. Durante todo esse período, testemunhei de perto a constante evolução e melhoria da Universidade, um local que antes era a Fábrica Têxtil do Renascença, empresa onde minha avó e minha mãe também trabalharam. Isso realmente me proporcionou um significativo ciclo de conexão não só familiar com

a instituição, mas também com colegas, amigos e professores, que transcendem a vida acadêmica.

INTERESSE PELAS QUESTÕES SOCIAIS E PELA JUSTIÇA

Marciene P. da Costa Silva

Desde muito jovem, sempre tive um profundo interesse pelas questões sociais e pela justiça. A escolha pelo curso de Direito veio naturalmente, como uma forma de transformar essa vocação em uma profissão capaz de impactar positivamente a vida das pessoas.

Minha trajetória na Faculdade de Direito começou com um grande passo: a decisão de cursar Direito na Universidade Salgado de Oliveira – Campus Belo Horizonte/MG. Optei por essa instituição por diversos motivos, entre eles acessibilidade e oportunidade que a faculdade oferta através do “Projeto Talento”, a seriedade do corpo docente e a estrutura que atendia às minhas necessidades como estudante e profissional em formação. A localização acessível e a possibilidade de conciliar os estudos com minha rotina também foram fatores determinantes.

Ao longo da graduação, fui me descobrindo dentro do universo jurídico, e encontrei na área previdenciária uma verdadeira missão de vida. A faculdade me proporcionou não apenas conhecimento técnico, mas também um ambiente de apoio e crescimento pessoal.

Hoje, tenho a alegria de ver essa história se entrelaçar com a do meu esposo, que é policial militar e atualmente também está cursando Direito na mesma instituição. É gratificante vê-lo trilhando esse caminho com o mesmo entusiasmo e dedicação, e poder compartilhar com ele os desafios e conquistas que o curso proporciona.

A Faculdade Salgado de Oliveira se tornou parte importante da nossa história, não apenas como instituição de ensino, mas como espaço de construção de sonhos e transformação de realidades.

DA UNIVERSO- BH PARA A POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Ester Ellen Teixeira Lima

Ingressei na Universo por indicação do meu irmão, **Vinicius Teixeira Lima**, alguém que sempre admirei e respeitei profundamente. Ele também era estudante da Universo, quando ingressei e ele havia conquistado um feito incrível ao passar no Curso de Formação de Oficiais (CFO) ainda durante a graduação. Sua trajetória e profissionalismo foram uma inspiração para mim, e eu confiava nas suas recomendações; por este motivo ingressei na Universo. Ele se formou na Universo no 2o semestre de 2016.

Na época, ele era soldado da Polícia Militar, e meu sonho era seguir seus passos e ingressar na corporação. Estudei com afinco e dedicação, mas logo compreendi que, embora a aprovação dependa exclusivamente de nossos esforços individuais, a vitória é sempre fruto de apoio e ninguém consegue crescer só.

Ao longo da minha jornada acadêmica, tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis, ouvir histórias inspiradoras, *causos* cômicos e aprender com exemplos valiosos de pessoas de todas as criações e crenças.

Recebi advertências e incentivos que me motivaram a perseverar e concluir com sucesso meus objetivos.

Quando me formei, no 1o semestre de 2021, durante a pandemia, enfrentei desafios e incertezas, como muitas pessoas. No entanto, **professores** como **Valéria** e **Liciane**, que se tornaram essenciais na minha trajetória, nunca me deixaram desanimar. Suas palavras de incentivo e apoio me fizeram enxergar além e acreditar em mim mesma, durante todo meu momento de plantio.

Após percorrer um longo e desafiador caminho, a vitória finalmente chegou. Consegui alcançar o tão sonhado cargo de policial militar de Minas Gerais, graças aos estudos e incentivos, de amigos

e **professores**. E o mais importante, o apoio e a amizade desses professores se tornaram um tesouro precioso na minha vida.

A gratidão que sinto por tudo que a Universo me proporcionou é eterna: as amizades forjadas permanecerão marcadas para sempre, e o conhecimento adquirido será sempre um legado valioso que ninguém poderá retirar.

OS PEQUENOS HERÓIS NUMA GRANDE VIAGEM PELO RENASCENÇA

Sávio Antônio de Oliveira Abate

Aquele era um pequeno, porém, caloroso e unido grupo de amigos formado desde o Jardim de Infância conjuntamente ``a outros que se agregaram depois, no Primário.

Éramos incríveis, sim! Éramos super heróis, os trapalhões, a equipe de ação da ‘s.w.a.t’ ou, talvez, mini homens biônicos de seis milhões de dólares!

Assim brincávamos muito, rolando pneus, nos piques esconde, no futebol ou nas corridas de mini carrinhos de ferro ou faroeste e também as queridas colegas meninas que por vezes entravam nas brincadeiras ou ficavam cuidando com aquele amor dos seus brinquedos peculiares e brincadeiras singelas e belas. Todos nós amigos, colegas do pré-Primário do Colégio Madre Paulina e Primário/ Ginásio do já então Santo Agostinho, mesmo local, onde crescemos juntos, aprendemos muito com nossos mestres alfabetizadores, freiras, padres, professores(as) maravilhosos e maravilhosas e vivenciamos alegrias, ilusões numa região idem.

Todos nós, eu **Sávio Oliveira, Giuliano Penido, Juninho, Alexandre, Renata, Rogério. Marco Aurélio, Odilon, Lilian e outros mais**, moradores do Bairro da Graça, Cidade Nova, Ypiranga, Silveira/Nova Floresta e Renascença, bairros irmãos tão acolhedores, tradicionais, de gente excelente, trabalhadora que preza pela “família”!

Poraquinasceu também a grandiosa organização Cia. Renascença Industrial em 1937, no Renascença, uma empresa industrial têxtil onde, segundo alguns coleguinhas da escola nos relatavam, avós e pais trabalhavam por muitos anos e também moravam nas proximidades da fábrica. Essa grande empresa que trouxe tanto desenvolvimento para todo uma região e também para a cidade de Belo Horizonte.

Ali, clube, praça de esportes, Jardim de Infância e até um belo time de futebol surgiram, como também uma grandiosa artista da nossa MPB lá trabalhou como operária e venceu o concurso “a Voz de ouro” – Clara Francisca Gonçalves, nossa magistral e inesquecível cantora Clara Nunes!!

Quantas vezes as mães desciam do colégio Madre Paulina/Santo Agostinho-3 com as crianças e iam até a loja de varejo de tecidos da portentosa fábrica para comprar belos tecidos e roupas. Essa loja (hoje fechada) fica exatamente em frente à entrada da Faculdade Universo, na Rua Botucatu.

Quando criança eu me lembro de diversas vezes adentrar o estabelecimento junto com a minha saudosa e querida mãe, **Sra. Gleusa de Oliveira**, e ali realmente ficar fascinado com aquele universo de cores e belíssimos tecidos. O comércio da Rua Jacuí era muito pujante pela grande influência da Fábrica.

Voltando àqueles que tanto vivenciaram esse bairro, essa região, vamos lembrar aqui de um dia quando, ainda meninos e meninas, vários da nossa turma de colegas e amigos do Colégio Santo Agostinho-3, em um passeio no bairro próximo da fábrica Renascença para tomar sorvete, resolvemos investigar um lote vago onde barulhos e movimentos estranhos eram ouvidos. Mesmo com certo receio de alguns, principalmente de algumas meninas que também estavam no grupo, fomos adentrando no imenso matagal. O cheiro que já era forte, a cada passo mato adentro, se tornava pior assim como os ruídos e também as “brincadeiras” da turma a esta altura com a adrenalina no topo. Alguém gritou, mas era apenas um pobre cãozinho a sair correndo do local.

Mais adentro, de repente, duas ossadas imensas de gado caíram de um barranco sendo descobertas por todos nós com imenso susto e aquela revoada de urubus veio pra cima da molecada de uma vez!

Sinceramente, creio que teve coleguinha que atravessou dois bairros correndo sem parar! Aquela turma era sensacional, desbravadora, valente, unida e amiga. Até nas possíveis brigas de futebol, tudo morria ali, no final da partida, e a amizade continuava.

Certa vez grandes craques de futebol do Clube Atlético Mineiro que integraram a Seleção do Brasil de Telê Santana (em 1982), dentre eles, Cerezo e Éder, visitaram as dependências do nosso querido Colégio Santo Agostinho-3, acompanhados de Reinaldo (Seleção Brasileira de 1978), fazendo a nossa festa, a alegria de toda a criançada. Também nos visitaram ex-atletas do Esporte Clube Renascença (Campeão da Taça Belo Horizonte de 1961), como Piazza, campeão mundial em 1970, e Hilton Oliveira, que, igualmente, fez sucesso no Cruzeiro no início da Era Mineirão, inaugurado em 1965.

Grandes passeios ciclísticos também eram realizados pelo colégio, passando pelos bairros da região, já que andar de bicicleta tornara-se hábito da meninada na época com suas Calóis e Monarks ou com as primeiras bicicletas de *cross* com que percorriam as ruas do Renascença, Nova Floresta e Bairro da Graça. As grandes ladeiras dos quarteirões da Fábrica Renascença propiciavam altas velocidades, numa aventura sem igual, de muita adrenalina.

Assim foram anos e anos felizes, de muito aprendizado, muita amizade, muitos sonhos, alegrias, vivências e também despedidas.

Hoje, felizmente, ainda morando na mesma região, mesmo bairro, volto a cursar outra Faculdade nesta grande instituição, a Faculdade Universo - BH, situada bem no coração de todo desse contexto tão memorável, de bem e do bem, que me traz à mente um passado feliz, me abastece o presente com grandes ensinamentos e energia renovadora, para um futuro de conquistas e sonhos que se realizarão. Felicidades a todos!

MINHA ESPOSA E EU ESTUDAMOS DIREITO NA UNIVERSO-BH

Dracon Cavalcante

Sou **Dracon Luiz Cavalcante Lima**, aluno da 1ª turma. Eu me formei em 2009 no curso de Direito e tornei-me advogado. Com 30 anos de idade, decidi voltar a estudar e o meu sonho era ser advogado e criminalista, trabalhar em plenário de Júri.

Em visita ao bairro Renascença, na casa de um grande amigo e de toda família, **Antônio** (que era da faxina na Universo) fui questionado: “- Dracon, onde eu trabalho era a antiga fábrica de tecelagem e hoje é uma faculdade e lá tem o curso de Direito e, dos bons. Quer ir lá fazer uma visita?”

Assim, aceitei e fiz a visita. Me apaixonei “de cara”: salas de aulas espaçosas, corredores longos, muitos professores, muitos alunos, biblioteca, tudo de Primeiro Mundo, uma excelência impactante! Vi, naquele momento, que meu sonho havia encontrado o lugar para ser realizado.

Dessa forma, daquela antiga fábrica de tecidos, que, por anos seguidos, se fez referência no bairro Renascença dando dignidade e trabalho a muitos de seus moradores, o seu espaço, agora, abrigava outro empreendimento, a Faculdade Universo. A instituição vem, desde a sua implantação, realizando os sonhos, dando oportunidades de qualificação, com excelência, e promovendo a dignidade de várias pessoas, por meio da educação superior, que inclui, além do ensino, projetos de pesquisa e extensão.

A Faculdade Universo não oportuniza só a educação; aprimora cidadãos, os potencializa, preparando-os para ser os melhores profissionais no mercado de trabalho.

Eu e minha esposa, **Cidinha (Maria Aparecida Grasselli)**, nos formamos em Direito na Universo.

Hoje, orgulhosamente, posso dizer que, com os ensinamentos passados pelos mestres do curso de Direito, “alcancei o meu sonho e consigo me manter no meu sonho porque tive excelência educacional!”

A Faculdade Universo foi feliz na escolha do Bairro Renascença porque, além de ser referência como espaço residencial em Belo Horizonte, a escola tem recebido a maioria de seus moradores como alunos, onde realizam sonhos e projetos de vida. Esses alunos ou a maior parte das pessoas que lá trabalham têm algum elo histórico com a fábrica de Tecidos Renascença: trata-se de amigos, ou herdeiros de pessoas que, de alguma forma, trabalharam na fábrica ou moram no Bairro Renascença e adjacências e, hoje, são verdadeiros “filhos” da Faculdade Universo!

Como criminalista, tenho meu escritório com advogados parceiros e estagiários, sendo que, alguns deles, também são formados e ou bacharelados em Direito da Faculdade Universo.

Costumo dizer que a Faculdade Universo é uma grande família e tenho orgulho em afirmar para todos que “sou filho da Universo!”

Obrigado à Faculdade Universo. Obrigado a **todos os professores que transformam gente comum em profissionais de referência no mercado.**

Obrigado, Bairro Renascença, por “acolher” a nossa casa com tanto carinho e amor.

MORADOR DA REGIÃO E CONTADOR VAI À UNIVERSO- BH, TRANSPÕE DUROS OBSTÁCULOS E SE TORNA ADVOGADO

André Bezerra De Melo

Quis o destino que, após anos, retornasse à Universo. Voltemos aos anos 90...

A Fábrica de Tecidos Renascença, fundada no início do século XX, foi um dos maiores e mais importantes empreendimentos industriais de Belo Horizonte, se destacando no setor têxtil.

Uma curiosidade, o nome da fábrica, “*Renascença*”, transmitia a ideia de renovação e prosperidade, que se refletia não apenas no sucesso do negócio, mas também na melhoria da qualidade de vida de muitos moradores da região.

Neste cenário, o bairro Nova Floresta, em particular, prosperava devido à proximidade com o complexo fabril, e muitas famílias residentes ali eram diretamente beneficiadas pela sua existência.

Lembro ter jogado futebol no campo que alia existia, e ainda existe, hoje fazendo parte do complexo estudantil.

Todavia, com a globalização, em especial a competição com a indústria têxtil asiática e a crise econômica do País, durante os anos 1980 e início do 1990, afetaram de maneira significativa as indústrias nacionais, e a Fábrica de Tecidos Renascença não foi exceção. Encerrou suas atividades, deixando um vazio econômico no Bairro Nova Floresta e região, gerando uma crise local com o desemprego em massa. de... Contudo, após o fechamento da fábrica, rumores de que um empresário teria adquirido o espaço, e ali instalaria um polo educacional, causou alvoroço na região.

Iniciava a Universidade Salgado de Oliveira (Universo BH), representando a revitalização e até mesmo a reinvenção de um espaço que já fora, anos antes, um grande centro da indústria têxtil local.

Pois bem, após anos, quis o destino que reencontrasse com a antiga fábrica, agora universidade. Isto é, anos mais tarde, já graduado em Ciências Contábeis, especializado em Perícias e Cálculos Judiciais,

batendo papo com amigos, grande maioria advogados e clientes, o **Dr. Gustavo Vasconcelos**, disse: “Você poderia fazer Direito. Já está na área. Lá perto de você, **o Igor e a Andressa** dão aula na Universo...” – conversa em meados de 2015.

Havia casado e estava morando no Bairro Silveira, a algumas quadras da Universo, tendo transferido o escritório de perícias do Bairro Barro Preto para o mesmo lá, acompanhando a evolução do Judiciário, com a implantação dos processos eletrônicos, permitindo laborar próximo de casa, favorecendo a melhoria da qualidade de vida.

Em 2016, matriculei-me na Universo, pelo processo de obtenção de novo título, iniciando minha trajetória acadêmica no Direito, uma segunda graduação. A expectativa e ansiedade eram grandes. Não tinha tempo a perder, a idade já não permitia aventuras, e os desafios foram imensos, tudo parecendo conspirar para a desistência.

No início de 2017, minha esposa ficou grávida, o trabalho consumindo grande parte do dia e, com o nascimento de meu filho, tive que trancar por um semestre. Após seis meses retornei, mas novamente outro desafio, pois uma doença pouco conhecida me afetou, Paralisia Facial de Bell, tendo que trancar novamente o semestre, já que precisava tratar a doença.

No primeiro semestre de 2020, retornei à Universo, reencontrando **vários professores**, novos também, curado e disposto a recuperar o tempo perdido. O apoio primordial, após o retorno, veio dos professores, um diferencial na Universo, pois, além do conhecimento e didática, acolheram-me, surgindo grandes amizades. Todavia, novamente outro desafio, o Covid-19, mas, dessa vez, abarcou todos, discentes e docentes, mas, todos unidos, toda comunidade acadêmica, superamos esse momento. Aulas e provas *on-line* tornaram-se uma realidade, a sala de aula deu lugar à casa de alunos e professores. Um novo quadro, uma rotina até então não vivida. Percebeu-se o esforço que cada professor, coordenador e diretor tiveram para mitigar qualquer dificuldade.

Seria um devaneio e injustiça citar nomes, pois não foram apenas **professores**, mas **toda a instituição, cada funcionário, do porteiro ao coordenador, todos importantes** para minha vitória.

A interdisciplinariedade, inovação e trabalhos de campo contribuíram para as aulas serem mais motivadoras, bem como aproximar o aluno da prática profissional. Pois bem, após toda essa trajetória, formei-me, coleei grau e passei na tão temida prova da OAB. Uma realização pessoal única, que compartilhei com os professores, pois fiz questão de ir na Universo agradecê-los, já que cada um fez parte dessa vitória.

Obrigado Universo.

MINHA TRAJETÓRIA: DA ADMINISTRAÇÃO AO DIREITO, COM PROPÓSITO E PAIXÃO

Rosana Márcia Guimarães

Meu nome é **Rosana Márcia Guimarães**. Minha jornada profissional começou na década de 1990, quando concluí minha primeira graduação em Administração de Empresas. Atuei por duas décadas no mercado corporativo, onde pude desenvolver uma visão estratégica e sólida do mundo dos negócios. No entanto, ao longo dos anos, senti o chamado por um novo desafio: o Direito.

Foi em 2015 que decidi iniciar essa segunda graduação, ingressando na Faculdade Universo, instituição que me acolheu com excelência e compromisso. Em 2020, em meio à pandemia da COVID-19, concluí minha formação em Direito – um ciclo desafiador, mas repleto de superação. O Exame da OAB, suspenso naquele período, só pôde ser realizado em 2021, e tive a alegria de ser aprovada já na primeira edição pós-pandemia.

Hoje, advogo como sócia do Almeida Amâncio Sociedade de Advogados, com foco no Direito Civil, especialmente nas áreas imobiliária, inventários, planejamento sucessório, campos nos quais me especializei com duas pós-graduações.

Minha trajetória acadêmica e prática me levou também a contribuir com a advocacia institucional, tendo atuado como assessora da Comissão Nacional e Estadual do Direito Notarial e Registral, vice-presidente da Comissão Estadual de REURB da OAB-MG (2022-2025), presidente estadual da Comissão de Direito do Turismo (2025) e presidente nacional e estadual da Comissão de Direito Imobiliário e REURB (2023) da ABMCJ (Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica). Atualmente, integro também, como membro consultora, a Comissão de Direito Notarial e Registral da OAB-MG (gestão 2025-).

A Faculdade Universo foi um divisor de águas em minha vida, representando não apenas a conquista de um novo diploma, mas a

abertura de caminhos para uma atuação jurídica comprometida com a ética, a justiça e a transformação social.

A escolha pela Universo se deu por vários fatores: ser próximo da minha casa, próximo ao centro de BH, preço das mensalidades para segunda graduação fez diferença no meu orçamento e pela indicação de um advogado que prestava serviços para o escritório que trabalhava na época e falou muito bem da faculdade.

DO FIO AO PAPEL

Ildefonso Ribeiro Linhares

Eu sempre fui fascinado com o comércio, desde pequeno acompanhava a dinâmica dos meus pais no empreendedorismo. Meu pai, **Jayr Linhares**, inaugurou a **Loja Linhares** na rua Jacuí, 2546 em 1962 e lá percorreu até o ano de 2012. Foram 50 anos de dedicação e de muito trabalho juntamente com toda a família.

Até o início dos anos 90, a Loja Linhares atendia os trabalhadores da fábrica, porém houve o fechamento das atividades fabris sendo reaberto no início dos anos 2000 com uma nova ótica, a de ensino, pela Faculdade.

A **Copiadora Linhares** foi criada em 2004 devido à abertura da Faculdade Universo. O objetivo inicial era atender aos universitários e no decorrer do tempo começamos a abrir a possibilidade de novos públicos com diversidade de produtos e serviços.

O objetivo principal sempre foi o bom atendimento ao cliente de uma forma ágil e com qualidade, aliando também o melhor custo / benefício.

No decorrer desses vinte e um anos de fundação, o nosso público foi crescendo gradual e consistente de uma forma que era necessário mudar de área física afim de agregar mais oferta de serviço e produto e que fosse possível também proporcionar ao cliente uma melhor qualidade de atendimento e em novembro/2020 foi possível fazer a tão sonhada mudança da área física. E durante este caminhar, cultivamos amizades, acompanhamos o crescimento profissional e ficamos felizes em contribuir na concretização de sonhos de muitos que passam por aqui.

Agradeço a todos os parceiros, amigos e clientes por caminharem junto comigo. E tenham a certeza que todos os esforços dedicados são para retribuir a confiança dedicada ao meu trabalho e de toda a equipe.

Um forte abraço.

DO DIREITO À PSICOLOGIA

Rodrigo Nunes

Eu sou **Rodrigo Henrique Martins Nunes**. Estou advogado criminalista, com atuação preponderante no Tribunal do Júri. Cheguei à Universo em 2015, transferido de outra instituição. Fui atraído pelas **excelentes referências que tive de pessoas que cursavam Direito na Universo**, com as quais tive contato durante o Laboratório de Ciências Criminais do IBCCRIM.

Na minha chegada, fui verdadeiramente acolhido pela **Professora Liciane**. As aulas de criminologia foram fundamentais para ampliar os horizontes e fixar a certeza que queria me realizar profissionalmente como criminalista.

Me formei no segundo semestre de 2018. Enquanto ainda cursava a graduação, fui aprovado no Exame de Ordem e já havia iniciado curso de especialização e, com seis meses de formado, já era especialista em direito penal e processo penal, além de ter ministrado aos colegas da Universo um curso sobre Tribunal do Júri, em quatro sábados. Cursei, também, graduação em Investigação Forense e Perícia Criminal.

Em setembro de 2019, fui admitido como advogado preceptor, uma das maiores realizações profissionais. Já com saudade da sala de aula, iniciei a graduação em Psicologia na Universo, em 2022, com previsão de formatura em 2026. Acho que o próximo passo será passar na administração para pegar minha plaquinha de patrimônio...

LIAMES AFETIVOS COM A RENASCENÇA E COM A FACULDADE UNIVERSO

*Jefferson dos Santos Pereira e Nilo Patrocínio de Paula
por Dergson Vitorino (pesquisador do Entre Fios e Ideias)*

Jefferson foi acadêmico da Universidade Salgado de Oliveira, tornando-se bacharel em Direito, e, posteriormente, em Medicina Veterinária. Atualmente, cursa Nutrição nessa mesma instituição. Além de ser conhecido como uma pessoa de fino trato, carinhosamente chamado por **Jeffão**, Dr. Jefferson dos Santos Pereira, em sua fala, no Documentário *Entre Fios e Ideias*, deixa transparecer claramente o enorme carinho pela faculdade Universo e pela Região Nordeste da capital mineira, estampando a memória afetiva e o amor incondicional pela área onde sempre viveu e pela escola:

“**As primas mais velhas** me puxavam pela mão para levar o almoço e os lanches para os meus tios que trabalhavam naquela fábrica, especialmente para o meu **tio Toninho**”.

“O técnico do time do Renascença, o senhor Vicente, era meu tio-avô, irmão da minha avó”.

“O **goleiro Tonho**, que foi do Cruzeiro, substituído pelo **Raul, era meu primo**”.

Como não reverenciar essa pessoa que tanto orgulha a todos, que só faz bem para o ambiente acadêmico da Faculdade Universo; sempre solícito, atuante e participativo. Fica a sincera homenagem ao Dr. Jefferson dos Santos Pereira.

Ademais, pudemos assistir a conversa descontraída entre **Giuliano Penido de Paula**, estudante do curso de Direito da Universo, com seu pai, **sr. Nilo**, também, no documentário *Entre Fios e Ideias*, a memória afetiva da era da fábrica e da atualidade, nas falas do sr. Nilo:

“Conheço a fábrica desde os meus 14 anos”, reverenciando amigos antigos, como o sogro e a sogra, que trabalhavam na fábrica do Renascença. Ele recorda que em sua época em atividade, a fábrica ainda funcionou mais uns dez anos, só fechando com o agravamento da crise econômica.

Em relação aos bailes e ao time de futebol, o **sr. Nilo**, no documentário, lembra com carinho. Esses bailes eram realizados no clube do Renascença. E, do time de futebol, surgiram, dentre outros craques de projeção nacional, o “grande **Wilson Piazza**, tricampeão do mundo com a Seleção de 1970, no México”. O sr. Nilo destaca com muito respeito e carinho o surgimento da Faculdade Universo onde tudo está bonito”. Ele complementa: “Essa é minha história. Desde os 14 – estou com 85 –, sempre estive pertinho da fábrica do Renascença, nunca fiquei longe dela e, agora, de outra forma, com a Faculdade Universo, que veio ocupar as suas antigas instalações”.

HONRANDO UM LEGADO DE DEDICAÇÃO À COMUNIDADE

Giuliano Penido de Paula

Meu nome é **Giuliano Penido de Paula**. Sou estudante do 6º período do curso de Direito na Faculdade Universo, no Bairro Renascença. Como farmacêutico, atendo as pessoas do bairro e arredores. A **Drogaria São Geraldo** faz parte da história da região, onde está presente há quase 70 anos. Ela me foi passada por meu pai, **sr. Nilo Patrocínio de Paula**, que atuou como farmacêutico “**Médico do Bairro**” como é chamado por moradores locais. Procuro manter a tradição familiar.

Graduei-me em Farmácia pela UNIESP, em Santa Luzia, para dar continuidade ao legado de minha família. A Drogaria São Geraldo Jacuí Ltda. fica no Bairro da Graça, próximo ao Bairro Renascença, onde está situada a UNIVERSO.

Fui apresentado a esta faculdade por um aluno que se graduou em Direito pela Instituição, o **Dr. Evaldo Cassiano Ramos**, formado em 2023.

Minha vivência está sendo de muito aproveitamento e aplicação no meu cotidiano.

Escolhi o curso de Direito, após o término de uma pós-graduação em Oncologia, a qual está ligada em parte ao direito, devido a judicializações de pretensões ao acesso a medicamentos oncológicos de alto custo. A escolha da UNIVERSO se deu pela proximidade da minha residência e do meu local de trabalho, o que me permite estar presente em meu empreendimento, por maior tempo, uma vez que gasto cerca de cinco minutos ou menos para estar em sala de aula.

A faculdade foi construída em instalações adaptadas da antiga fábrica de tecidos Renascença, onde **minha avó, Elvira Oliveira Penido**, trabalhou, durante sua juventude.

Estou fazendo o curso que gosto, em uma instituição que, além de nos preparar para o mercado, também me traz lembranças, facilidades, comodidades, e muito ensinamento jurídico.

FORÇA DE VONTADE, DETERMINAÇÃO E CONQUISTAS MERITÓRIAS: DE GARI A POLICIAL CIVIL, BACHAREL EM DIREITO E BACHARELANDO EM ODONTOLOGIA

Jardel de Sousa Corrêa

Meu nome é **Jardel de Sousa Corrêa**, me interessei em fazer o curso de Direito porque meu sonho sempre foi cursar uma faculdade. Na minha família fui o primeiro a ter curso superior. Eu era gari e passei a ser agente penitenciário, hoje, denominado policial penal.

Fiz concurso para a polícia civil e fui apresentado à Universo, por uma amiga, que era do sistema penal. A estrutura da faculdade é muito boa, com excelentes professores como as **professoras Liciane, Michele, Neide, Renata, Maria Angélica e Andressa, e professores Bruno e Márcio Portella, dentre outros.**

Cursei direito, fui me adaptando e fiz muitos amigos. O curso me ajudou muito na carreira policial e na vida. Conheci o **sr. Antônio**, que era ambulante e trabalhava do lado de fora da faculdade. Ele é **pai do Claudinho, funcionário da faculdade.** Hoje, sr. Antônio, já aposentado, reside ao lado da faculdade. É uma das muitas pessoas com que convivi enquanto fazia direito.

Me formei em 2015 e me pós graduei em Direito Processual pela PUC. Hoje faço odontologia na Universo. Tenho muito orgulho de ter me formado na Universo, tanto que voltei a estudar lá. Estou me dedicando bastante e, no final de tudo, sou “suspeito” em falar da Universo, pelo que a faculdade enriqueceu minha vida e ainda vem fazendo por mim.

Tenho orgulho de ter sido gari, peguei lixo na faculdade Universo e recolhi o lixo no sistema penitenciário, nas delegacias em que já trabalhei. Estou com 48 anos e me sinto como se estivesse entrando agora na faculdade, um neófito acadêmico, iniciante. Tenho o maior orgulho em dar este depoimento para a **profa. Liciane** que é uma pessoa fantástica, um exemplo de mestra, com a qual aprendi muito; sou grato a ela por fazer questão que eu participe desta história

registrada em um livro dela. Ressalto que a Universidade é apenas um norte; quem traça o caminho é você. Espero um dia poder contribuir com a Universidade, seja qual for o caminho, lembrando que as oportunidades aparecem de acordo com que construímos, sobretudo pelos caminhos públicos e acadêmicos que trilhamos. Nada é por acaso. Sou muito grato por minha história com a Universo!

DO JEQUITINHONHA AO FÓRUM

Adriana Cangussu Pinto

Meu nome é **Adriana Cangussu Pinto**, sou do vale do Jequitinhonha. Desde criança eu sonhava em fazer o curso de Direito — era algo que carregava dentro do meu coração como uma missão de vida. No entanto, o caminho até chegar à universidade não foi fácil. Casei, tive uma filha, abri uma empresa que não deu certo, por muitos anos, o sonho ficou guardado, mas nunca esquecido.

Conheci a Universidade Salgado de Oliveira por meio da **minha sobrinha, Bruna Caroline Oliveira Melo**, que havia se formado em Enfermagem lá. Ela sempre me falava sobre o quanto o lugar era bom, a qualidade das aulas e o acolhimento que sentia. Quando pesquisei sobre o curso de Direito na Universo e vi que o preço era acessível, senti que finalmente estava diante da minha oportunidade. Tinha feito vestibulares em outras instituições, mas os valores eram altos e inviáveis para mim naquele momento.

Mesmo com o coração cheio de medo, decidi me inscrever. Eu não estudava desde 1995 e confesso que cheguei no primeiro dia de aula super nervosa. Matérias como Filosofia eram um universo completamente novo para mim. Mas, ao longo das aulas, fui me apaixonando pelo curso e por tudo o que aprendi. Era um mundo de conhecimento se abrindo diante de mim, e isso me motivava cada vez mais.

Passei por professores extraordinários: **professora Liciane** (inesquecível, lembro tanto das suas aulas), **professor Leonardo**, **professora Andressa**, **professora Valéria**, **professora Aline**, **professora Neide Rolim**, **entre tantos outros** que deixaram marcas profundas na minha formação. Eles tinham uma didática excelente, explicavam com paciência e faziam a gente se apaixonar ainda mais pelo Direito.

Me formei em de 2022, e logo em seguida prestei a prova da OAB — passei na segunda tentativa! No início de 2023 comecei a me

lançar profissionalmente. Foi um grande desafio, pois eu não havia feito estágios externos, apenas as práticas da faculdade. Mas, mesmo formada um pouco mais velha, não tive medo de recomeçar. Aprendi a protocolar petições, usei as plataformas digitais, conquistei meus primeiros clientes e segui em frente.

Hoje vivo da advocacia, fiz pós-graduação em Direito de Família e Associações e sigo sempre estudando. Sou feliz e realizada na profissão que escolhi. Para mim, a Universo foi mais do que uma faculdade: foi o lugar onde um sonho antigo ganhou vida. Tenho apenas gratidão por esse tempo de aprendizado, pelas descobertas, pelos professores incríveis e por cada passo que me trouxe até aqui.